



ANEXO I
(Portaria RFB nº 607, de 6 de novembro de 2025)

EDITAL DE LICITAÇÃO DE PERMISSÃO – PORTO SECO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA RFB/SRRF06 Nº 90001/2026
PERMITENTE SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 6ª REGIÃO FISCAL
OBJETO PERMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE MOVIMENTAÇÃO E ARMAZENAGEM EM PORTO SECO
VALOR DA TARIFA R\$ 14,50
DATA DA SESSÃO PÚBLICA Dia 26/06/2026 às 9h00 (horário de Brasília)
CRITÉRIO DE JULGAMENTO Maior desconto global
MODO DE DISPUTA Aberto e Fechado
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS NÃO

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	7
6. DA FASE DE JULGAMENTO	9
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	11
8. DO TERMO DE CONTRATO	12
9. DOS RECURSOS	13
10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	14
11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	16
12. DISPOSIÇÕES FINAIS	16

MINUTA PADRÃO DE EDITAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 6ª REGIÃO FISCAL

EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA RFB/SRRF06 Nº 90001/2026

OBJETO: Permissão para prestação dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias em porto seco, a ser instalado no Município de Juiz de Fora/MG.

A Superintendência da Receita Federal do Brasil da 6ª Região Fiscal, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12 da Instrução Normativa RFB nº 2.111, de 20 de outubro de 2022, e o art. 358, § 9º, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, torna público que a Comissão Especial de Licitação, designada pela Portaria SRRF06 nº 510, de 16 de março de 2026, publicada no Boletim de Serviço da RFB de 17 de março de 2026, promoverá licitação sob a modalidade de concorrência eletrônica, com a finalidade de selecionar empresa para exercer as atribuições de permissionária dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias em porto seco, nos termos da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – Lei de Licitação e Contratos e deste Edital, e, subsidiariamente, do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, do Decreto nº 1.910, de 21 de maio de 1996, do Decreto nº 2.763, de 31 de agosto de 1998, e do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009,

1. DO OBJETO

1.1. A licitação de que trata este Edital tem por objeto deferir a permissão para prestação dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias em porto seco, pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos, podendo ser prorrogado por mais 10 (dez) anos, nos termos do art. 1º, § 2º, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, para carga predominantemente do tipo geral, a ser instalado no Município de Juiz de Fora/MG, doravante denominado porto seco para os fins deste Edital.

1.2. A licitação será realizada em único item.

1.3. Devem ser obedecidos, durante a vigência do prazo contratual, como condição para seu fiel cumprimento, todos os requisitos técnicos e operacionais estabelecidos na Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e na Portaria RFB nº 143, de 11 de fevereiro de 2022, ou em norma superveniente que trate da matéria.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar da licitação de que trata este Edital as pessoas jurídicas de direito privado que:

I - tenham como objeto social, cumulativamente ou não, a armazenagem, a guarda ou o transporte de mercadorias; e

II - estejam previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal, disponível no endereço eletrônico <www.gov.br/compras>.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SicaF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para o recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome e assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão de seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no Item 2.1 deste Edital e mantê-los atualizados perante os órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder à sua alteração, de forma imediata, caso os registros estejam incorretos ou desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no Item 2.3 deste Edital poderá ensejar a desclassificação da pessoa jurídica no momento da habilitação.

2.5. Não poderão participar da licitação de que trata este Edital:

I - a pessoa jurídica que não atender às condições constantes deste Edital ou de seus anexos;

II - a pessoa jurídica que se encontre impossibilitada de participar da licitação de que trata este Edital em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

III - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

IV - empresas controladoras, controladas ou coligadas, conforme definição constante da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

V - pessoa jurídica que, nos cinco anos anteriores à divulgação deste Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

VI - pessoas jurídicas reunidas em consórcio, nos termos do art. 7º do Decreto nº 1.910, de 21 de maio de 1996.

VII - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP que atue nesta condição;

VIII - empresa estrangeira que não tenha representação legal no País com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente por ela;

IX - cooperativas, por incompatibilidade de suas atividades com o objeto deste Edital; e

X - demais sociedades que desenvolvam atividades incompatíveis com o objeto deste Edital.

2.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme o disposto no art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o Item 2.5, inciso II, deste Edital será também aplicado ao licitante que substituir a pessoa jurídica impedida com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. Não poderá participar de licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional

com recursos do financiamento ou de contrapartida nacional a pessoa jurídica que integrar o rol de pessoas sancionadas pelas referidas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.9. A vedação de que trata o Item 2.6 deste Edital estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio ou a profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na licitação de que trata este Edital, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o percentual de desconto e com a quantidade de casas decimais permitidas pelo sistema, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

I - está ciente das condições previstas neste Edital e em seus anexos, e com elas concorda;

II - cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

III - a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos decorrentes dos direitos trabalhistas assegurados pela Constituição Federal, pelas leis trabalhistas, pelas normas infralegais, pelas convenções coletivas de trabalho e pelos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega definitiva da proposta;

IV - não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do artigo 7º, *caput*, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

V - não possui empregados que executem trabalho degradante ou forçado, ou sob tortura, nos termos do art. 1º, *caput*, incisos III e IV, e do art. 5º, *caput*, inciso III, da Constituição Federal;

VI - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas pela legislação.

3.4. A falsidade da declaração de que trata o Item 3.3 deste Edital sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e neste Edital.

3.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até o horário da abertura da sessão pública.

3.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.7. Após a fase de envio de lances, serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas.

3.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta, observadas as seguintes regras:

I - aplicação do intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

II - envio de lances de forma automática pelo sistema, respeitado o percentual de desconto final máximo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o inciso I.

- 3.9. O percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de envio de lances, sendo vedado percentual de desconto inferior a lance já registrado por ele no sistema.
- 3.10. O percentual de desconto final máximo parametrizado na forma prevista no Item 3.8 deste Edital terá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade contratante, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações registradas no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus da perda de negócios em decorrência da inobservância de mensagens ou da interrupção temporária do serviço de acesso à internet.
- 3.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança do procedimento licitatório, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do valor do percentual do desconto sobre a tarifa.

4.1.1. Para fins de disputa e registro da proposta no sistema, o percentual de desconto ofertado será aplicado sobre uma única tarifa (tarifa de movimentação por tonelada - T_M), mas incidirá, igualmente, sobre todas as tarifas máximas de armazenagem e movimentação indicadas no Anexo VI durante o período da permissão.

4.1.2. Por limitação do sistema, não será aceita proposta com percentual de desconto 0,00% (zero por cento).

- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, inclusive os relativos a seguros, remuneração da permissionária e amortização do investimento (custos envolvidos no capital investido) e àqueles necessários ao exercício da fiscalização aduaneira, a serem cobrados dos usuários pela movimentação das mercadorias que estejam sob controle aduaneiro.

4.3.1. A Permissionária deve contratar, às expensas das tarifas do usuário, Seguro de Riscos Operacionais (Risco Nomeado ou *All Risks*), cobrindo danos ao imóvel, equipamentos e às mercadorias sob guarda, inclusive apreendidas, e seguro de responsabilidade civil geral, para danos a terceiros, figurando a União como cossegurada ou beneficiária das indenizações relativas às mercadorias sob pena de perdimento ou já incorporadas ao patrimônio público.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou mediante qualquer outra justificativa.

4.5. A apresentação das propostas implica a obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o disposto no Termo de Referência constante do Anexo I, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a cento e oitenta dias, a contar da data de sua apresentação.

4.7. O descumprimento das regras previstas no Capítulo 4 por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:

I - assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, *caput*, inciso IX, da Constituição Federal; ou

II - condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, em data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Comissão Especial de Licitação e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados de seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo percentual de desconto a ser aplicado sobre os valores das tarifas máximas indicadas no Anexo VI.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante poderá oferecer novo lance de percentual de desconto somente se superior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 0,01% (um centésimo por cento).

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento será realizado de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Para o envio de lances na licitação, será adotado o modo de disputa “aberto e fechado” e os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá prazo inicial de 15min (quinze minutos), após o qual o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, que ocorrerá em período aleatoriamente determinado de até 10 min (dez minutos), findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.11.2. Encerrado o prazo previsto no Subitem 5.11.1 deste Edital, o sistema ofertará oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com percentual até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5min (cinco minutos), o qual será sigiloso até o encerramento desse prazo.

5.11.3. No procedimento de que trata o Subitem 5.11.2 deste Edital, o licitante poderá optar por manter seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.11.4. Caso não haja pelo menos três ofertas nas condições definidas no Item 5.11 deste Edital, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 5min (cinco minutos), o qual será sigiloso até o encerramento desse prazo.

5.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos no Item 5.11 deste Edital, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com a Comissão Especial de Licitação no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Comissão Especial de Licitação persistir por tempo superior a 10min (dez minutos), a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24h (vinte e quatro horas) da comunicação do fato pelo referido agente ou pela comissão aos participantes, no *site* eletrônico utilizado para divulgação.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17. Poderá haver empate somente entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.17.1. Caso haja empate entre propostas ou lances, será aplicado o critério de desempate previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na seguinte ordem:

I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados, para fins de atesto de cumprimento de obrigações, os registros cadastrais previstos na referida Lei;

III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.17.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, a:

I - empresas estabelecidas no território do estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da administração pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de município, no território do estado em que este se localize;

II - empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.17.3. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro procedimento.

5.18. A Comissão Especial de Licitação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 24h (vinte e quatro horas) em dias úteis, envie a proposta adequada ao último lance ofertado, acompanhada dos seguintes documentos:

I - declaração da qual conste o prazo máximo para o início de funcionamento do porto seco, contado a partir da data da assinatura do contrato, não podendo tal prazo exceder o limite de 18 (dezoito) meses, e tarifas

resultantes da aplicação do desconto proposto, a ser apresentada de acordo com o Modelo de Proposta de Tarifas e de Prazo de Início de Funcionamento do porto seco estabelecido no Anexo VII;

II - demonstrativos em forma de planilhas individuais, em conformidade com o modelo constante do Anexo III, com valores expressos em R\$/ano (reais por ano), que apresentem a composição de cada uma das tarifas propostas constantes da declaração a que se refere o inciso I, a serem cobradas dos usuários pela prestação dos serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias importadas e destinadas à exportação;

III - demonstrativo da viabilidade econômica do empreendimento, em forma de planilhas, conforme modelo constante do Anexo IV, mediante a aplicação das tarifas propostas constantes da declaração a que se refere o inciso I, de acordo com o disposto no inciso II, considerando, ainda, as receitas acessórias, se for o caso, conforme o inciso IV;

IV - demonstrativo, conforme item 12 do Anexo IV, que indique que as tarifas propostas constantes da declaração a que se refere o inciso I levaram em consideração, para a viabilidade econômica do empreendimento, as receitas acessórias oriundas da prestação dos serviços conexos de que trata o Item 5.9 do Termo de Referência, constante do Anexo I, conforme tabela de preços e estimativa de receita anual constante do inciso V, apresentada no caso da licitante optar pela cobrança da prestação de tais serviços;

V - demonstrativo constante do Anexo V, correspondente à tabela de preços dos serviços conexos e complementares de que trata o item 5.9 do Termo de Referência, constante do Anexo I, com a indicação da estimativa anual das receitas acessórias, apresentado no caso de a licitante optar pela cobrança da prestação de tais serviços; e

VI - declaração de ausência de nepotismo, conforme modelo constante no Anexo VIII.

VII - declaração da licitante, conforme modelo constante no Anexo XVIII, em que expresse a concordância de que no período de sessenta dias:

a) anteriores ao início do prazo da permissão, ocorra a transição das administrações, nos termos do item 5.43 do Termo de Referência, constante do Anexo I;

b) posteriores ao início do prazo da permissão, seja possibilitado o acesso ao terminal da antiga administradora do porto seco, com a finalidade de que sejam retirados materiais e equipamentos de sua propriedade, porventura ainda existentes no local.

5.19. É facultado à Comissão Especial de Licitação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de encerrado o prazo.

5.20. Após a fase de lances, a Comissão Especial de Licitação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de lances, a Comissão Especial de Licitação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições para participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Item 2.5 deste Edital e na legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I - Sicaf;

II - Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União, disponível no endereço eletrônico <<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>>;

III - Sistema CNJ - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade; e

IV - Sistema TCU - Consulta situação de pessoa jurídica.

6.2. As consultas aos cadastros serão realizadas mediante o nome e o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ da empresa licitante.

6.2.1. A consulta ao CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, será realizada mediante o nome e o número de inscrição no Cadastro De Pessoas Físicas – CPF do sócio majoritário da empresa licitante, caso haja, por força do art. 12 da Lei mencionada.

6.3. Caso conste, na consulta de situação do licitante, a existência de ocorrências impeditivas indiretas, a Comissão Especial de Licitação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas.

6.3.1. A tentativa de fraude será verificada por meio dos vínculos societários e linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação anteriormente a sua eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado por falta de condição de participação.

6.4. Verificadas as condições de participação, a Comissão Especial de Licitação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para a contratação de que trata este Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

I - conter vícios insanáveis;

II - não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência, constante do Anexo I;

III - for apresentada em desacordo com o estabelecido neste Edital ou com irregularidades, que não comprovem sua exequibilidade e a viabilidade econômica do empreendimento, mediante os demonstrativos de que tratam os incisos II e III do Item 5.18 deste Edital, ou que apresentarem desconto de 100% (cem por cento) das tarifas; ou

IV - apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou de seus anexos, desde que insanável.

6.6. Caso haja indícios de inexecutabilidade da proposta de tarifas, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.7. O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar poderá ser convocado para apresentar planilhas conforme modelos constantes dos Anexos III, IV e V, em formato editável ou planilha eletrônica, com informações adequadas à sua melhor oferta e com os respectivos valores adequados ao valor final, sob pena de não aceitação da proposta.

6.8. Erros no preenchimento de planilhas não constituem motivo para a desclassificação da proposta, as quais poderão ser ajustadas pelo licitante no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração das tarifas e que seja comprovado que as tarifas são suficientes para arcar com todos os custos da contratação.

6.8.1. O ajuste de que trata este Item se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita da área nele especializada.

6.10. Será, também, desclassificada a proposta:

I - que para a sua viabilização necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes, nos termos do art. 17 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;

II - de entidade estatal alheia à esfera político-administrativa da União que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios do poder público controlador da referida entidade, nos termos do art. 17, §1º, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; ou

III - que apresentar divergência entre o percentual de desconto indicado no item 2 do Anexo VII e aquele indicado na coluna “Desconto” do item 3 do mesmo Anexo.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, constante do Anexo I, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.

7.2. As exigências de habilitação de empresas estrangeiras que não funcionem no País serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Para fins de assinatura do contrato na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou em norma superveniente que trate da matéria, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. *Não se aplica.*

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em sua versão original, por cópia ou por meio de documento que efetivamente comprove a originalidade dos documentos.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito com observância do disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá, na forma da lei, pela veracidade das informações prestadas.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento aos direitos trabalhistas assegurados pela Constituição Federal, pelas leis trabalhistas, pelas normas infralegais, pelas convenções coletivas de trabalho e pelos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de apresentação das propostas.

7.9. *Não se aplica.*

7.10. A habilitação será verificada por meio do SicaF quanto aos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitalizados quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão de seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados perante os órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.11.1. A não observância do disposto neste Item poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.12. As certidões emitidas em sites eletrônicos oficiais de órgãos e entidades, verificadas pela Comissão Especial de Licitação, constituem meio legal de prova para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2h (duas horas), prorrogável por igual período, contado da solicitação da Comissão Especial de Licitação.

7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos não contidos nele será feita somente em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos às exigências de habilitação que constem do Termo de Referência, constante do Anexo I, serão exigidos somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o Subitem 7.12.1 deste Edital, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada da Comissão Especial de Licitação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos apresentados pelos licitantes, em até de 2h (duas horas), para:

I - aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

III - suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante; ou

IV - suprimento da ausência de certidão ou de documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

7.15. Encerrado o prazo assinalado sem o envio de nova documentação, restará preclusa a oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

7.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos ou sua validade jurídica mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.17. O licitante que não atender às exigências para habilitação será inabilitado e a Comissão Especial de Licitação examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de proposta que atenda ao Edital, observado o prazo disposto no Subitem 7.12.1 deste Edital.

7.18. Os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital serão disponibilizados para acesso público somente após concluídos os procedimentos de que trata o Item 7.17 deste Edital.

8. DO TERMO DE CONTRATO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato, nos termos do modelo constante do Anexo II.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração Pública Federal poderá:

I - encaminhar o termo para assinatura, mediante correspondência postal com Aviso de Recebimento – AR, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

II - disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou

III - disponibilizar outro meio eletrônico para assinatura, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após o recebimento da notificação pela Administração Pública Federal.

8.4. Os prazos previstos nos itens 8.2 e 8.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário, desde que admitida pela Administração Pública Federal.

8.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência, constante do Anexo I.

8.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação de regularidade no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin e do atendimento das condições de habilitação e contratação consignadas no Edital, os quais deverão ser mantidos pelo adjudicatário durante a vigência do contrato.

8.7. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9. DOS RECURSOS

9.1. Na interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes ou à anulação ou revogação da licitação, deverá ser observado o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.2. O prazo recursal é de três dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. No caso de recurso destinado a impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

II - o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10min (dez minutos); e

III - o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de três dias úteis, ou, nesse prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de dez dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de três dias úteis, contado da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os interessados poderão solicitar cópia dos autos do processo mediante mensagem eletrônica destinada ao endereço equipelicitacao1.mg@rfb.gov.br.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Comissão Especial de Licitação durante o certame;

II - salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta apresentada, em especial quando:

- a) não enviar a proposta correspondente ao valor do último lance ofertado ou ao valor negociado;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta, quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) apresentar proposta em desacordo com as especificações do Edital;

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

IV - recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração Pública Federal;

V - apresentar declaração ou documentação exigida para o certame com falsidade ou declaração falsa durante a licitação;

VI - fraudar a licitação;

VII - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei; ou
- b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

VIII - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e

IX - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Administração Pública Federal poderá, garantida a defesa prévia, aplicar aos licitantes ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo de eventual responsabilização civil ou penal:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar; e

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a administração pública; e

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida no prazo máximo de trinta dias úteis, contado da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas no Item 10.1 deste Edital, as multas serão aplicadas sobre o valor do investimento total estimado constante do estudo de viabilidade efetuado pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, equivalente a R\$ 36.590.390,00 (trinta e seis milhões e quinhentos e noventa mil e trezentos e noventa reais), nos seguintes percentuais:

I - 0,5% (cinco décimos por cento), para o inciso I;

II - 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento), para o inciso II;

III - 5% (cinco por cento), para os incisos III e IV;

IV - 15% (quinze por cento), para o inciso V;

V - 15% (quinze por cento), para o inciso VI;

VI - 15% (quinze por cento), para o inciso VII;

VII - 15% (quinze por cento), para o inciso VIII; e

VIII - 15% (quinze por cento), para o inciso IX.

10.5. As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, com a penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de quinze dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas no Item 10.1, incisos I, II, III e IV, deste Edital quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da administração pública direta e indireta da União pelo prazo máximo de três anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar em decorrência da prática das infrações previstas no Item 10.1, incisos V, VI, VII, VIII e IX, deste Edital bem como das infrações administrativas previstas no Item 10.1, incisos I, II, III e IV, deste Edital que justifiquem a imposição de penalidade mais grave do que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, descrita no Item 10.1 deste Edital, inciso IV, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, nos termos do art. 45, §4º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por dois ou mais servidores estáveis, que avaliará os fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de quinze dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretende produzir.

10.11. Caberá recurso da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar no prazo de quinze dias úteis, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias úteis, encaminhará o recurso, com sua motivação, à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de vinte dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de quinze dias úteis, contado da data da intimação, o qual será decidido no prazo máximo de vinte dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.15. Para a garantia da ampla defesa e do contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

10.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou para solicitar esclarecimento, desde que o formalize no prazo de até três dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou à solicitação de esclarecimento será divulgada em *site* eletrônico oficial no prazo de até três dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: mensagem eletrônica destinada ao endereço equipelicitacao1.mg@rfb.gov.br.

11.4. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e deverá ser motivada pelo agente de contratação ou comissão, nos autos do processo de licitação.

11.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Caso não haja expediente ou ocorra qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pela Comissão Especial de Licitação.

12.3. Todas as referências relativas a datas e horas, constantes do Edital ou do aviso ou mencionadas durante a sessão pública, observarão o horário de Brasília/DF.

12.4. A homologação do resultado da licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que a interpretação não comprometa o interesse da Administração Pública Federal, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração Pública Federal não será, em nenhum caso, responsável pelos referidos custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e em seus anexos, deverão ser observadas as seguintes regras:

I - fica excluída a data do início e incluída a data do vencimento do prazo; e

II - a data do início e a data do vencimento do prazo recairão em dia de expediente normal da Administração Pública Federal.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Prevalecerá o disposto neste Edital no caso de divergência entre ele e o disposto em seus anexos ou nas demais peças que compõem o processo.

12.10. O Edital e seus anexos estarão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no endereço eletrônico <<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes/rfb/unidades-federativas-uf/mg/superintendencia-regional-da-receita-federal-do-brasil-na-6a-rf>>.

12.11. A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, no interesse público, poderá promover novas licitações para outorga de permissão ou concessão, se for o caso, para a prestação dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias em porto seco em Juiz de Fora/MG.

12.12. Eventuais modificações neste Edital serão divulgadas por intermédio do mesmo veículo utilizado para a divulgação do texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

12.13. Para dirimir, na esfera judicial, os litígios oriundos do presente Edital, será competente o Foro da Justiça Federal em Belo Horizonte, Seção Judiciária do Estado Minas Gerais.

12.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXOS

ANEXO I – Termo de Referência

Apêndice I - Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica – EVTE

Apêndice II - Detalhamento de Área, Estrutura (benfeitorias e adaptações) e Aparelhamento mínimo

Apêndice III – Método de Avaliação de Desempenho

Apêndice IV – Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços

Apêndice V – Formulário de Avaliação da Execução do Contrato

ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato

ANEXO III - Demonstrativo individual de tarifas

ANEXO IV - Demonstrativo da Viabilidade Econômica do Empreendimento

ANEXO V - Tabela de preços de Serviços Conexos ou Complementares e Estimativa Anual das Receitas Acessórias

ANEXO VI - Tabela de Tarifas Máximas

ANEXO VII - Modelo de Proposta de Tarifas e de Prazo de Início de Funcionamento do Porto Seco

ANEXO VIII - Declaração de Ausência de Nepotismo

ANEXO IX - Declaração de Compromisso de Apresentação de Laudos e Licenças

ANEXO X - Declaração de Compromisso de Disponibilização do Imóvel

ANEXO XI - Declaração de Compromisso de Uso Exclusivo dos Imóveis

ANEXO XII - Declaração de Compromisso de Apresentação de Projeto

ANEXO XIII - Declaração de Compromisso de Disponibilizar Facilidades e Equipamentos

ANEXO XIV - Relação de Pessoal Técnico

Belo Horizonte, 15 de maio de 2026

Kênia Marina Guimarães Silva

Chefe da Divisão de Programação e Logística 6ª Região Fiscal



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 6ª REGIÃO FISCAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 13031-011.200/2026-10

ANEXO I DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA RFB/SRRF06 Nº 90001/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. A presente licitação tem por objeto deferir permissão para prestação dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias em porto seco, para carga predominantemente do tipo geral, além de cargas de outros tipos, a ser instalado no Município de Juiz de Fora/MG, mediante cobrança das seguintes tarifas:

SERVIÇO	TARIFA DO SERVIÇO	VALOR MÁXIMO
Permissão para prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias em porto seco, a ser instalado no Município de Juiz de Fora	T _A - Tarifa de Armazenagem (sobre o valor CIF na importação e sobre o valor FOB na exportação)	0,33%
27774 – Permissão de Serviço Público	T _M - Tarifa de movimentação por tonelada	R\$ 14,50

1.2. O contrato terá vigência a partir de sua assinatura e terá duração de vinte e cinco anos, podendo ser prorrogado por mais dez anos, nos termos do art. 1º, § 2º, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

1.3. O contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

1.3.1. O extrato do contrato de permissão será publicado no Diário Oficial da União.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras aplicadas à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Fundamenta a presente contratação a necessidade de dar continuidade à prestação dos serviços públicos aduaneiros de movimentação, armazenagem, bem como o processamento dos respectivos despachos aduaneiros, no que couber à Permissionária na condição de depositária das mercadorias, no município de Juiz de Fora/MG, com a finalidade de atender à demanda estimada no *Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica – EVTE*, constante do Apêndice I deste Termo de Referência.

2.2. Maior detalhamento acerca da fundamentação para contratação e dos quantitativos apurados encontra-se pormenorizado no EVTE.

2.3. O objeto da contratação não está previsto no plano de contratação anual uma vez que não implica dispêndio público.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Os serviços consistem na realização, sob controle aduaneiro, de operações de movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou destinadas à exportação, bem como no processamento dos respectivos despachos aduaneiros, no que couber à Permissionária na condição de depositária das mercadorias.

3.2. Os serviços serão executados em porto seco a ser instalado na região de Juiz de Fora/MG, que deverá contar com área e instalações adequadas ao atendimento da demanda, as quais deverão ser devidamente aparelhadas pela Permissionária na data de início da execução do contrato, inclusive no que se refere à disponibilização de pessoal técnico adequado para garantir seu funcionamento.

3.3. As áreas, instalações e aparelhamento mínimos que deverão ser mantidos pela Permissionária durante toda a execução do contrato constam do Apêndice II deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A permissão para a prestação dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias no porto seco será formalizada por meio de termo de contrato, celebrado entre a União, por intermédio da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 6ª Região Fiscal, ora denominada Permitente para fins de contrato, e a licitante vencedora, ora denominada Permissionária para fins de contrato, que observará os termos da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e, subsidiariamente, os da Lei de Licitações e Contratos, do Edital e das demais normas pertinentes.

4.2. A formalização do contrato de permissão impõe à Permissionária as obrigações e encargos relacionados com a prestação dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias no porto seco, o que deverá ser feito com regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia de atendimento e modicidade das tarifas, na forma estabelecida na legislação específica.

4.3. No contrato constará cláusula que:

I - estabeleça que a Permissionária assumirá a condição de fiel depositária da mercadoria sob sua guarda; e

II - disponha sobre a reversibilidade de bens.

4.4. O contrato resultante da presente licitação, e seus eventuais aditamentos, só terão eficácia depois da publicação no PNCP.

4.5. Compete à Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 6ª Região Fiscal providenciar a publicação do extrato do contrato no PNCP e no Diário Oficial da União no prazo de vinte dias úteis, contado da data de sua assinatura, bem como dos eventuais termos aditivos, no mesmo prazo, nos termos do que dispõe a Lei de Licitações e Contratos.

4.6. *Não se aplica.*

4.7. *Não se aplica.*

Subpermissão

4.8. Não será admitida a subpermissão, a associação da Permissionária com outrem, a cessão, total ou parcial, da permissão outorgada, objeto deste Edital.

4.9. A Permissionária poderá contratar serviços complementares de manutenção, limpeza e conservação, vigilância, medicina e segurança do trabalho e assemelhados.

Garantia da contratação

4.10. Para o fiel cumprimento das obrigações do Edital e das cláusulas e condições do contrato, bem como da legislação aduaneira, será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com validade durante o período da permissão, podendo a Permissionária optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, no valor de R\$ 5.502.019,98 (cinco milhões e quinhentos e dois mil e dezenove reais e noventa e oito centavos), correspondente a 1,15% (um inteiro e quinze centésimos por cento) do valor da receita bruta estimada no EVTE, constante do Apêndice I deste Termo de Referência.

4.11. *Não se aplica.*

4.12. *Não se aplica.*

4.13. No caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.13.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que a Permissionária não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.13.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.13.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.13.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.

4.13.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de dez dias úteis, prorrogável por igual período a critério da Permitente e contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.14. Caso a modalidade de garantia escolhida pela Permissionária seja a garantia em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado em favor da Permitente, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.15. Caso a modalidade de garantia escolhida pela Permissionária seja a utilização de títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e ser avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo ministério competente.

4.16. Caso a modalidade de garantia escolhida pela Permissionária seja a fiança bancária, esta deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios previstos no art. 827 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

4.17. Caso a modalidade de garantia escolhida pela Permissionária seja o título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento

de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.17.1. O título de capitalização deverá ser apresentado à Permitente juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Superintendência de Seguros Privados – Susep, nos termos do art. 8º, *caput*, inciso III, da Circular Susep nº 656, de 11 de março de 2022.

4.18. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

I - prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do inadimplemento das demais obrigações nele previstas; e

II - multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração Pública Federal à Permissionária, inclusive pelo descumprimento da legislação aduaneira.

4.19. A garantia terá seu valor atualizado periodicamente pelo mesmo percentual utilizado no reajuste ou revisão das tarifas contratuais, devendo ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de dez dias úteis, prorrogável por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo do reajuste ou revisão das tarifas ou da emissão do apostilamento, observados os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.20. O disposto no Item 4.19 aplica-se no caso de prorrogação da vigência contratual.

4.21. Caso o valor da garantia seja utilizado total ou parcialmente no pagamento de qualquer obrigação, a Permissionária obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de dez dias úteis, prorrogável por igual período a critério da Permitente e contado da data em que for notificada.

4.22. A Permitente executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.22.1. O emitente da garantia ofertada pela Permissionária deverá ser notificado pela Permitente quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.22.2. Caso ocorra sinistro durante a vigência da apólice do seguro-garantia, a caracterização e comunicação do sinistro poderão ocorrer posteriormente à referida vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular SUSEP nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.23. A autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou a anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhadas de declaração da Permitente, mediante termo circunstanciado, de que a Permissionária cumpriu todas as cláusulas do contrato, extingue a garantia, com a restituição da carta fiança.

4.23.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da SUSEP.

4.23.2. A Administração Pública Federal deverá apurar a existência de pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.24. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração Pública Federal e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.25. A Permissionária autoriza a Permitente a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.26. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela Permitente com o objetivo de apurar prejuízos ou aplicar sanções à contratada.

Vistoria Prévía

4.27. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

4.28. *Não se aplica.*

4.29. *Não se aplica.*

4.30. *Não se aplica.*

4.31. *Não se aplica.*

4.32. *Não se aplica.*

4.33 *Não se aplica.*

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. O prazo para início de funcionamento do porto seco, contado a partir da assinatura do contrato, será aquele indicado pelo licitante vencedor no *Modelo de Proposta de Tarifas e de Prazo de Início de Funcionamento* do porto seco estabelecido no Anexo VII do Edital, não podendo tal prazo exceder o limite de 18 (dezoito) meses.

5.2. O porto seco poderá receber, sob controle aduaneiro, mercadorias importadas ou destinadas à exportação, devendo nele ser executados serviços de processamento de despacho aduaneiro.

5.3. No porto seco poderão ser realizadas operações com mercadorias submetidas a regime aduaneiro comum e especial.

5.4. Poderão ser armazenadas no porto seco somente mercadorias que estiverem sob controle aduaneiro e as abandonadas, apreendidas ou retidas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil no curso do despacho aduaneiro no mesmo recinto.

5.5. No porto seco, a Permissionária será incumbida da prestação de serviços técnicos e especializados relacionados com a armazenagem e a movimentação de mercadorias importadas e das destinadas à exportação.

5.6. Entende-se por armazenagem a guarda ou o depósito de bens ou de mercadorias em porto seco, inclusive no veículo transportador.

5.7. São operações de movimentação o deslocamento, o movimento, o manuseio ou a mudança de lugar ou de posição de bens ou de mercadorias sob controle aduaneiro em porto seco.

5.8. No porto seco, a Permissionária poderá auferir receitas acessórias em decorrência da prestação de serviços conexos com o objeto da permissão, nos termos do art. 4º, § 1º, da Instrução Normativa RFB nº 2.111, de 20 de outubro de 2022, desde que tenha efetuado a opção na proposta apresentada.

5.9. Serviços conexos são aqueles prestados pela Permissionária, associados com o objeto da permissão e contratados facultativamente pelos usuários do porto seco, relacionados no art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 2.111, de 20 de outubro de 2022, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas, inclusive aqueles que forem decorrentes das atividades de porto seco industrial, se for o caso.

5.10. É vedada a cobrança, a título de serviços conexos, quando a prestação de serviços for necessária ao exercício da fiscalização aduaneira, uma vez que seus valores estão abrangidos pelas tarifas, em

expediente normal de funcionamento do porto seco, limitado o acréscimo a 100% (cem por cento); e

IV - cobrança de tarifas de armazenagem maiores do que as constantes da proposta apresentada na licitação a partir do início do segundo período de armazenagem, limitado o acréscimo a 100% (cem por cento), não cumulativo, exceto quando se tratar de armazenagem de mercadorias no veículo transportador.

Revisão das Tarifas

5.17. O valor das tarifas referentes à movimentação e à armazenagem de mercadorias poderão ser revistas a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

5.18. O pedido de revisão das tarifas pela Permissionária deverá ser instruído com uma composição de custos atualizada que, comparada com a apresentada na licitação (item 5.18, incisos II a V, do Edital de Concorrência RFB/SRRF06 nº 90001/2026), comprove a quebra do inicial equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

5.19. Ressalvados o imposto sobre a renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, quando comprovado seu impacto, implicará a revisão da tarifa, para mais ou para menos, conforme o caso, para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

5.20. Caso haja alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 6ª Região Fiscal deverá restabelecê-lo, concomitantemente à alteração.

5.21. Sempre que forem atendidas as condições do contrato, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

5.22. As receitas acessórias e complementares, de que trata o Item 5.8 deste Termo de Referência, serão obrigatoriamente consideradas para aferição do inicial equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

5.23. Não caberá revisão de tarifas caso o Permissionário deixe de prestar serviços conexos cuja receita tenha sido utilizada no demonstrativo de viabilidade econômica do empreendimento proposto no certame ou caso não se concretize, durante a execução do contrato, o valor de receitas acessórias estimado por ocasião da proposta.

Reajuste das Tarifas

5.24. Os valores das tarifas dos serviços permitidos serão reajustados anualmente, independentemente de pedido da Permissionária, a partir da data limite para a apresentação da proposta, de acordo com a seguinte fórmula:

$$V = \frac{I}{I_0} V_0$$

Sendo:

V = valor reajustado da tarifa;

I = Índice de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA do mês do reajuste;

I₀ = Índice de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA do mês de apresentação da proposta na licitação; e

V₀ = valor da tarifa constante da proposta.

5.25. Em caso de revisão contratual de tarifas, não será alterado o termo inicial do período de reajuste, que será a data em que o reajuste anterior tiver ocorrido.

5.26. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.27. No caso de atraso ou não divulgação de eventual índice de reajustamento, a Permitente pagará à Permissionária a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

5.28. Nas aferições finais, eventual índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

5.29. Caso eventual índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

5.30. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento das tarifas, por meio de termo aditivo.

5.31. O reajuste será realizado por apostilamento.

Local e horário da prestação dos serviços

5.32. A Permissionária deverá providenciar o local e espaço físico do empreendimento, no Município de Juiz de Fora/MG.

5.33. Os serviços serão prestados em horário comercial convencional.

5.34. *Não se aplica.*

Materiais a serem disponibilizados

5.35. Para a perfeita execução dos serviços, a Permissionária deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à adequada prestação dos serviços e atendimento da demanda.

5.36. As áreas, instalações e aparelhamento mínimos a serem mantidos pela Permissionária durante a execução do contrato constam do Apêndice II deste Termo de Referência.

5.37. Deverá ser colocada somente placa de identificação do porto seco nas dimensões mínimas de 2,5m x 5,0m (dois metros e meio por cinco metros), pela Permissionária, com localização e especificações a serem fornecidas pela Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil jurisdicionante.

5.38. Caso a Permissionária queira inserir na placa sua razão social ou denominação, esta deverá ocupar, no máximo, a área equivalente a $\frac{1}{5}$ (um quinto) da área da placa.

5.39. Durante a execução do contrato, caso haja interesse da Permissionária em promover alterações ou expansões de construções, de equipamentos e de sistemas operacionais de segurança e dos relativos à medicina e segurança do trabalho, essas alterações ou expansões deverão ser executadas a expensas da Permissionária, após autorização da Permitente, sem prejuízo da prerrogativa de a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, no interesse do serviço público, promover novas licitações para outorga de permissão ou concessão, se for o caso, para a prestação dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias em porto seco, em Juiz de Fora/MG.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.40. Estimativa de demanda pelos serviços que serão prestados e outras informações relevantes para o dimensionamento da proposta consta do EVTE, constante do Apêndice I deste Termo de Referência.

5.41. Fazem parte do EVTE, dentre outros, levantamento da demanda histórica, estimativa da demanda futura, tipo de carga a ser movimentada e armazenada, recursos humanos a serem disponibilizados, prazo da permissão, dimensionamento do porto seco, instalações e equipamentos, orçamento do porto seco, custos e despesas anuais, receita bruta e fluxo de caixa líquido esperado.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.42. *Não se aplica.*

5.43. Fica estabelecido período de transição entre as permissionárias, que será de cento e vinte dias.

5.43.1. Nos 60 (sessenta) dias que antecederem o vencimento do contrato atual, a licitante vencedora terá livre acesso ao porto seco, para que sejam obtidas da Permissionária atual informações relativas à operacionalidade do terminal, sob a supervisão da unidade local da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, a fim de assegurar a continuidade dos serviços públicos prestados no local.

5.43.2. Nos 60 (sessenta) dias posteriores ao vencimento do contrato atual, a antiga administradora terá acesso ao porto seco para que possam ser retirados materiais e equipamentos de sua propriedade, porventura existentes no local

5.44. No período de transição das administrações de que trata o Item 5.43 a licitante vencedora não auferirá remuneração relativa a tarifas e receitas acessórias.

5.45. A licitante vencedora deverá providenciar o cumprimento das condições de alfandegamento e das obrigações contratuais antes do término do prazo de transição de que trata o Item 5.43 deste Termo de Referência.

5.46. A nova Permissionária poderá requerer a dispensa temporária do cumprimento de condições para o alfandegamento, mediante apresentação de justificativa, desde que assuma, no requerimento, o compromisso de regularização de pendências em prazo determinado, a qual poderá ser deferida pelo titular da unidade local da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, a seu critério.

5.47. O descumprimento do prazo indicado no compromisso de regularização de pendências ensejará aplicação de sanção administrativa, nos termos da Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades, inclusive contratuais.

Requisitos para início de operação

5.48. Para fins de verificação de cumprimento das obrigações contratuais constantes do Edital e dos documentos de classificação (proposta) e de habilitação, e para fins de verificação de conformidade às normas da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil pertinentes ao alfandegamento, os recintos serão vistoriados pela referida instituição.

5.49. A vistoria para fins de verificação do cumprimento das condições para início da execução do contrato será realizada por comissão de vistoria designada pelo chefe da unidade da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o porto seco, que lavrará termo de vistoria circunstanciado, e será realizada com observância dos seguintes procedimentos:

I - será realizada no prazo de trinta dias, contado da comunicação a que se refere o inciso VIII da cláusula nona do contrato;

II - caso seja verificado que não foram atendidas todas as condições estabelecidas, a comissão consignará as pendências no respectivo termo para ciência da Permissionária, a qual sanará as referidas pendências no prazo que lhe for concedido, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;

III - transcorrido o prazo concedido, a comissão procederá nova vistoria, lavrando o respectivo termo; e

IV - caso não tenham sido sanadas as pendências, operar-se-á a caducidade da permissão.

5.50. A vistoria para fins de verificação do cumprimento das condições de alfandegamento será realizada a requerimento da Permissionária, por meio de equipe de alfandegamento designada nos termos da

6.11. O exercício da fiscalização pela Permitente não exclui nem reduz a responsabilidade da Permissionária ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios e, no caso de sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da Permitente.

6.12. No exercício da fiscalização, a Permitente terá acesso aos dados relativos à administração, à contabilidade e aos recursos técnicos, econômicos e financeiros da permissionária.

6.13. O titular da unidade da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o porto seco expedirá normas operacionais complementares necessárias ao cumprimento do contrato e designará servidor, na qualidade de fiscal do contrato, que acompanhará e fiscalizará permanentemente sua execução.

6.14. O desempenho da Permissionária, que compreenderá a regular execução do contrato e a satisfação objetiva dos usuários com relação à qualidade dos serviços prestados e ao atendimento de seus direitos, discriminados em cláusula contratual, será avaliado conforme *método de avaliação de desempenho* estabelecido pela Portaria RFB nº 607, de 6 de novembro de 2025, que estabelece critérios, indicadores, fórmula e parâmetros definidores da qualidade dos serviços.

6.14.1. A Permissionária, na prestação dos serviços, compromete-se a empregar materiais e equipamentos de qualidade e a manter instalações e métodos operativos adequados que garantam bons níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade das tarifas, conforme as seguintes definições:

I - regularidade, caracterizada pela prestação continuada dos serviços;

II - continuidade, caracterizada pelo permanente oferecimento dos serviços;

III - eficiência, que compreende a prestação satisfatória dos serviços;

IV - segurança, caracterizada pelos mecanismos que a permissionária irá adotar para preservação de suas instalações e para proteção das mercadorias sob a sua guarda;

V - atualidade, que compreende a modernidade das técnicas empregadas, dos equipamentos e das instalações utilizadas, inclusive para sua conservação, bem como a melhoria dos serviços;

VI - generalidade, que compreende a igualdade dos usuários na prestação dos serviços;

VII - cortesia, caracterizada pelo atendimento ágil e respeitoso a todos os usuários dos serviços permitidos; e

VIII - modicidade das tarifas, caracterizada pelo esforço permanente da permissionária em reduzir custos, criando condições para a redução das tarifas quando dos reajustes e revisões.

6.15. A avaliação da qualidade dos serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias prestados pela Permissionária, de que trata o Item 6.14, deverá ser realizada semestralmente.

6.16. A avaliação será realizada pelo fiscal do Contrato a ser designado pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil por meio de expedição de relatório circunstanciado, com base nos formulários de avaliação preenchidos pelos usuários dos serviços prestados.

6.16.1. O relatório circunstanciado, acompanhado dos formulários de avaliação, será:

I - submetido à autoridade contratante, com proposta, inclusive, de aplicação de sanções previstas neste Termo de Referência; e

II - encaminhado à comissão de que o Item 6.17, o qual deverá constar do relatório da referida comissão.

6.17. Os serviços serão fiscalizados, também, nos meses de junho e dezembro, por intermédio de comissão designada pelo Superintendente da Receita Federal do Brasil da 6ª Região Fiscal, composta por representantes da Permitente, da Permissionária e dos usuários, conforme estabelecido no art. 30, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e no art. 24 da Instrução Normativa RFB nº 2.111, de 20 de outubro de 2022.

Fiscal do Contrato

6.18. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.19. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato com vistas ao cumprimento das condições nele estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração Pública Federal.

6.20. O fiscal do contrato anotará, no histórico de gerenciamento do contrato, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.21. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificação para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.22. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, situação que demandar decisão ou adoção de medidas não abrangidas por suas competências, para que o gestor adote as medidas necessárias ou saneadoras, conforme o caso.

6.23. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas previstas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.24. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, com antecedência mínima de vinte e quatro meses, o término do contrato sob sua responsabilidade.

Gestor do Contrato

6.25. Cabe ao gestor do contrato:

I - coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo do registro de ocorrências, e das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequação do contrato;

II - acompanhar os registros realizados pelo fiscal do contrato, relativos às ocorrências relacionadas à execução do contrato e às medidas adotadas, informando, conforme o caso, à autoridade superior as que ultrapassarem a sua competência;

III - verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

IV - tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

V - fazer constar, no processo de acompanhamento contratual:

a) a prestação de contas da Permissionária relativa às receitas auferidas, no mês anterior, com movimentação e armazenagem de mercadorias; e

b) a prestação de contas relativa às receitas acessórias decorrentes da prestação de serviços conexos com aquele objeto da Permissão, a serem recebidas do fiscal do contrato até o último dia do mês subsequente;

VI - acompanhar a aplicação da avaliação de desempenho da permissionária, efetuada pelo fiscal do contrato;

VII - receber o relatório circunstanciado de que trata Item 6.16 produzido pelo fiscal do contrato, e encaminhá-lo à autoridade superior; e

VIII - solicitar semestralmente à comissão de que trata o Item 6.17 cópia do relatório previsto no referido Item, e propor à autoridade superior as medidas relativas à execução contratual que se fizerem necessárias.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Da Remuneração dos serviços

7.1. Não caberá à União assumir qualquer despesa relativa à contratação para a execução dos serviços a serem prestados pelo porto seco.

7.2. As despesas relacionadas à prestação dos serviços serão remuneradas pela cobrança de tarifas do usuário, pagas diretamente à Permissionária, que deverão abranger todos os custos, inclusive seguros, remuneração dos serviços e amortização do investimento, bem como aqueles necessários ao exercício da fiscalização aduaneira, nos termos e limites ofertados no processo licitatório.

7.2.1. A Permissionária deve contratar, às expensas das tarifas do usuário, Seguro de Riscos Operacionais (Risco Nomeado ou *All Risks*), cobrindo danos ao imóvel, equipamentos e às mercadorias sob guarda, inclusive apreendidas, e seguro de responsabilidade civil geral, para danos a terceiros, figurando a União como cossegurada ou beneficiária das indenizações relativas às mercadorias sob pena de perdimento ou já incorporadas ao patrimônio público.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Permissionária que:

I - der causa à inexecução parcial do contrato;

II - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração Pública Federal ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo

III - der causa à inexecução total do contrato

IV - atrasar o início da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;

V - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

VI - praticar ato fraudulento na execução do contrato;

VII - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; e

VIII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Além de sujeitar-se às penalidades por infração à legislação aduaneira, especialmente as previstas no Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, e na Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, a Permissionária ficará sujeita às seguintes sanções administrativas:

8.2.1. Advertência, pela inexecução total ou parcial dos encargos assumidos pela Permissionária, nos termos da Cláusula Nona, incisos IV, V, VII, VIII, IX, X, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XXII, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVIII e XXIX, XXX, XXXI, XXXII, XXXIII, XXXIV do contrato, ou quando a Permissionária der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas no Item 8.1, incisos II e III, sempre que não for justificada a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas no Item 8.1, incisos V, VI, VII e VIII, bem como nos incisos "II" e "III" do referido Item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

I - compensatória de 20 % (vinte por cento) sobre o valor de R\$ 36.590.390,00 (trinta e seis milhões e quinhentos e noventa mil e trezentos e noventa reais), correspondente ao custo total do investimento apurado no EVTE elaborado pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, por desistência de assumir a permissão após assinatura do contrato, durante o prazo estipulado na proposta apresentada, excluídas as hipóteses de transferência da permissão ou do controle acionário, constantes da Instrução Normativa RFB nº 2.111, de 20 de outubro de 2022, ou por inexecução total do contrato, prevista no Item 8.1, inciso III;

II - moratória de 0,075% (setenta e cinco milésimos por cento) sobre o valor de R\$ 36.590.390,00 (trinta e seis milhões e quinhentos e noventa mil e trezentos e noventa reais), correspondente ao custo total do investimento apurado no EVTE elaborado pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, para a infração descrita no Item 8.1, inciso IV, por dia de atraso no início de funcionamento do porto seco, nos termos da proposta apresentada, conforme modelo constante do Anexo VII do Edital, até o limite de 120 (cento e vinte) dias;

III - *Não se aplica.*

III - compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita no Item 8.1, inciso IV, 10% (dez por cento) sobre o valor de R\$ 36.590.390,00 (trinta e seis milhões e quinhentos e noventa mil e trezentos e noventa reais), correspondente ao custo total do investimento apurado no EVTE elaborado pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil;

IV - compensatória, para as infrações descritas no Item 8.1, incisos V, VI, VII e VIII, de 30% (trinta por cento) sobre a receita de movimentação e armazenagem de mercadorias e de prestação de serviços conexos, auferida no mês anterior ao da infração cometida.

V - compensatória, para a infração descrita acima no Item 8.1, inciso I, de 2% (dois por cento) sobre a receita de movimentação e armazenagem de mercadorias e prestação de serviços conexos, auferida no mês anterior ao da infração cometida, ressalvadas as infrações previstas nos incisos VI e VII deste Item;

VI - compensatória de 2% (dois por cento) sobre a receita de movimentação e armazenagem de mercadorias e prestação de serviços conexos, auferida no mês anterior ao da infração cometida, pela inexecução total ou parcial dos encargos assumidos pela permissionária, estabelecidos nos incisos I, II, e III da Cláusula Nona do contrato, aplicada em dobro na reincidência;

VII - compensatória de 5% (cinco por cento) sobre a receita de movimentação e armazenagem de mercadorias e prestação de serviços conexos, auferida no mês anterior ao da infração cometida, pela inexecução total ou parcial dos encargos assumidos pela permissionária,

VIII - compensatória, para a infração descrita acima no Item 8.1, inciso II, de 10% (dez por cento), sobre a receita de movimentação e armazenagem de mercadorias e prestação de serviços conexos.

8.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Permissionária, observando-se o procedimento previsto no art. 158 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.9.2.Os endereços de e-mail informados na proposta comercial ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.12. A personalidade jurídica da Permissionária poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à

pessoa jurídica serão estendidos a seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Permissionária, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.13. A Permitente deverá, no prazo máximo de quinze dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.13.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma prevista no art. 163 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PERMISSIONÁRIO E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. A modalidade de licitação será concorrência, conforme determinado pela Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo maior desconto.

9.2. O julgamento será conforme o menor valor das tarifas, as quais serão calculadas a partir da aplicação do desconto único ofertado sobre as tarifas máximas indicadas na tabela constante do Anexo VI do Edital.

Regime de execução

9.3. O regime de execução do contrato será permissão.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante apresentar:

I - para a habilitação jurídica, os seguintes documentos:

a) sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da junta comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

b) sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na junta comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020; e

c) Filial, sucursal ou agência de sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no registro onde tem sede a matriz;

II - para a habilitação fiscal, social e trabalhista, os seguintes documentos:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente aos créditos tributários federais e à Dívida

Ativa da União – DAU por elas administrados, inclusive aqueles relativos à seguridade social, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014;

c) prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

d) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, distrital ou municipal, caso haja, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; e

f) prova de regularidade com a fazenda estadual e municipal do domicílio ou da sede da licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

III - para a qualificação Econômico-Financeira, os seguintes documentos:

a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante; e

b) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, comprovando índices de Liquidez Geral – LG, Liquidez Corrente – LC e Solvência Geral – SG superiores a um; e

IV - para a qualificação Técnica, os seguintes documentos:

a) declaração da licitante mediante a qual se comprometa a apresentar laudos e licenças de quaisquer naturezas, inclusive a ambiental, caso vencedora do certame, antes do prazo informado para início do funcionamento do porto seco, com exceção da licença prévia outorgada pelo órgão de fiscalização ambiental, que deve ser apresentada concomitantemente ao projeto do porto seco, conforme modelo constante do Anexo IX do Edital;

b) declaração da licitante mediante a qual se comprometa a disponibilizar o imóvel oferecido para o uso de que trata a contratação, firmada em conjunto com quem legalmente detém seu direito de uso, caso seja a vencedora da concorrência, a partir da data da assinatura do contrato de permissão até o seu término, conforme modelo constante do Anexo X do Edital;

c) documento expedido pela prefeitura municipal com jurisdição sobre o imóvel oferecido, do qual conste anuência expressa quanto à sua utilização para a exploração dos serviços objeto da concorrência, referente a imóvel deverá localizado, obrigatoriamente, no Município de Juiz de Fora/MG;

d) declaração da licitante mediante a qual se comprometa a usar o imóvel ofertado exclusivamente para as atividades do porto seco, conforme modelo constante do Anexo XI do Edital;

e) declaração da licitante, sob as penas cabíveis, conforme modelo constante do Anexo XII do Edital, de que está ciente da obrigatoriedade de apresentar no prazo de até quarenta e cinco dias, contado da data da assinatura do contrato, o projeto do porto seco contendo:

1. desenhos, que incluam, no mínimo, a planta de situação, incluindo as vias de acesso, a planta de locação, indicando o arruamento, as portarias, os pátios, os armazéns, os silos, os tanques, as guaritas, os ramais ferroviários, os muros, as cercas, os portões, as balanças, os scanners, os equipamentos para movimentação de mercadorias, as áreas de verificação de mercadorias, as instalações da Secretaria Especial da Receita Federal

III - os documentos deverão ser exigidos com base no limite definido pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sistema Público de Escrituração Digital – Sped.

IV - caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a um em qualquer um dos índices econômicos LG, SG ou LC, será exigido patrimônio líquido mínimo de R\$ 5.289.615,67 (cinco milhões e duzentos e oitenta e nove mil e seiscentos e quinze reais e sessenta e sete centavos), correspondente a 10% (dez por cento) do valor total estimado do investimento; e

V - o atendimento dos índices econômicos LG, SG e LC deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

10. DO VALOR DAS TARIFAS MÁXIMAS

10.1. O valor das tarifas máximas, constantes do Anexo VI do Edital, decorre do EVTE, elaborado pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e constante do Apêndice I deste Termo de Referência.

10.2. O valor de referência para aplicação do maior desconto ofertado será aplicado sobre uma única tarifa (tarifa de movimentação por tonelada - T_M), que incidirá, igualmente, sobre todas as tarifas máximas de armazenagem e movimentação, indicadas no Anexo VI do Edital, durante o período da permissão.

Belo Horizonte, 14 de maio de 2026

Equipe de Planejamento da Contratação

Portaria SRRF06 nº 366, de 28 de janeiro de 2026

Boletim de Serviço RFB nº 21, de 30/01/2026

Guilherme Nascimento de Oliveira

ATA - Matrícula 1723107

Valdiney Breder de Souza

ATRFB - Matrícula 1539947

Fernanda Miranda Pereira

ATRFB – Matrícula 1381095

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A Secretaria da Receita Federal do Brasil garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001

Histórico de atividades sobre o documento:

Documento assinado digitalmente por:

FERNANDA MIRANDA PEREIRA em 14/05/2026

GUILHERME NASCIMENTO DE OLIVEIRA em 14/05/2026

VALDINEY BREDER DE SOUZA em 14/05/2026.

Confira o documento original pelo Smartphone conectado à Internet:



Confira o documento original pela Internet:

a) Acesse o endereço:

<http://sadd.receita.fazenda.gov.br/sadd-internet/pages/validadocumento.xhtml>

b) Digite o código abaixo:

APZ0.GNEH.FHYNR.RNW7

Código Hash obtido através do algoritmo SHA-256:

LdLxP1xxs5XdF2qTUIFdx6Uq2yp66TFQUR56qZahrgo=

APÊNDICE I DO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA RFB/SRRF06 Nº 90001/2026

ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA – EVTE



Estudo Sintético de Viabilidade Técnica e Econômica

Porto Seco – Juiz de Fora/MG

Superintendência da Receita Federal na 6ª Região Fiscal

Junho de 2025

(correções pontuais em maio de 2026)



**MINISTÉRIO DA
FAZENDA**



Sumário

1 - Introdução	4
2 - Justificativa	4
3 - Objetivo	5
4 - Metodologia	5
4.1 - Taxa de atratividade e estrutura de capital	6
5 - Avaliação preliminar – pesquisa direta.....	7
6 - Localização geográfica e informações socioeconômicas	7
7 - Levantamento da demanda histórica	8
7.1 - Importação	9
7.1.1 - Importações com despacho aduaneiro na 6ª RF	9
7.1.2 - Importações com despacho aduaneiro no porto seco de Juiz de Fora	9
7.1.3 - Participação do porto seco de Juiz de Fora frente ao total desembaraçado na 6ª RF	9
7.2 - Exportação	10
7.2.1 - Exportações com despacho aduaneiro na 6ª RF	10
7.2.2 - Exportações com despacho aduaneiro no porto seco de Juiz de Fora.....	10
7.2.3 - Participação do porto seco de Juiz de Fora frente ao total desembaraçado na 6ª RF	10
8 - Estimativa da demanda futura	10
9 - Tipo de carga a ser movimentada e armazenada.....	11
9.1 - Principais mercadorias importadas	12
9.2 - Principais mercadorias exportadas.....	12
9.3 - Unidades de entrada - importação.....	12
9.4 - Unidades de embarque - exportação	13
10 - Disponibilização de recursos humanos	13
11 - Prazo da permissão.....	14
12 - Dimensionamento do porto seco, instalações e equipamentos	14
12.1 - Dimensionamento físico	14
12.2 – Equipamentos e veículos	15
12.3 - Mobiliário	16
12.4 - Equipamento de informática	16
12.5 – Sistemas.....	17
13 - Orçamento do porto seco.....	17
13.1 - Depreciação.....	18
13.2 – Financiamento do empreendimento	18



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Receita Federal

14 - Custos e despesas anuais	18
15 - Receita bruta	19
16 - Fluxo de caixa líquido	19
17 - Verificação da viabilidade do empreendimento.....	20
18 - Tarifas	21
19 - Considerações finais	22



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



1 - Introdução

A missão institucional da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) é administrar o sistema tributário e aduaneiro, contribuindo para o bem-estar econômico e social do país. No exercício dessa missão, em relação ao sistema aduaneiro, o Brasil se faz presente como país membro da Organização Mundial das Aduanas (OMA) e, em âmbito regional, do Mercado Comum do Sul (Mercosul), seguindo as diretrizes de tais organismos, que promovem, dentre outras, a facilitação do comércio internacional através da diminuição de burocracia alfandegária, a agilidade na liberação das cargas e gerenciamento do risco no controle aduaneiro.

Nesse contexto, a licitação de portos secos é relevante instrumento para que as citadas diretrizes possam ser cumpridas, delegando a particulares os serviços aduaneiros de atendimento aos usuários, e permitindo assim que a RFB possa otimizar seus recursos para o exercício de sua atividade fim.

Conforme a definição contida na Instrução Normativa RFB Nº 2.111, de 20 de outubro de 2022, porto seco é *“o recinto alfandegado de uso público, instalado em zona secundária ou ponto de fronteira alfandegado, onde poderão ser executadas operações de movimentação, armazenagem, industrialização, manutenção ou despacho aduaneiro de bens, inclusive de viajantes, e mercadorias, sob controle aduaneiro”*, e pode ser classificado em dois tipos, de acordo com sua localização e objetivo:

I - Porto seco de zona secundária, que possibilita a interiorização do despacho aduaneiro, aumentando as opções logísticas para importadores e exportadores, e eventualmente permitindo a redução da distância geográfica entre o local de despacho e o estabelecimento do importador/exportador; e

II - Porto seco de fronteira, o recinto localizado em ponto de fronteira alfandegado ou em área contígua, por onde ingressam ou saem do País, por via terrestre, mercadorias de importação e exportação.

Ainda de acordo com a mesma Instrução Normativa, a execução das operações e a prestação dos serviços conexos serão efetivadas mediante o regime de permissão, salvo quando os serviços devam ser prestados em porto seco instalado em imóvel pertencente à União, caso em que será adotado o regime de concessão, precedida ou não da execução de obra pública.

Atualmente a 6ª Região Fiscal da RFB (MG) possui dois portos secos em sua jurisdição, dentre eles o porto seco localizado no município de Juiz de Fora/MG, objeto do presente estudo.

2 - Justificativa

Desde 1997 funciona em Juiz de Fora porto seco sob o regime de permissão pública, fruto do contrato assinado entre a União, por intermédio da Superintendência da Receita Federal na 6ª Região Fiscal (SRRF06), e a empresa Multiterminais Alfandegados do Brasil Ltda., que vem cumprindo sua função logística e econômica de facilitação do comércio exterior, atendendo a uma demanda que atualmente representa, em termos de volume de carga (peso), cerca de 29% dos desembaraços aduaneiros realizados em MG¹.

Tendo em vista o término do período contratual da permissão, ocorrido em 15 de abril de 2017, o permissionário do porto seco vem prestando serviços com base em decisão judicial do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), emanada junto ao processo nº 1042175-89.2021.4.01.0000, e, mais

¹ Com base nos dados das operações de 2020 a 2024.



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



recentemente, com base em decisão judicial da 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), junto ao processo nº 0016812-08.2017.4.01.3800, que determinou a **prorrogação da vigência do contrato até que a Administração ultime os atos necessários à realização de nova licitação do porto seco de Juiz de Fora, observando o prazo máximo de 24 meses para tanto, contado a partir de 16 de setembro de 2024.**

3 - Objetivo

O presente estudo tem por objetivo avaliar, **de forma sintética**, a viabilidade técnica e econômica do empreendimento e apurar a tarifa teto para apresentação das propostas, a fim de respaldar a decisão da Superintendência quanto à abertura ou não do respectivo processo licitatório dos serviços a serem prestados por terceiros no município de Juiz de Fora, mediante novo contrato de permissão, nos termos da legislação vigente.

Para o atendimento desta demanda, a SRRF06 designou Comissão Especial para elaboração de Estudo Sintético de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE) por meio da Portaria SRRF06 nº 337, de 15 de abril de 2025, publicada no Boletim de Serviço da RFB nº 75, de 22 de abril de 2025, para elaborar os estudos correspondentes, a fim de atender ao disposto no art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 2.111/2022. A citada portaria consta do Anexo I deste documento.

Salienta-se que, quando do encerramento do prazo administrativo do contrato de permissão do porto seco em Juiz de Fora, a SRRF06 realizou similar estudo, conduzido no processo administrativo nº 10070.000247/1215-12, o qual não logrou êxito, concluindo pela inviabilidade econômica do empreendimento à época.

Importante: este estudo destina-se exclusivamente ao uso interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e órgãos de controle, conduzido pelo e-Processo nº 13031.279185/2025-24, não devendo ser utilizado por empresas interessadas em participar de eventual licitação como base de sua decisão, pois, como estabelece o inciso IV do artigo 2º da Lei nº 8.987/1995, a participação de pessoa jurídica na licitação é por sua conta e risco, cabendo a ela, se julgar necessário, providenciar estudo próprio de viabilidade técnica e econômica considerando as peculiaridades de sua entidade.

4 - Metodologia

Para se chegar às conclusões acerca da viabilidade de implantação do porto seco, no presente estudo tem-se como o ponto de partida o levantamento da demanda de importação e exportação atendida nos últimos cinco anos civis completos (2020 a 2024) pelo atual porto seco em funcionamento em Juiz de Fora.

Com base em tais números, estima-se a demanda futura (volume e valores de operações) e na sequência infere-se a infraestrutura necessária (instalações, equipamentos, mobiliário e sistemas) e a quantidade de recursos humanos por parte da RFB.

Em seguida, realiza-se previsão orçamentária contemplando os custos de implantação do porto seco, incluindo valor de terreno, obras/instalações, equipamentos, mobiliário, bens de informática e sistemas. São demonstrados também os respectivos valores de depreciação.

Estimado o valor previsto do investimento, demonstra-se a forma de financiamento do empreendimento, indicando o valor estimado de investimento feito com capital próprio e o valor com capital de terceiros, bem como o custo deste.



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



São estimados então os custos/despesas de operação do recinto. Para tal, neste estudo levou-se em consideração informações prestadas pelo atual permissionário, referentes aos anos de 2020 a 2024.

Na sequência, são calculadas as receitas anuais necessárias para cobrir todo o custo do investimento e despesas de funcionamento do porto seco, e ainda proporcionar lucro líquido. Em tal cálculo são consideradas apenas as receitas geradas a partir da movimentação e armazenagem de cargas, os dois principais serviços prestados. Não estão considerados neste estudo as receitas com serviços conexos, de que trata o art. 5º, da IN RFB nº 2.111/2022, que a permissionária poderá oferecer aos usuários.

Para se estimar o valor da receita bruta anual, a demanda estimada é multiplicada por valores de tarifas - que foram objeto de simulação - que possibilitem atingir níveis de receita que tornem o empreendimento viável economicamente.

Em seguida demonstra-se o fluxo líquido de caixa do empreendimento ao longo do prazo da permissão, considerando os valores de investimento, os resultados dos exercícios e as depreciações anuais.

A viabilidade do empreendimento será então aferida pelos métodos do Valor Presente Líquido² (VPL) e da Taxa Interna de Retorno (TIR), considerando-se o fluxo líquido de caixa e a Taxa de Atratividade do projeto, que neste estudo será de 11,73% ao ano, melhor abordada no tópico seguinte.

Conclui-se que o empreendimento é viável economicamente se o VPL for igual ou maior que zero e se a TIR for igual ou maior do que a Taxa de Atratividade, considerando ainda se as tarifas calculadas estão aderentes à realidade de mercado.

4.1 - Taxa de atratividade e estrutura de capital

Neste estudo está sendo considerada como taxa de atratividade do projeto o valor de 11,73% ao ano, obtido pela metodologia do Custo Médio Ponderado de Capitais - WACC (*Weighted Average Cost of Capital*), apurado conforme avaliação feita pela Secretaria do Tesouro Nacional na Nota Conjunta SEI nº 2/2022/STN/SPE/ME-DF, de 28 de abril de 2022, constante do Anexo II deste documento.

Seguindo ainda o disposto na citada Nota, no que tange à estrutura de capital, este estudo considera um cenário em que o empreendimento será financiado na proporção de 69,7% com recursos próprios e 30,3% com recursos de terceiros. Já com relação à remuneração do capital, a taxa de juros líquida de impostos que remunera o capital próprio seria de 9,87% e para o capital de terceiros seria de 6,32%.

WEIGHTED AVERAGE COST Of CAPITAL - Secretaria do Tesouro Nacional		
	Capital Próprio	Capital de Terceiros
Estrutura de capital do empreendimento	69,70%	30,30%
Custo de capital (taxa de remuneração)	9,87%	6,32%

² Valor Presente Líquido é um método que consiste em trazer para a data zero todos os fluxos de caixa de um projeto de investimento e somá-los ao valor do investimento inicial, usando como taxa de desconto a Taxa de Atratividade (TMA) do empreendimento.



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



5 - Avaliação preliminar – pesquisa direta

Para fins de análise da viabilidade da implantação de um porto seco no município de Juiz de Fora, foi estabelecido pela comissão responsável que o tratamento a ser dado ao tema seria equivalente ao de substituição do contrato da atual permissionária localizada no município.

Dessa forma, considera-se que o perfil dos usuários do futuro recinto será semelhante ao do atual, traçado a partir das informações obtidas junto aos sistemas da RFB e ao porto seco em atividade no município, em cotejo com os dados gerais de comércio exterior da jurisdição.

Por essa razão foi dispensada a pesquisa direta com empresas importadoras e exportadoras.

6 - Localização geográfica e informações socioeconômicas³

O local escolhido para instalação do porto seco de que trata este estudo é Juiz de Fora/MG, um município pertencente à região denominada Zona da Mata Mineira, localizada no sudeste do Estado.

De acordo com dados do IBGE/2022, Juiz de Fora possui uma extensão territorial de 1.435,7 km², um PIB per capita de R\$ 35.145,34 e um PIB de R\$ 20.297.559,28, colocando-o na 64ª posição entre as cidades mineiras. Sua população estimada em 2024 é de 565.764 habitantes, a 4ª mais populosa de MG.

Juiz de Fora é considerada a cidade-polo da Zona da Mata Mineira e conta com cerca de 1.800 indústrias de setores automobilístico, agroindustrial, moveleiro, metalúrgico, cimentício, têxteis e produtores de papel e papelão.

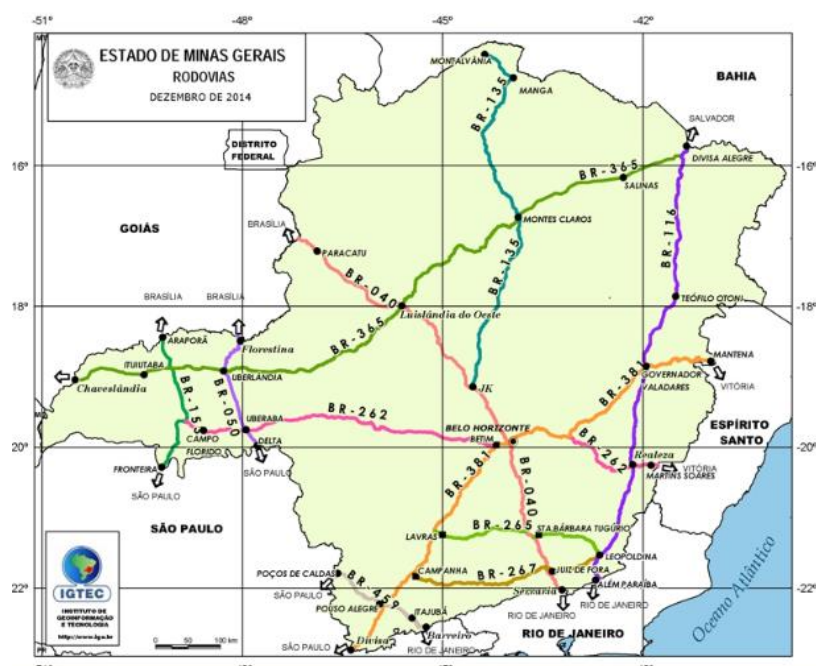
O município encontra-se a 261 Km de Belo Horizonte/MG, 185 km do Rio de Janeiro/RJ e 477 km de São Paulo/SP. É servido por rodovias federais e estaduais que permitem fácil acesso a importantes portos e aeroportos internacionais do país, com destaque para a BR-040, principal ligação rodoviária entre Minas Gerais e Rio de Janeiro, onde se encontram importantes portos do País.

³ Fontes:

- [IBGE](#)
- [PJF | Conheça a Cidade](#)
- [Desenvolve Juiz de Fora](#)
- [Anuário Estatístico de Juiz de Fora - 2009](#) (https://www.pjf.mg.gov.br/cidade/anuario_2009/basededados/PDF/4%20Infraestrutura/Transporte/T%204.18.pdf)
- [Rodovias | MG.GOV.BR](#) - Fontes: DNIT, Anuário estatístico da UFJF 2009, Guia Quatro-Rodas.
- [Distâncias de Juiz de Fora - Juiz de Fora/MG ifminas](#)



**MINISTÉRIO DA
FAZENDA**

**Receita Federal**

Juiz de Fora é servida ainda por rede ferroviária com ligações com importantes centros urbanos do sudeste e portos.

Tabela 4.18 - Distância ferroviária, em km, entre Juiz de Fora e os principais centros e portos do sudeste

Centro / porto	Km*
Belo Horizonte	360
Rio de Janeiro	294
Santos	589
São Paulo	553
Sepetiba	252

Fonte: MRS Logística S.A.; Centro de Pesquisas Sociais / Anuário 2009.

Nota: (*) Distâncias tendo como origem a Estação de Juiz de Fora.

Obs.: Esta tabela refere-se à Tabela 76 dos Anuários anteriores a 2008.

Além disso, Juiz de Fora é atendida pelo Aeroporto Regional Presidente Itamar Franco, localizado no município de Goianá/MG, distante 46 km.

7 - Levantamento da demanda histórica

Os dados constantes do presente tópico visam apresentar a demanda de importação e exportação, dos cinco últimos anos civis completos (2020 a 2024), atendida pelo porto seco de Juiz de Fora e demonstrar sua parcela de participação diante do total de operações desembaracadas na 6ª Região Fiscal (MG).

As tabelas a seguir contemplam o peso líquido e valor em dólar americano. Para fins de análise de viabilidade técnica e econômica a que se refere este trabalho, estas são as métricas relevantes, uma vez que as tarifas de armazenagem e movimentação de carga, principal receita dos portos secos, têm relação direta com os valores e volumes das operações.



7.1 - Importação

7.1.1 - Importações com despacho aduaneiro na 6ª RF

A tabela a seguir traz informações acerca das importações, processadas por meio de Declaração de Importação (DI), desembaraçadas nos recintos localizados na 6ª Região Fiscal, nos anos de 2020 a 2024.

Tabela 1 - Importações desembaraçadas na 6RF

Ano de desembaraço	Peso líquido (KG)	Valor CIF (USD) ⁴
2020	393.482.609,43	6.658.557.956,09
2021	689.681.424,42	9.354.218.011,51
2022	684.162.135,41	10.823.832.513,13
2023	668.887.893,74	8.942.376.943,99
2024	796.718.797,24	11.213.664.314,78
Total do período	3.232.932.860,23	46.992.649.739,50
Média do período	646.586.572,05	9.398.529.947,90

Fonte: Receita Data. Os dados contemplam os desembaraços realizados nos recintos de Aeroporto, Porto Seco e Clia da região fiscal.

7.1.2 - Importações com despacho aduaneiro no porto seco de Juiz de Fora

A tabela a seguir traz informações acerca das importações, processadas por meio de DI, desembaraçadas no porto seco de Juiz de Fora, nos anos de 2020 a 2024:

Tabela 2 - Importações desembaraçadas no porto seco de Juiz de Fora

Ano de desembaraço	Peso líquido (KG)	Valor CIF (USD)
2020	40.319.490,45	111.502.475,15
2021	258.516.520,96	386.770.592,20
2022	215.604.512,48	360.989.786,04
2023	193.994.560,49	365.046.423,42
2024	189.280.507,38	535.929.742,33
Total do período	897.715.591,76	1.760.239.019,14
Média do período	179.543.118,35	352.047.803,83

Fonte: Receita Data

7.1.3 - Participação do porto seco de Juiz de Fora frente ao total desembaraçado na 6ª RF

Comparando as informações das tabelas 1 e 2, acima, considerando todo o período de 2020 a 2024, verifica-se que o porto seco de Juiz de Fora respondeu pelo desembaraço, **em termos de peso líquido de mercadorias, de 27,77% do volume total desembaraçado em MG. Em termos de valor de mercadoria, tais operações representaram 3,75% do total.**

Observa-se, portanto, que em termos de volume de carga, o porto seco de Juiz de Fora tem grande relevância para a 6ª Região Fiscal, absorvendo mais de ¼ das operações desembaraçadas.

⁴ Valor CIF (USD) = Valor de mercadoria + seguro + frete, em dólar americano.



7.2 - Exportação

7.2.1 - Exportações com despacho aduaneiro na 6ª RF

A tabela a seguir traz informações acerca das exportações, processadas por meio de Declaração Única de Exportação (DUE), desembaraçadas nos recintos localizados na 6ª Região Fiscal, nos anos de 2020 a 2024:

Tabela 3 - Exportações na 6RF

Ano de desembaraço	Peso líquido (KG)	VMLE (USD) ⁵
2020	312.392.974,61	2.067.851.164,74
2021	220.842.478,44	1.927.241.991,22
2022	157.146.914,36	1.799.385.183,05
2023	230.024.514,78	1.881.992.726,91
2024	222.343.893,67	2.067.350.480,66
Total do período	1.142.750.775,87	9.743.821.546,58
Média do período	228.550.155,17	1.948.764.309,32

Fonte: Receita Data. Os dados contemplam os desembaraços realizados nos recintos de Aeroporto, Porto Seco, Redex e Clia da região fiscal.

7.2.2 - Exportações com despacho aduaneiro no porto seco de Juiz de Fora

A tabela a seguir traz informações acerca das exportações, processadas por meio de DUE, desembaraçadas no porto seco de Juiz de Fora, nos anos de 2020 a 2024:

Tabela 4 - Exportações no porto seco de Juiz de Fora

Ano de desembaraço	Peso líquido (KG)	VMLE (USD)
2020	33.146,24	132.341,08
2021	-	-
2022	3.208.434,33	8.178.204,97
2023	3.379.075,80	8.440.498,51
2024	5.424.203,56	10.124.656,96
Total do período	12.044.859,92	26.875.701,52
Média do período	2.408.971,98	5.375.140,30

Fonte: Receita Data

7.2.3 - Participação do porto seco de Juiz de Fora frente ao total desembaraçado na 6ª RF

Comparando as informações das tabelas 3 e 4 acima, considerando todo o período de 2020 a 2024, verifica-se que o porto seco de Juiz de Fora respondeu pelo desembaraço, **em termos de peso líquido de mercadorias, de 1,05% do volume total desembaraçado em MG. Em termos de valor de mercadoria, tais operações representaram 0,28% do total.**

8 - Estimativa da demanda futura

A demanda anual para o futuro porto seco foi estimada com base nas médias dos volumes e valores operados nos últimos cinco anos (2020 a 2024) pelo porto seco existente:

⁵ VMLE (USD) = Valor da mercadoria no local de embarque, em dólar americano.



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Tabela 5 – Pesos e valores médios anuais – porto seco de Juiz de Fora – 2020 a 2024

Operação	Peso líquido (KG) médio anual	Valor (USD) médio anual
Importação	179.543.118,35	352.047.803,83
Exportação	2.408.971,98	5.375.140,30
Totais	181.952.090,33	357.422.944,13

Admite-se que o novo porto seco tem potencial para continuar a absorver, em termos de volume de mercadoria e valores, uma participação - frente ao total desembaraço na 6ª Região Fiscal - similar àquela que o atual porto seco absorve:

- Peso líquido: cerca de 27,8% do volume total de importações e 1% do volume total de exportações a serem processados na 6ª Região Fiscal.
- Valores: cerca de 3,8% do total de importações e 0,3% do total de exportações a serem processados na 6ª Região Fiscal.

Conforme o estudo Cenários Econômicos para o Plano Nacional de Energia (PNE) 2050⁶, elaborado em dezembro de 2018 pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), foram projetados dois cenários de expansão de economia nacional: um mais otimista, com projeção de crescimento anual do PIB na ordem de 3,0% e um mais conservador, com projeção de crescimento anual do PIB na ordem de 1,6%.

Para efeitos do presente estudo de viabilidade, optou-se por adotar o cenário de expansão anual do PIB à taxa de 1,6% a.a. ao longo do período de permissão. Portanto, admite-se um aumento anual no volume de operações de comércio exterior despachadas no porto seco de Juiz de Fora seguindo a mesma taxa de expansão.

Com base no Relatório Focus⁷ de 25 de abril de 2025, publicado pelo Banco Central do Brasil, a expectativa a respeito da taxa média de câmbio do dólar americano é de R\$ 5,90. Com isso, em termos de valor, a média anual das operações (importação + exportação), em reais, da demanda estimada do porto seco em Juiz de Fora é de R\$ 2.108.795.370,37.

9 - Tipo de carga a ser movimentada e armazenada

Por se tratar de recinto alfandegado de zona secundária, as operações ordinárias de importação e exportação desembaraçadas no porto seco de Juiz de Fora envolvem trânsito aduaneiro.

Da análise dos dados das tabelas 8, 9, 10 e 11, a seguir dispostas, verifica-se que o recinto opera predominantemente com cargas do tipo geral, normalmente acondicionadas em paletes e unitizadas em contêineres, tendo como principal origem dos trânsitos de importação e destino dos trânsitos de exportação o Porto do Rio de Janeiro/RJ, o que demonstra a predominância da via marítima no transporte internacional.

⁶ O estudo Cenários Econômicos para o PNE 2050 pode ser acessado através do seguinte endereço: <https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-227/topico-201/Cen%C3%A1rios%20Econ%C3%B4micos.pdf>

⁷ Fonte: <https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20250425.pdf>



9.1 - Principais mercadorias importadas

A seguir estão relacionadas as mercadorias importadas, agrupadas por Capítulos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e ordenadas por peso líquido, que representaram mais de 97% do volume total desembaraçado no porto seco de Juiz de Fora em 2024:

Tabela 6 – Principais mercadorias importadas em 2024

Capítulo NCM	Descrição do Capítulo NCM	Peso líquido (kg)
26	Minérios, escórias e cinzas.	138.348.090,00
87	Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios.	13.525.786,70
79	Zinco e suas obras.	10.529.209,94
39	Plástico e suas obras.	9.541.152,26
84	Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes.	4.718.950,19
85	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios.	2.533.239,00
20	Preparações de produtos hortícolas, fruta ou de outras partes de plantas.	1.518.939,50
72	Ferro fundido, ferro e aço.	1.189.740,59
55	Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas.	1.156.665,48
29	Produtos químicos orgânicos.	1.145.425,53

Fonte: Receita Data

9.2 - Principais mercadorias exportadas

A seguir estão relacionadas as mercadorias, agrupadas por Capítulos da NCM e ordenadas por peso líquido, que representaram mais de 98% do volume total desembaraçado no porto seco de Juiz de Fora em 2024:

Tabela 7 – Mercadorias exportadas em 2024

Capítulo NCM	Descrição do Capítulo NCM	Peso líquido (kg)
28	Produtos químicos inorgânicos; compostos inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos, de elementos radioativos, de metais das terras raras ou de isótopos.	3.507.000,00
99	Transações especiais	1.173.385,00
73	Obras de ferro fundido, ferro ou aço.	662.411,36

Fonte: Receita Data

9.3 - Unidades de entrada - importação

A tabela a seguir lista as Unidades da RFB de origem dos trânsitos aduaneiros com destino ao porto seco de Juiz de Fora, nas importações nele desembaraçadas em 2024:

Tabela 8 - Unidades da RFB de entrada

Unidade de entrada	Peso líquido (KG)
ALF - Porto do Rio de Janeiro	171.020.382,91
IRF - São Borja	8.249.645,50
ALF - Porto de Santos	6.543.091,64
ALF - Porto de Paranaguá	1.174.123,00
ALF - Foz do Iguaçu	947.158,08
ALF - Porto de Itaguaí	685.914,55



ALF - Belo Horizonte	288.373,00
ALF - Aeroporto Intern. A. C. Jobim	219.594,40
ALF - Porto de Itajaí	71.326,58
ALF - Porto de São Francisco do Sul	23.745,00
ALF - Porto de Vitória	21.054,40
ALF - Dionísio Cerqueira	15.200,00
ALF - Aerop. Internac. de São Paulo	12.378,45
ALF - Salvador	5.718,00
ALF - Aerop. Internac. de Viracopos	2.801,86

Fonte: Receita Data

9.4 - Unidades de embarque - exportação

A tabela a seguir lista as Unidades da RFB de destino dos trânsitos aduaneiros das exportações desembaraçadas no porto seco de Juiz de Fora em 2024:

Tabela 9 - Unidades da RFB de embarque

Unidade de embarque	Peso líquido (KG)
ALF - Porto do Rio de Janeiro	4.052.230,42
ALF - Porto de Santos	1.326.315,00

10 - Disponibilização de recursos humanos (RFB)

Considerando a demanda estimada para o porto seco, avalia-se que o quantitativo mínimo de servidores da RFB necessário para a realização das atividades seja o constante da tabela abaixo:

Tabela 10 - Recursos humanos - RFB

Cargo	Quantidade
Auditor-Fiscal da RFB	1
Analista-Tributário da RFB	1

A Alfândega da Receita Federal em Belo Horizonte (ALF/BHE), na condição de unidade local detentora da vinculação técnica e operacional do recinto, manterá os recursos humanos existentes na época do início da execução contratual e deve disponibilizar aqueles que no futuro vierem a ser necessários para cobrir os acréscimos na demanda do comércio exterior.

Equipes especializadas são responsáveis pelo atendimento dos despachos aduaneiros, da importação, da exportação, do trânsito aduaneiro e dos regimes aduaneiros especiais, sendo, preponderantemente, efetivados de forma remota e regionalizada no Estado de Minas Gerais, jurisdição da 6ª Região Fiscal da RFB.



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



11 - Prazo da permissão

O prazo da permissão será de 25 (vinte e cinco) anos, com a possibilidade de prorrogação por mais 10 (dez) anos, conforme o disposto no § 2º, do art. 1º da Lei Federal nº 9.074, de 07 de julho de 1995, com a redação dada pelo art. 26 da Lei Federal nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

12 - Dimensionamento do porto seco, instalações e equipamentos

12.1 - Dimensionamento físico

Para dimensionamento do porto seco foram considerando-se os percentuais de absorção de cargas indicados no item 8 supra, bem como premissas e critérios estabelecidos e detalhados no Anexo III deste documento.

Resumidamente, estima-se que novo Porto Seco deverá dispor, no mínimo de:

Tabela 11 - Dimensionamento físico

Discriminação	Área (m ²)
Depósito	5.143
Pátio	19.036
Área Administrativa	1.400
Área Total Porto Seco sem considerar expansão	25.579
Área para expansão: 25% + 25% sobre depósito, pátio e área adm.	14.388
Área Total do Recinto com expansão	39.967

Nas edificações estão sendo consideradas:

- Depósito: área fechada e coberta destinada ao armazenamento de mercadorias, incluindo câmara climatizada, sala do fiel depositário, áreas para guarda de paletes, de amostras, de mercadorias apreendidas e local para conferência física;
- Pátio: área descoberta, pavimentada para tráfego pesado, para movimentação e armazenagem de cargas/contêineres, estadia e manobra de caminhões;
- Área administrativa: prédio em alvenaria para administração da permissionária; instalações prediais exclusivas para a RFB; instalações prediais para demais intervenientes no processo administrativo do comércio exterior; outras instalações prediais (guaritas, portaria, subestações, reservatórios de água, banheiro coletivo, refeitório, etc.).
- Fechamento de toda a área do porto seco com cerca ou muro e portões que ofereçam condições de segurança.

Observações sobre as instalações físicas:



**MINISTÉRIO DA
FAZENDA**



- As instalações da Receita Federal para o exercício das atividades de controle e fiscalização da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil deverão atender ao disposto nas Portarias RFB nº 143, de 11 de fevereiro de 2022, Portarias Coana nº 72, de 12 de abril de 2022 e Coana nº 76, de 13 de maio de 2022, além da legislação vigente.
- A licitante vencedora (permissionária) deverá facilitar a instalação de Órgãos Públicos que atuem no controle administrativo do comércio exterior, bem como no que diz respeito à saúde humana, vegetal e animal, disponibilizando os respectivos espaços físicos nos prédios administrativos. Deverá também facilitar a instalação do órgão da Fazenda Estadual e de postos bancários, caso necessário.
- Deverá disponibilizar, também, na medida do possível, áreas destinadas a entidades que prestem serviços profissionais diretamente ligados às atividades de comércio exterior desenvolvidas no Porto Seco.

12.2 – Equipamentos e veículos

Pelas quantidades e características das cargas a serem movimentadas e armazenadas no recinto, estima-se que o novo porto seco deverá dispor inicialmente de, no mínimo:

Tabela 12 – Equipamentos e veículos

Discriminação	Capacidade Mínima	Quantidade
Equipamento p/ movimentação de contêineres – <i>reach stacker</i>	45 ton	1
Empilhadeira elétrica	10 ton	1
Empilhadeira	3,5 ton	2
Empilhadeira elétrica	2 ton	2
Paleteiras hidráulicas	2 ton	4
Tomadas Trifásicas		20
Balanças rodoviária	80 ton	1
Balança para pesagem de volumes	2.500 kg	1
Balanças de precisão para pequenas quantidades	50 kg	1
Grupo Moto-Gerador	125 KVA	3
Transformador	225 KVA	2
Cancela com acionamento eletrônico		2
Veículo de serviço		1

Observações:

- Com relação à quantificação e especificação dos diversos itens acima, registre-se que eventuais divergências podem ser observadas em comparação com os presentes no atual porto seco em funcionamento. As quantificações e especificações adotadas consideraram registros identificados de outros recintos alfandegados, e, ainda, as normas de alfandegamento vigentes. Posto isso, essa Comissão considera que a relação de itens adotada atende aos fins propostos de avaliar a viabilidade da existência do porto seco em Juiz de Fora e a determinação das tarifas máximas a serem consideradas no âmbito do rito licitatório.



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



- De acordo com o § 8º do artigo 14, da Portaria RFB nº 143, de 11 de fevereiro de 2022 “fica o local ou recinto, exceto porto organizado, instalação portuária ou aeroporto e instalação aeroportuária, dispensado da disponibilização de escâneres, quando sua movimentação diária média (MDM), no período de um ano, for inferior a 100 (cem) unidades de carga por dia”. Os resultados deste estudo não preveem que a movimentação diária atinja esse patamar ao longo do período da permissão, razão pela qual o equipamento não foi quantificado. Isso não dispensará a permissionária de providenciar o equipamento caso a situação real durante o período de operação venha a se enquadrar nos requisitos de exigência por parte das normas legais vigentes.
- Especificações e quantidades a título de referência apenas. Os transformadores e moto-geradores do empreendimento observarão o projeto específico elaborado pelo responsável técnico.

12.3 - Mobiliário

Abaixo segue estimativa inicial de mobiliário:

Tabela 13 - Mobiliário da RFB e outros órgãos

Discriminação	Quantidade
Estação de trabalho – inclui mesa, cadeira, gaveteiro e telefone	4
Mesa de reunião com 8 lugares	2
Armário alto	2
Equipamento para copa – Inclui forno de micro-ondas, cafeteira, geladeira e bebedouro de água potável	2
Ar-condicionado – 18.000 BTUs	2

Tabela 14 - Mobiliário da permissionária

Discriminação	Quantidade
Estação de trabalho – inclui mesa, cadeira, gaveteiro e telefone	20
Mesa de reunião com 10 lugares	1
Armário alto	20
Equipamento para copa – Inclui forno de micro-ondas, cafeteira, geladeira e bebedouro de água potável	1
Ar-condicionado – 60.000 BTUs	4

12.4 - Equipamento de informática

Abaixo segue estimativa inicial de bens de informática:

Tabela 15 – Bens de informática da RFB e outros órgãos

Discriminação	Quantidade
Computadores/notebooks (exceto RFB)	2
Monitor 24 polegadas	4



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Impressora laser multifuncional wifi	2
Leitor óptico de códigos de barras	2
Equipamentos de rede (estabilizador de rede elétrica, roteador wifi interno e roteador wifi externo)	2

Tabela 16 - Bens de informática da permissionária

Discriminação	Quantidade
Computadores/notebooks	20
Impressora laser multifuncional wifi	5
Circuito de dados	1
Leitor óptico de códigos de barras	4
Rede local	1

12.5 – Sistemas

Tabela 17 – Sistemas de informática e outros

Discriminação	Quantidade
Sistema informatizado monitoramento e de vigilância eletrônica com gravação de imagens e comunicação por voz que possibilite a verificação física de mercadorias, de forma remota.	1
Sistema Informatizado de Controle Aduaneiro (SICA) - controle de acesso de pessoas com leitor biométrico e de veículos com sistema OCR (Optical Character Recognition), movimentação de cargas e estocagem de mercadorias.	1
Sistema de prevenção contra incêndio	1
Sistema e equipamentos de Segurança e Medicina do Trabalho	1

Os sistemas a serem instalados deverão estar integrados e atendendo as Portarias Coana nº 72, de 12 de abril de 2022 e Coana nº 76, de 13 de maio de 2022, além da legislação vigente, constituindo assim o SICA - Sistema Integrado de Controle Aduaneiro.

13 - Orçamento do porto seco

Para a estimativa dos valores do investimento necessário para implantação do porto seco foram considerados as estimativas, critérios, detalhamentos e o cálculo constantes do Anexo IV deste documento.

Os resultados consolidados de investimentos e depreciação estão indicados a seguir:

Tabela 18 - Orçamento consolidado – investimentos e depreciação

Descrição	INICIAL		ACRÉSCIMO 8º ANO		ACRÉSCIMO 16º ANO	
	Investimento	Depreciação anual	Investimento	Depreciação anual	Investimento	Depreciação anual
Terreno	8.452.947,69					
Obras	20.823.839,11	832.953,56	3.443.731,40	191.318,41	5.387.854,40	538.785,44
Equipamentos	5.358.131,61	535.813,16	4.263.766,68	426.376,67	294.157,54	29.415,75
Mobiliário - RFB e outros Órgãos	42.511,20	4.251,12	3.056,68	305,67	5.705,70	570,57



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Mobiliário - Permissionária	118.102,14	11.810,21	28.032,64	2.803,26	34.868,63	3.486,86
Informática - RFB e outros Órgãos	40.510,37	8.102,07	8.224,70	1.644,94	24.096,46	4.819,29
Informática - Permissionária	184.008,88	36.801,78	19.631,93	3.926,39	103.430,85	20.686,17
Sistemas Informatizados - Permissionária	1.330.925,62	266.185,12	1.105.191,16	221.038,23	1.105.191,16	221.038,23
Veículos - Permissionária	90.990,00	18.198,00	90.990,00	18.198,00	90.990,00	18.198,00
Outros Sistemas - Permissionária	148.423,38	14.842,34	148.423,38	14.842,34	148.423,38	14.842,34
TOTAL	36.590.390,00	1.728.957,37	9.111.048,57	880.453,91	7.194.718,12	851.842,66

13.1 - Depreciação

Foi utilizado para este estudo o critério de depreciação linear com os índices (taxas) de depreciação anual de acordo com os percentuais aceitos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (IN SRF nº 1700, de 14 de março de 2017), aplicados sobre os itens do orçamento de capital como demonstrado no Anexo IV, onde também está calculado o encargo de depreciação durante o prazo do empreendimento.

Importante destacar que a depreciação dos investimentos em obras, referentes aos acréscimos dos anos 8 e 16, foram ajustados considerando o prazo máximo de 25 anos da permissão, sem considerar eventual prorrogação.

13.2 – Financiamento do empreendimento

Considerando a projeção de investimento necessário para implantação do porto seco e sua forma de financiamento (69,70% de capital próprio e 30,30% de capital de terceiros), conforme detalhado no tópico 4.1 deste documento, chega-se aos seguintes valores:

Tabela 19 - Formas e valores do financiamento do empreendimento

Forma de financiamento	Inicial	8º ano	16º ano
Capital próprio (R\$)	25.503.501,83	6.350.400,85	5.014.718,53
Capital de terceiros (R\$)	11.086.888,17	2.760.647,72	2.179.999,59

Para efeitos deste estudo, considera-se que o valor do capital de terceiros deverá ser amortizado no prazo de dez anos, conforme paradigma de mercado utilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional, que ainda considera uma taxa de remuneração de 6,32% a.a. Mas é fundamental salientar que cada interessado em participar na licitação deverá realizar seu próprio estudo, considerando sua própria capacidade de investimento e, se necessário, de obtenção de financiamento de terceiros e suas condições.

14 - Custos e despesas anuais

Em função do caráter sintético deste estudo, na estimativa de dispêndio anual médio relativo aos custos e despesas de operação do porto seco foram consideradas as informações prestadas pelo atual permissionário, referentes aos anos de 2020 a 2024, calculando-se a média destes 5 anos. Com base nisso, estimou-se que o dispêndio anual médio do novo porto seco é de R\$ 6.517.200,00.

Para efeitos deste estudo, considerando o aumento estimado de demanda, foi feito um incremento de 12% nos custos e despesas em dois momentos: no 9º e no 17º ano. O detalhamento, ano a ano, da



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



evolução dos custos e despesas consta do Demonstrativo de Resultado, presente no Anexo V deste documento.

15 - Receita bruta

No cálculo da receita bruta esperada, cujo detalhamento de cálculo consta do Anexo V, levou-se em consideração que ela deve cobrir todos os custos e despesas dos serviços prestados, depreciação e amortização, PIS, Cofins, ISSQN, gerar lucro líquido depois do Imposto de Renda PJ e CSLL e apresentar uma Taxa Interna de Retorno (TIR) muito próxima da Taxa de Atratividade.

Importante observar que no cálculo da receita bruta estimada não estão computadas as receitas que a permissionária pode auferir com serviços conexos, mas tão somente as receitas estimadas com os serviços de armazenagem e movimentação de carga.

A tabela a seguir traz o valor estimado da receita bruta para o primeiro ano de atividade do empreendimento:

Tabela 20 - Estimativas de receita bruta do Ano 1

	Receita com armazenagem (R\$)	Receita com movimentação (R\$)	Total (R\$)
Importação	10.281.556,11	5.206.750,43	15.488.306,54
Exportação	156.980,97	69.860,19	226.841,16
Total	10.438.537,08	5.276.610,62	15.715.147,70

Conforme descrito no tópico 8 deste documento, para efeitos deste estudo está sendo considerado um aumento de demanda dos serviços do porto seco na ordem de 1,6% ao ano. Portanto, no cálculo das receitas brutas dos anos seguintes, também se está considerado este percentual de acréscimo.

Estimadas então as receitas brutas anuais, e com base nas estimativas de custos e despesas, de depreciação e do custo com o capital de terceiros, e considerando ainda os tributos incidentes, foram expressos os demonstrativos de resultado de exercício para todo o período da permissão, cujo detalhamento consta do Anexo V.

16 - Fluxo de caixa líquido

Conhecidos então o investimento necessário, o resultado do exercício e a depreciação de cada ano do empreendimento (detalhados no Anexo V), determinou-se o fluxo de caixa líquido:

Tabela 21 - Projeção do fluxo de caixa líquido

	Investimento	Resultado do exercício	Depreciação	Parcela do Financiamento	Fluxo Líquido de Caixa
Ano 0	-36.590.390,00				-36.590.390,00
Ano 1		3.350.157,62	1.728.957,37	-1.108.688,82	3.970.426,17
Ano 2		3.544.100,49	1.728.957,37	-1.108.688,82	4.164.369,04
Ano 3		3.740.406,52	1.728.957,37	-1.108.688,82	4.360.675,07



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Receita Federal

Ano 4		3.939.113,51	1.728.957,37	-1.108.688,82	4.559.382,07
Ano 5		4.140.259,89	1.728.957,37	-1.108.688,82	4.760.528,44
Ano 6		4.561.214,08	1.399.670,40	-1.108.688,82	4.852.195,66
Ano 7		4.767.356,93	1.399.670,40	-1.108.688,82	5.058.338,51
Ano 8	-9.111.048,57	4.394.958,57	2.280.124,30	-1.108.688,82	-3.544.654,51
Ano 9		3.974.944,69	2.280.124,30	-1.384.753,59	4.870.315,40
Ano 10		4.200.401,28	2.280.124,30	-1.384.753,59	5.095.771,99
Ano 11		4.802.574,11	1.713.407,47	-276.064,77	6.239.916,81
Ano 12		4.987.194,27	1.713.407,47	-276.064,77	6.424.536,97
Ano 13		5.336.157,09	1.468.599,91	-276.064,77	6.528.692,24
Ano 14		5.526.360,93	1.468.599,91	-276.064,77	6.718.896,07
Ano 15		5.719.423,77	1.468.599,91	-276.064,77	6.911.958,92
Ano 16	-7.194.718,12	5.262.243,09	2.320.442,57	-494.064,73	-106.097,19
Ano 17		4.892.153,44	2.320.442,57	-494.064,73	6.718.531,28
Ano 18		5.396.420,40	1.876.114,63	-494.064,73	6.778.470,31
Ano 19		5.610.477,36	1.876.114,63	-217.999,96	7.268.592,03
Ano 20		5.816.114,28	1.876.114,63	-217.999,96	7.474.228,95
Ano 21		6.199.625,41	1.611.372,94	-217.999,96	7.592.998,39
Ano 22		6.411.602,04	1.611.372,94	-217.999,96	7.804.975,02
Ano 23		6.626.824,81	1.611.372,94	-217.999,96	8.020.197,79
Ano 24		6.845.345,65	1.611.372,94	-217.999,96	8.238.718,63
Ano 25		7.067.217,33	1.611.372,94	-217.999,96	8.460.590,31

Neste trabalho foi adotado o estudo de viabilidade pelo fluxo de caixa operacional. Para sua determinação, ao resultado líquido de cada exercício adiciona-se o valor do encargo da depreciação e subtrai-se a parcela de pagamento do principal do capital de terceiros.

17 - Verificação da viabilidade do empreendimento

Com base no fluxo líquido de caixa e na Taxa de Atratividade definida, e aplicando-se as fórmulas de cálculo do VPL e da TIR, chega-se aos seguintes resultados:

Tabela 22 - Resultados do VPL e da TIR

Valor Presente Líquido (VPL)	505.153,72
Taxa Interna de Retorno (TIR)	11,90%
Taxa Interna de Retorno Modificada (MTIR)	11,79%

Considerando os valores encontrados, como o VPL apresentou valor superior a zero e a TIR determinada está um pouco acima da Taxa de Atratividade (11,73%), **conclui-se que o projeto é viável**



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



economicamente, de acordo com as premissas adotadas neste estudo. Porém, é necessário verificar ainda se as tarifas que possibilitaram tal resultado positivo estão condizentes com as praticadas no mercado.

18 - Tarifas

A tarifação do futuro porto seco foi dividida em duas classes. Uma cobrada sobre o serviço de armazenagem e outra sobre o serviço de movimentação de cargas. Não será feita distinção de tarifas para operações de importação e exportação.

A tarifa de armazenagem de carga, conforme padrão utilizado em portos secos no País, é cobrada integralmente a cada período de 10 dias ou fração de armazenamento⁸. Trata-se de um percentual aplicável sobre o valor da mercadoria, considerando na importação o valor CIF⁹ e na exportação o valor FOB¹⁰.

Por se tratar de um porto seco de zona secundária, a regra é que praticamente todas as operações passem por armazenagem. Portanto, neste estudo considera-se que haverá o armazenamento de 100% das cargas. Além disso, considerando informações do atual permissionário sobre o prazo médio de armazenagem (12 dias), na determinação da quantidade média de períodos de cobrança (aqui denominado de “giro”) será adotado o valor de 1,5.

A tarifa de movimentação de carga é cobrada a cada operação em que se faz necessário movimentar a carga. Seu valor é fixo em reais, aplicável sobre o peso (tonelada) da mercadoria movimentada.

Neste estudo considera-se que 100% das operações passarão por pelo menos duas operações de movimentação: uma de descarga da mercadoria/contêiner do veículo transportador e outra de carga. Portanto, adotaremos como giro, na movimentação de carga, o valor de 2.

A tabela abaixo demonstra o cálculo das tarifas:

Tabela 23 - Demonstrativo de cálculo das tarifas

	Armazenagem de carga	Movimentação de carga
Forma de cobrança	% do valor da mercadoria	R\$ por tonelada
Receita estimada (R\$)	10.438.537,08	5.276.610,62
Valor da mercadoria (R\$)	2.108.795.370,38	Não influencia no cálculo
Peso (ton)	Não influencia no cálculo	181.952,09
Giro considerado	1,5	2,0
Tarifa calculada	(a) 0,33%	(b) R\$ 14,50
a) Fórmula de cálculo da tarifa de armazenagem: $Tarifa = Receita\ estimada / (Valor\ da\ mercadoria \times Giro\ considerado)$		
b) Fórmula de cálculo da tarifa de movimentação: $Tarifa = Receita\ estimada / (Peso\ da\ mercadoria \times Giro\ considerado)$		

⁸ Exemplo para melhor entendimento da questão dos períodos de cobrança da tarifa de armazenagem: se uma carga fica armazenada por 16 dias serão cobrados integralmente dois períodos.

⁹ Valor CIF = valor de mercadoria + seguro + frete

¹⁰ Valor FOB = corresponde ao valor da mercadoria no local de embarque



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Admite-se também a cobrança de tarifa de movimentação sobre o volume (m^3) movimentado.

Para se determinar um índice de correlação entre tonelada e m^3 , este estudo valeu-se de dados da movimentação de contêineres de navegação de longo curso de 2024 da Agência Nacional de Transporte Aquático (Antaq)¹¹.

Em 2024 foram movimentadas nos portos brasileiros 105.032.580 toneladas de carga (navegação de longo curso) em 9.276.762 TEU (Unidade Equivalente a contêiner de Vinte Pés), o que dá uma média de 11,32 ton/TEU. Considerando 33 m^3 como sendo a ocupação média de um TEU, então a relação entre m^3 e tonelada resultou em 2,91. Dividindo-se então o valor da tarifa de movimentação por tonelada pelo citado índice chega-se ao valor de R\$ 4,78 por m^3 .

A tabela abaixo consolida as tarifas teto propostas neste estudo:

Tabela 24 - Proposta de tarifas máximas

Proposta EVTE		
Operação	Forma de tarifação	Tarifa
Armazenagem de carga	% do valor CIF (importação) e do valor FOB (exportação)	0,33%
Movimentação de carga	R\$/ton	R\$ 14,50
	R\$/ m^3	R\$ 4,98

Comparando-se as tarifas da tabela acima com as atualmente praticadas no porto seco de Juiz de Fora (0,3% sobre o valor da mercadoria armazenada e R\$ 14,56 por tonelada movimentada), verifica-se que **as tarifas propostas neste estudo estão condizentes** com as já praticadas no mercado local.

19 - Considerações finais

As tarifas foram calculadas para um prazo de permissão de 25 anos. No caso de se prorrogar a permissão por mais 10 anos, conforme previsão legal, as tarifas seriam as mesmas, tendo em vista que os bens foram totalmente depreciados em seus prazos legais, devendo ser substituídos ou colocados em condições de funcionamento, para que cumpram sua função dentro do novo prazo, gerando, assim, um novo período de depreciação, com valores iguais, a preços constantes, àqueles considerados para o primeiro período da permissão.

Dos resultados obtidos no exame da viabilidade, com a aplicação das tarifas calculadas, que estão aderentes às praticadas no mercado regional e, de acordo com as premissas adotadas, **nota-se ser viável técnica e economicamente a existência de um Porto Seco no Município de Juiz de Fora/MG**.

Deve-se ressaltar que o investimento considerado no estudo corresponde à instalação completa de um Porto Seco, o que se constitui numa situação extrema, pois existe a possibilidade de os licitantes já possuírem parte da infraestrutura necessária (equipamentos, armazéns, etc.) o que propiciará menor custo de implantação e possibilitará a oferta de tarifas mais baixas, pela menor necessidade de investimentos. O licitante vencedor também pode arrendar de terceiros os imóveis e até os equipamentos, o que também modifica a condição da viabilidade.

¹¹ Dados disponíveis em <https://web3.antaq.gov.br/ea/sense/movcontainer.html#>



**MINISTÉRIO DA
FAZENDA**



Receita Federal

Este estudo passou por correções pontuais em maio de 2026 envolvendo o Demonstrativo de Resultado de Exercício e o Demonstrativo de Fluxo de Caixa, constantes do Anexo V, que resultaram em novas tarifas máximas.

Dagoberto Pinto Coelho de Carvalho

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

Assinado digitalmente

Osmar Moreira Filho

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

Assinado digitalmente

Sandra Cristina Vieira

Analista-Tributária da Receita Federal do Brasil

Assinado digitalmente

Felipe Rodrigues Moreira

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

Assinado digitalmente

De acordo. Ao Gabinete da SRRF06 para apreciação e decisão.

Felipe Rodrigues Moreira

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

Chefe da Divisão de Administração Aduaneira da 6ª Região Fiscal

Assinado digitalmente



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 12/05/2026 16:50:34 por Dagoberto Pinto Coelho de Carvalho.

Documento assinado digitalmente em 12/05/2026 16:00:53 por FELIPE RODRIGUES MOREIRA

Documento assinado digitalmente em 12/05/2026 16:05:53 por SANDRA CRISTINA VIEIRA

Documento assinado digitalmente em 12/05/2026 16:13:06 por OSMAR MOREIRA FILHO

Documento assinado digitalmente em 12/05/2026 16:50:34 por DAGOBERTO PINTO COELHO DE CARVALHO

Esta cópia / impressão foi realizada por GUILHERME NASCIMENTO DE OLIVEIRA em 14/05/2026.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP14.0526.09434.OSQ0

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
0EFF4CCB815473C7D21611533F0EF0A9C6D2650117CF2D06173537FF50E83B49

**MINISTÉRIO DA
FAZENDA****Receita Federal**

Anexo I – Portaria da comissão de elaboração do EVTE

A comissão constituída para a execução do Estudo Sintético de Viabilidade Técnica e Econômica para implantação de porto seco em Juiz de Fora/MG se encontra amparada pela Portaria SRRF06 nº 337, de 15 de abril de 2025, publicada no Boletim de Serviço da RFB nº 75, de 22 de abril de 2025, conforme a seguir:

Boletim de Serviço - Ano XII - Nº 75– Brasília, terça-feira, 22 de abril de 2025

pág. **42****RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 6ª REGIÃO FISCAL****PORTARIA SRRF06 Nº 337, DE 15 DE ABRIL DE 2025**

Constitui Comissão Especial para elaborar novo Estudo Sintético de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE) e o Demonstrativo de Viabilidade Econômica para outorga/implantação do novo porto seco no município de Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais (MG).

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 6ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI do art. 359 e III do art. 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 2.111, de 20 de outubro de 2022, e na Portaria RFB nº 277, de 22 de dezembro de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º Esta Portaria constitui Comissão Especial para elaborar novo Estudo Sintético de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE) e o Demonstrativo de Viabilidade Econômica para outorga/implantação do novo porto seco no município de Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais (MG).

Art. 2º Fica constituída Comissão Especial para elaborar novo Estudo Sintético de Viabilidade Técnica e Econômica e o Demonstrativo de Viabilidade Econômica, para outorga/implantação do novo Porto Seco no município de Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais, em cumprimento à decisão judicial proferida pela 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6) no âmbito do processo de nº 0016812-08.2017.4.01.3800, com o objetivo de subsidiar o procedimento licitatório para a instalação do novo Porto Seco no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, recinto alfandegado de zona secundária, de uso público.

Art. 3º Ficam designados os servidores Felipe Rodrigues Moreira, Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, matrícula SiapeCad nº 01490828; Bernardo Costa Prates Santos, Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, matrícula SiapeCad nº 00064392; Osmar Moreira Filho, Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, matrícula SiapeCad nº 00003144; Sandra Cristina Vieira, Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil, matrícula SiapeCad nº 01572127, todos com lotação e exercício na SRRF06/Diana; e Dagoberto Pinto Coelho de Carvalho, Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, matrícula SiapeCad nº 01974785, com lotação e exercício na ALF/BHE/Savig; para, sob a supervisão do primeiro e, nos seus impedimentos, do segundo, comporem a Comissão de que trata o art. 2º.

Art. 4º Deve ser observado o prazo máximo de 90 (noventa) dias para a conclusão dos trabalhos descritos no art. 2º, podendo ser prorrogado mediante justificativa.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço da RFB.

MARIO JOSÉ DEHON SÃO THIAGO SANTIAGO



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 12/05/2026 19:10:03 por Felipe Rodrigues Moreira.

Documento assinado digitalmente em 12/05/2026 19:10:03 por FELIPE RODRIGUES MOREIRA

Esta cópia / impressão foi realizada por GUILHERME NASCIMENTO DE OLIVEIRA em 14/05/2026.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

- 1) Acesse o endereço:
<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>
- 2) Entre no menu "Legislação e Processo".
- 3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:

EP14.0526.09439.0BUV

- 5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
1A6951C004F76FCB4B872652CEC1E1E56DB5921FDF6D987A8D5877F97CD9C25E



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria do Tesouro Nacional
Subsecretaria de Gestão Fiscal
Coordenação-Geral de Planejamento de Operações Fiscais
Gerência de Soluções Fiscais

Nota Conjunta SEI nº 2/2022/STN/SPE/ME-DF

Assunto: Taxa de desconto de referência para leilões do setor de portos secos.

Acesso: Restrito

Processo SEI nº 17944.100767/2022-02

1. Introdução

1. A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, por meio do Ofício SEI nº 83965/2022/ME (SEI nº 23461047), de 23 de março de 2022, solicitou à Secretaria do Tesouro Nacional a atualização da Taxa de Desconto de referência para futuras licitações de Portos Secos Portos Secos de Uruguaiana-RS, Jaguarão-RS e Sant'Ana do Livramento-RS.

2. Em atendimento ao referido Ofício, esta Nota Técnica apresenta os parâmetros balizadores de cálculo da Taxa de Desconto de referência para leilões do setor de Portos Secos de maneira geral, sem considerar portos secos específicos mencionados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. A taxa serve para auxiliar, em conjunto com outras ferramentas, na determinação das tarifas ou do valor mínimo de outorga de referência para os próximos leilões do setor. O efetivo retorno do projeto dependerá ainda de diversos outros fatores, que não são escopo desta Nota.

3. O conceito de custo médio ponderado de capital (*Weighted Average Cost of Capital – WACC*) é utilizado para balizamento da Taxa de Desconto, sendo uma metodologia amplamente utilizada para esse fim, tanto no âmbito do Ministério da Economia, como em agências reguladoras nacionais e estrangeiras.

4. Ressalta-se que esta Nota Técnica tem como referência metodológica o estudo intitulado Metodologia de Cálculo do WACC [1], publicado em dezembro de 2018 no endereço eletrônico do Ministério da Economia. O referido estudo fornece diretrizes para estimativas de taxas de desconto que poderão ser utilizadas nos cálculos de valoração do benefício econômico vinculado à concessão de ativos de infraestrutura do governo federal à iniciativa privada. Desse modo, há padronização da metodologia para os leilões de diversos setores, gerando maior clareza, previsibilidade e transparência para os cálculos realizados.

5. Além disso, a referida metodologia permite maior flexibilidade ao órgão setorial e/ou agência reguladora, para ajustar a taxa de desconto em função da conjuntura econômica e das especificidades do projeto a ser concedido, dado que seus resultados fornecem uma taxa de retorno para os percentis 50, 69 e 84. Assim, o órgão setorial e/ou a agência reguladora podem avaliar, dentre as taxas apresentadas, qual valor é mais adequado para cada ativo ou grupo de ativos a ser concedido, considerando o nível de incerteza associado ao certame.

6. Cabe ressaltar que a metodologia em tela analisou os setores de: i) aeroportos; ii) ferrovias; iii) portos; iv) rodovias, e; v) geração de energia elétrica. Apesar de o setor de portos ter sido alvo da análise, existem diferenças importantes entre este e o setor de portos secos, sendo necessário realizar adaptações em relação ao beta alavancado e à estrutura de capital. A opção foi utilizar o setor de logística rodoviária (*Trucking*) disponível no portal de internet² mantido pelo professor da Universidade de Nova Iorque (NYU) Aswath Damodaran, baseado em uma amostra de empresas do mercado Global.

7. Como ponto de partida, retomamos a seguir a equação de determinação do WACC em sua forma convencional:

$$WACC = \frac{E}{D + E} (K_e) + \frac{D}{D + E} (1 - T_m)(K_d) \quad (1)$$

Onde:

- E = percentual de capital próprio na composição do capital da empresa
- D = percentual de dívida na composição do capital da empresa
- K_e = custo do capital próprio
- T_m = taxa marginal de imposto

Documento de 9 página(s) assinado digitalmente. Pode ser consultado no endereço <https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx> pelo código de localização EP14.0526.09430.UF8B. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

Original Documento de 176 página(s) assinado digitalmente. Pode ser consultado pelo código de localização APXB.NBK0.EN0P5.FNZY no endereço <http://sadd.receita.fazenda.gov.br/sadd-internet/pages/validadocumento.xhtml> Nota Conjunta 2 (24350628) SEI 13033.40 Consulte a página de autenticação no final deste documento.

- K_d = custo da dívida

8. Com o objetivo de facilitar a análise, dividiremos os parâmetros apresentados na equação (1) em três grupos: Estrutura de Capital, formada por “D” e “E”; Custo do Capital Próprio, formado por K_e e Custo de Capital de Terceiros, formado por T_m e K_d .

2. Estrutura de capital

9. Para o cálculo da estrutura de capital, foi adotado o valor disponibilizado anualmente no portal de internet [ii] mantido pelo professor da Universidade de Nova Iorque (NYU) Aswath Damodaran, baseado em uma amostra de empresas do mercado Global. A informação de estrutura de capital está contida na mesma base de dados que informa o Beta dos diversos setores econômicos. A informação é encontrada sob a forma da razão “dívida por patrimônio” ou “D/E”, de onde é possível calcular o percentual de dívida (D) e o percentual de capital próprio (E) a partir da igualdade $D + E = 1$.

10. Por meio do referido portal, obtém-se uma amostra de empresas classificadas como pertencentes ao setor de logística rodoviária (*Trucking*). A escolha do setor buscou representar riscos similares ao do empreendimento em questão.

11. A Tabela 1 apresenta o quantitativo de empresas internacionais que compõem a amostra e a composição da estrutura de capital, segundo dados de janeiro de 2022.

Tabela 1: Estrutura de capital da amostra global (janeiro de 2022)

Sector de interesse	Sector utilizado	Tamanho amostra	Razão D/E	%D	%E
Portos Secos	Trucking	232	43,47%	30,30%	69,70%

Fonte: <http://pages.stern.nyu.edu/~adamodar/>

3. Custo de capital próprio (Capital Asset Pricing Model - CAPM)

12. A Equação 2 de estimação do custo de capital próprio (k_e) pelo método do CAPM, adaptada para os casos em que o mercado norte-americano é utilizado como base para o cálculo do retorno em outro país, pode ser descrita da seguinte forma:

$$k_e = r_f + \beta(R_m - r'_f) + R_p \quad (2)$$

Em que:

- k_e = retorno esperado da ação (custo de capital próprio);
- r_f = retorno do ativo livre de risco (conjuntural);
- r'_f = retorno do ativo livre de risco (estrutural - histórico);
- β = sensibilidade do ativo avaliado (ou equivalente) em relação à carteira de mercado;
- R_m = retorno esperado para a carteira de mercado; e
- R_p = risco país.

13. Cabe destacar a importância da janela de tempo utilizada para capturar os dados. É preciso levar em consideração que, ao se utilizar períodos mais longos, incorre-se no risco de trabalhar com informação desatualizada e, de maneira contrária, ao reduzi-las, aumenta-se o erro devido à volatilidade. Sendo assim, optou-se pela utilização da janela de 12 meses nas variáveis que dependem das condições atuais do mercado. Na Nota Metodológica que é base dessa Nota Técnica, utilizou-se também o prazo de 12 meses e isso ocorreu por causa da realidade do processo de concessão de ativos de infraestrutura no Brasil, que envolve um rito relativamente longo entre o cálculo da taxa e o momento de sua utilização, propriamente dita, no leilão do ativo.

3.1 Taxa livre de risco

Documento de 9 página(s) assinado digitalmente. Pode ser consultado no endereço <https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx> pelo código de localização EP14.0526.09430.UF8B. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

Original
Documento de 176 página(s) assinado digitalmente. Pode ser consultado pelo código de localização APXB.NBK0.EN0P5.FNZY no endereço <http://sadd.receita.fazenda.gov.br/sadd-internet/pages/validadocumento.xhtml>
Nota Conjunta 2 (24350628) SEI 13033.40 Consulte a página de autenticação no final deste documento.

14. É considerado um ativo livre de risco aquele com risco mínimo de *default*, ou seja, quando há um risco mínimo de o emissor não honrar o compromisso. Os títulos do Tesouro norte-americano de longo prazo atendem a esses requisitos e por isso são considerados *proxies* do ativo livre de risco.

15. Para a taxa livre de risco prospectiva (R_f) foi adotada a taxa dos títulos do Tesouro norte-americano (*Treasury*) de 10 anos para um período de 12 meses, de abril de 2021 a março de 2022. O valor obtido é 1,60%.

3.2. Taxa de inflação Norte-Americana

16. A taxa de inflação americana é utilizada no modelo para deflacionar o custo de capital próprio obtido através do CAPM. A exemplo da taxa livre de risco, busca-se também a melhor forma de aferição da expectativa futura para o comportamento desse parâmetro.

17. Desse modo, mantendo a lógica de utilização das variáveis dependentes da situação geral atual do mercado, para o cálculo da inflação americana foi apurada a inflação implícita, a partir da rentabilidade da *Treasury* nominal de 10 anos (UST10Y) e da *Treasury* real de 10 anos (*Treasury Inflation-Protected Securities - TIPS*). Conforme explicitado em Damodaran, os cálculos foram feitos a partir do disposto na Equação 3.

$$\pi_{americana} = \frac{1 + \text{Nominal Treasury Rate}}{1 + \text{TIPs Rate}} - 1 \quad (3)$$

18. O valor adotado no cálculo do CAPM corresponde à média dos últimos 12 meses, de abril de 2021 a março de 2022, da inflação implícita calculada na Equação (3). O resultado é 2,50%.

3.3. Prêmio pelo Risco de Mercado

19. O prêmio de risco de mercado adotado é obtido pela média histórica dos rendimentos mensais do S&P 500 e pelo histórico da taxa livre de risco estrutural desde o ano de 1995, conforme vinha sendo feito em Notas Técnicas anteriores.

20. Os cálculos utilizam a média histórica, no período de janeiro de 1995 a fevereiro de 2022, da diferença entre o retorno mensal da carteira de ações do S&P 500 e a taxa média mensal dos títulos do Tesouro norte-americano (*Treasury*) de 10 anos. Dado que o S&P500 é um índice e não uma taxa, para a estimativa do prêmio de risco de mercado em um determinado período foi utilizado o logaritmo neperiano da razão entre os índices do S&P500 nas duas datas que definem o período. Tal medida se deve pelo fato de que a utilização dessa metodologia faz com que quedas ou altas de mesma magnitude provoquem impactos idênticos. Ao utilizar a razão sem o logaritmo as quedas tendem a ser amortecidas, fornecendo dados que não estariam corretos ao longo do tempo. Com isso o valor obtido é 6,77%.

3.4. Beta

21. O Beta é o coeficiente de risco específico da ação de uma empresa com relação a um índice de mercado que represente de maneira adequada o mercado acionário como um todo. De acordo com Koller et al (2015)^[iii], o Beta mede o quanto uma determinada ação e o mercado como um todo seguem a mesma tendência de valorização ou desvalorização.

22. A regressão mais comum utilizada para se estimar o Beta da companhia é a seguinte:

$$\beta = \frac{COV(R_i; R_m)}{VAR(R_m)} \quad (4)$$

Onde:

- R_i = retorno da ação
- R_m = retorno do mercado

23. A opção aqui, conforme mencionado na metodologia aplicada, é utilizar o Beta calculado pelo professor Aswath Damodaran que mantém uma base pública^[iv] de dados de Betas de diversos setores da economia, definidos a partir de uma amostra extensiva, atualizados uma vez ao ano.

Documento de 9 página(s) assinado digitalmente. Pode ser consultado no endereço <https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx> pelo código de localização EP14.0526.09430.UF8B. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

Original Documento de 176 página(s) assinado digitalmente. Pode ser consultado pelo código de localização APXB.NBK0.EN0P5.FNZY no endereço <http://sadd.receita.fazenda.gov.br/sadd-internet/pages/validadocumento.xhtml>

24. O Beta global coletado a partir dos dados publicados por Damodaran é o identificado como desalavancado (*unlevered beta* em inglês), conforme pode ser verificado na Tabela 2.

Tabela 2- Beta global publicado por Damodaran (janeiro de 2022)

Setor de interesse	Setor correspondente	Número de Empresas	Beta Desalavancado
Portos Secos	Trucking	232	0,86

Fonte: <http://pages.stern.nyu.edu/~adamodar/>

25. A escolha do Beta desalavancado justifica-se pela percepção de que o nível de alavancagem da empresa influencia o seu Beta, sendo que empresas mais alavancadas tendem a ter um Beta mais alto, o que seria reflexo de uma maior percepção de risco. Por isso é mais apropriado que o Beta utilizado no cômputo do CAPM reflita a Estrutura de Capital e a taxa de imposto de referência do WACC. Assim, o Beta desalavancado informado por Damodaran deve ser realavancado conforme a Equação 5, chegando a um valor de 1,10.

$$\beta_l = \beta_u \left(1 + (1 - T_m) \left(\frac{D}{E} \right) \right) \quad (5)$$

Onde:

- β_u é o beta desalavancado, obtido da base de dados de Damodaran;
- β_l é o Beta re-alavancado de acordo com a estrutura de capital considerada no WACC;
- T_m é a alíquota de imposto;
- “D” o percentual de dívida na estrutura de capital;
- “E” o percentual de capital próprio na estrutura de capital.

3.5. Risco País

26. Conforme a metodologia padrão aplicada adotou-se como referência para o risco país o CDS de 10 anos seguindo o horizonte temporal utilizado pelas demais variáveis e por estar mais próximo da *duration* do fluxo de caixa dos projetos de concessão.

27. Nesta nota técnica optou-se pela janela temporal de 12 meses, de abril de 2021 a março de 2022. O resultado obtido foi de 2,90%.

3.6. Multiplicador de volatilidade

28. É reconhecido na literatura financeira que um título de renda variável (ação) apresenta risco superior ao de um título de renda fixa. No modelo básico descrito, o *spread* do risco-país foi determinado a partir de títulos de renda fixa, e o que se procura determinar é o custo do capital próprio, definido a partir do risco apresentado para investimento em ações.

29. Tendo em vista a maior volatilidade do mercado acionário, é esperado que o prêmio pelo risco do mercado de capitais do país seja maior do que o prêmio de risco país calculado no mercado de títulos de renda fixa. Nesse caso, é possível ajustar o prêmio de risco país a essa maior volatilidade do mercado, por meio do dimensionamento da volatilidade relativa do mercado acionário em relação ao mercado de renda fixa, base de cálculo do prêmio pelo risco-país.

30. Para expressar esse maior risco do mercado de ações no custo de oportunidade do capital próprio, Damodaran (2002) [v] propõe a utilização da medida relativa do risco, obtida pela razão entre a volatilidade do retorno do mercado de ações e a volatilidade do retorno dos títulos públicos de longo prazo. A volatilidade relativa é então multiplicada pelo risco-país para apurar seu valor ajustado.

31. Foi desenvolvido um Multiplicador de volatilidade (*Mvol*) para o caso brasileiro obtido pelo cálculo do desvio padrão dos retornos diários do Ibovespa [vi] dividido pelo desvio padrão dos retornos diários de uma taxa Depósitos Interfinanceiros de um dia (DI) de 10 anos, estimada a partir de contratos futuros de DI com diferentes prazos de vencimento. Este multiplicador pode ser calculado da seguinte forma.

$$Mvol = \frac{\sigma rIBOV}{\sigma rDI} \quad (6)$$

Onde:

- $\sigma rIBOV$ = desvio padrão dos retornos diários do índice Ibovespa nos últimos 5 anos (de abril de 2017 a março de 2022), apurados pelo logaritmo neperiano das variações dos índices diários, resultando em 0,0171.
- σrDI = desvio padrão dos retornos diários de 10 anos com base nos contratos futuros de taxa média do DI, apurados nos últimos 5 anos (de abril de 2017 a março de 2022). Para apurar a taxa de 10 anos, efetuou-se interpolação linear das taxas dos contratos com vencimento em janeiro imediatamente inferior e superior ao prazo de 10 anos, resultando em 0,0140.

32. Diante disso, o Risco País ajustado é apurado por meio da seguinte equação:

$$Rpa = Rp * Mvol \quad (7)$$

33. O resultado obtido para o multiplicador é de 1,225, que leva a um Risco País ajustado de 3,55%.

4. Custo do Capital de Terceiros

34. A metodologia descrita no estudo mencionado anteriormente, intitulado Metodologia de Cálculo do WACC, sugere a utilização de uma amostra de debêntures emitidas no mercado brasileiro, que sejam atreladas ao IPCA e que tenham liquidez no período de interesse.

35. Assim, para a determinação da rentabilidade (*yield*), utiliza-se uma amostra com debêntures disponíveis no mercado secundário. Essa amostra é formada por títulos emitidos por empresas nacionais do setor de infraestrutura logística com remuneração atrelada ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), conforme tabela em anexo. A taxa representativa corresponde à média observada nos últimos 12 meses – março de 2021 a fevereiro de 2022 – das médias de dados diários da rentabilidade anual esperada (*yield to maturity*) de cada título da amostra.

36. Dentre as debêntures contidas na amostra, a maior parte está enquadrada no benefício da Lei nº 12.431/2011, que criou as chamadas Debêntures Incentivadas. Nesse caso foi feito tratamento para que o efeito do benefício tributário fosse retirado do valor calculado para a taxa. Esse tratamento consistiu no seguinte procedimento:

- I - obter uma taxa nominal equivalente, a partir da adição da taxa de inflação projetada;
- II - dividir este valor por 0,85, a título de reversão do benefício tributário; e
- III - retirar novamente a taxa de inflação, obtendo-se uma taxa real.

37. A lista dos títulos utilizados como base encontra-se na tabela em anexo e resultou em uma taxa real de 6,32%.

5. Abordagem Probabilística

38. O modelo usual de determinação do custo médio ponderado de capital é utilizado como um resultado determinístico, uma vez que os resultados obtidos são apresentados como um único número.

39. Entretanto, é preciso levar em consideração que a estimativa do WACC é baseada em parâmetros que não podem ser diretamente observados, mas inferidos a partir de médias estatísticas ou medidas indiretas com significativos graus de incerteza, como, por exemplo, o custo de capital próprio, que é estimado utilizando-se o CAPM.

40. Neste sentido a metodologia aplicada indica o uso do método de Monte Carlo, que utiliza um processo aleatório para a geração de números e fornece a distribuição de probabilidade da variável que está sendo simulada. Os parâmetros variáveis definidos para compor a análise probabilística foram os de maior coeficiente de variação do custo de capital próprio e do custo de dívida, quais sejam: o Prêmio de Risco de Mercado ($Rm - Rf$) e o custo real da dívida (Kd).

41. A variância do Prêmio de Risco de Mercado é apurada com base na média aritmética móvel mensal de 10 anos anualizada, tendo em vista a longa série histórica, e a do capital de terceiros é computada pela média diária das taxas anuais das debêntures do setor de infraestrutura logística emitidas no mercado brasileiro, que sejam atreladas ao IPCA e que tenham liquidez no período de interesse. (Kd).

acima, a partir da normal padronizada, com média (μ) = 0 e desvio padrão (σ) = 1, resultando nos valores médios de 6,79% para o Prêmio de Risco de Mercado ($R_m - R_f$) e de 6,32% para o custo real da dívida (K_d), os quais constam da tabela 3.

43. Dessa forma, a partir do resultado da distribuição de probabilidades são fornecidas as taxas de retorno para os percentis 50, 69 e 84, que resultam nas taxas de retorno de 8,14%, 9,93% e 11,73%, respectivamente.

44. A escolha do valor mais adequado do WACC para cada ativo ou grupo de ativos a ser concedido é uma prerrogativa do órgão setorial e da agência reguladora responsável. Contudo, recomenda-se que a decisão leve em consideração os diversos fatores que exerçam influência sobre o nível de incerteza associado ao certame, inclusive fatores associados à conjuntura econômica.

6. Conclusão

45. Com base nos cálculos apresentados nesta nota técnica, utilizando como referência metodológica o estudo intitulado Metodologia de Cálculo do WACC, os valores sugeridos para o custo médio ponderado de capital (WACC) são de 8,14% para o percentil 50, 9,93% para o percentil 69 e 11,73% para o percentil 84, conforme Tabela 3, abaixo.

Tabela 3 - Resultado do Cálculo do WACC

WACC	
Resultado	
Estrutura de Capital	
(A) Participação Capital Próprio	69,7%
(B) Participação Capital Terceiros	30,3%
Custo do Capital Próprio (CAPM)	
(1) Taxa Livre de Risco	1,60%
(2) Taxa Livre de Risco'	3,72%
(3) Taxa de Retorno do Mercado	10,71%
(4) Prêmio de Risco de Mercado	6,79%
(5) Beta Desalavancado	0,855
(6) IR + CSLL	34,0%
(7) Beta Alavancado = $[(A) + (B) * [1 - (6)]] / (A) * (5)$	1,101
(8) Prêmio de Risco do Negócio = $(4) * (7)$	7,48%
(9) Prêmio de Risco Brasil	2,90%
(10) Ajuste CDS	1,225
(11) Prêmio de Risco Brasil Ajustado = $(9) * (10)$	3,55%
(12) Custo de Capital Próprio Nominal = $(1) + (8) + (11)$	12,62%
(13) Taxa de Inflação Americana	2,50%
(14) Custo Real do Capital Próprio (CAPM) = $[1 + (12)] / [1 + (13)] - 1$	9,87%
Custo do Capital de Terceiros	
(15) Custo Real da Dívida	6,32%
(16) Custo Real da Dívida Líquido de Impostos = $(15) * [1 - (6)]$	4,17%
WACC	
Média	8,14%
Média + 1/2 s (percentil 69)	9,93%
Média + 1 s (percentil 84)	11,73%

46. Diante do exposto, sugere-se o encaminhamento desta Nota à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

À consideração superior.

CHRISTIANE MARANHÃO DE OLIVEIRA

Chefe de Projeto I da CPLAN/SUGEF/STN, Substituta

RAFAEL FERREIRA ROCHA MONTEIRO

Analista da CGRM/SPE/ME

SAMIA MARQUES RUSSO

MATHIAS LENZ NETO

Gerente da CPLAN/SUGEF/STN, Substituta

Coordenador da CPLAN/SUGEF/STN, Substituto

Documento de 9 página(s) assinado digitalmente. Pode ser consultado no endereço <https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx> pelo código de localização EP14.0526.09430.UF8B. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

Original Documento de 176 página(s) assinado digitalmente. Pode ser consultado pelo código de localização

APXB.NBK0.EN0P5.FNZY no endereço <http://sadd.receita.fazenda.gov.br/sadd-internet/pages/validadocumento.xhtml>

Nota Conjunta 2 (24350628)

SEI 13033.40

Consulte a página de autenticação no final deste documento.

De acordo. Encaminhe-se ao Subsecretário de Gestão Fiscal da STN e ao Subsecretário de Política Microeconômica e Financiamento da Infraestrutura da SPE.

MARCELO SENNA VALE PIOTO

Coordenador-Geral da CPLAN/SUGEF/STN/ME, Substituto

FLORISVALDO JUSTINO MACHADO GONÇALVES

Coordenador-Geral da CGRM/SPE/ME, Substituto

De acordo. Encaminhe-se ao Subsecretário de Gestão Fiscal da STN e ao Subsecretário de Política Microeconômica e Financiamento da Infraestrutura da SPE.

ADRIANO PEREIRA DE PAULA

Subsecretário de Gestão Fiscal da STN

EMMANUEL SOUSA DE ABREU

Subsecretário de Política Microeconômica e Financiamento da
Infraestrutura da SPE

De acordo. Encaminhe-se à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

PAULO FONTOURA VALLE

Secretário do Tesouro Nacional

PEDRO CALHMAN DE MIRANDA

Secretário de Política Econômica

ANEXO I – Amostra de debêntures utilizadas

Empresa	ISIN	Data de Vencimento
AGEO LESTE TERMINAIS E ARMAZENS GERAIS S.A.	BRAGLTDBS001	15/07/2031
CONCESSIONARIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S/A	BRANHDBS008	15/07/2022
ARTERIS S.A.	BRARTRDBS070	15/09/2027
ARTERIS S.A.	BRARTRDBS054	15/10/2024
BELA LUNA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A	BRBELEDBS006	21/11/2024
CONCESSIONARIA AUTO RAPOSO TAVARES S/A	BRRPADBS017	15/12/2024
CONCESSIONARIA ROTA DAS BANDEIRAS S/A	BRCRBDBS041	15/07/2034
CONCESSIONARIA ROTA DAS BANDEIRAS S/A	BRCRBDBS066	15/07/2034
CONCESSIONARIA ROTA DAS BANDEIRAS S/A	BRCRBDBS082	15/07/2034
CCR S/A	BRCCRODBS0L5	15/11/2033
CCR S/A	BRCCRODBS0K7	15/12/2028
CONCESSIONARIA DA RODOVIA MS 306 S.A.	BRCNRDDBS004	15/12/2035
EIXO SP CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A	BRCONRDDBS019	15/12/2035
CONCESSIONARIA DA RODOVIA MG-050 S.A.	BRRDVIDBS061	15/12/2030
CONVICON CONTAINERES DE VILA DO CONDE S/A	BRVCNDBS008	15/11/2031
ECORODOVIAS CONCESSOES E SERVICOS S/A	BRERDVDBS052	15/10/2022
CONCESSIONARIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.	BRCOVDBS044	15/04/2024
CONCESSIONARIA PONTE RIO-NITEROI S/A - ECOPONTE	BRPCPNDBS006	15/10/2034
CONCESSIONARIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S/A - ECOPISTAS	BRASCPDBS003	15/01/2023
CONCESSIONARIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S/A - ECOPISTAS	BRASCPDBS037	15/10/2022
ENTREVIAS CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A	BRENTVDBS008	15/12/2030
ECORODOVIAS CONCESSOES E SERVICOS S/A	BRERDVDBS0E8	15/06/2025
ECORODOVIAS CONCESSOES E SERVICOS S/A	BRERDVDBS0D0	15/11/2024
ECORODOVIAS CONCESSOES E SERVICOS S/A	BRERDVDBS0H1	15/04/2026
RUMO MALHA PAULISTA S/A	BRGASCDDBS028	15/06/2031
HIDROVIAS DO BRASIL S.A.	BRHBSADBS002	15/10/2028
HIDROVIAS DO BRASIL S.A.	BRHBSADBS010	15/10/2031
MRS LOGISTICA S/A	BRMRSADBS008	15/04/2024
MRS LOGISTICA S/A	BRMRSADBS099	15/02/2025
CONCESSIONARIA ROTA DAS BANDEIRAS S/A	BRDTRDBS006	15/10/2025
PACER LOGISTICA S.A.	BRPACRDBS005	13/09/2025
AUTOPISTA LITORAL SUL S/A.	BRAPLSDBS020	15/10/2031
RODOVIAS DAS COLINAS S.A	BRCOLNDBS053	15/04/2023
CONCESSIONARIA RODOVIAS DO TIETE S/A	BRRDVTDBS001	15/06/9999
RUMO S.A.	BRRAILDBS019	15/02/2029
RUMO S.A.	BRRAILDBS035	15/10/2029
RUMO S.A.	BRRAILDBS050	15/04/2030
RUMO S.A.	BRRAILDBS068	15/12/2030
RUMO S.A.	BRRAILDBS084	15/06/2031
RUMO MALHA NORTE S/A	BRFRNRDBS064	15/02/2026
RUMO S.A.	BRRAILDBS043	15/10/2029
RUMO S.A.	BRRAILDBS076	15/12/2035
RUMO S.A.	BRRAILDBS092	15/06/2036
SALUS INFRAESTRUTURA PORTUARIA S.A.	BRSAIPDBS018	15/10/2024
TCP TERMINAL DE CONTAINERES DE PARANAGUA S.A.	BRTCPADBS027	15/10/2022
TEQUIMAR VILA DO CONDE LOGISTICA PORTUARIA SA	BRTQMRDBS002	15/03/2028
VIA BRASIL MT 320 CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S/A	BRVIMTDBS019	15/12/2036
VLI MULTIMODAL S.A.	BRVIMDBS016	15/08/2025
VIAPAULISTA S/A	BRVPLTDBS024	15/06/2027
VIARONDON CONCESSIONARIA DE RODOVIA S/A	BRVRDNDBS012	15/12/2034
XMASSETO PARTICIPACOES S/A	BRXMSSDBS008	30/06/2029

[i] Ministério da Fazenda. **Metodologia de Cálculo do WACC**. Brasília, 2018, disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/centrais-de-conteudos/publicacoes/guias-e-manuais/metodologia-de-calculo-do-wacc2018.pdf>

[iii] Disponível em: <http://pages.stern.nyu.edu/~adamodar/>. Acesso em 25/04/2022.

[iiii] KOLLER, T; GOEDHART, M.; WESSELS, D. *Valuation: Measuring and Managing the Value of Companies*. McKinsey & Company. Hoboken, 2015.

[iv] Disponível em: <http://pages.stern.nyu.edu/~adamodar/>. Acesso em 25/04/2022.

[v] DAMODARAN, A. *Finanças corporativas aplicadas: manual do usuário*. Porto Alegre, Ed.Bookman, 2002.

[vi] É um índice que representa o desempenho médio das cotações das ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. É formado pelas ações com maior volume negociado nos últimos meses.



Documento assinado eletronicamente por **Christiane Maranhao de Oliveira, Auditor(a) Federal de Finanças e Controle**, em 28/04/2022, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Samia Marques Russo, Gerente**, em 28/04/2022, às 16:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mathias Lenz Neto, Coordenador(a) Substituto(a)**, em 28/04/2022, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Senna Valle Pioto, Coordenador(a)-Geral Substituto(a)**, em 28/04/2022, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Florisvaldo Justino Machado Gonçalves, Coordenador(a)-Geral Substituto(a)**, em 28/04/2022, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Ferreira Rocha Monteiro, Analista de Planejamento e Orçamento**, em 28/04/2022, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Pereira de Paula, Subsecretário(a) de Política Fiscal**, em 28/04/2022, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Emmanuel Sousa de Abreu, Subsecretário(a) de Política Microeconômica e Financiamento da Infraestrutura Substituto(a)**, em 28/04/2022, às 17:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Calhman de Miranda, Secretário(a) de Política Econômica**, em 28/04/2022, às 17:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Fontoura Valle, Secretário(a) do Tesouro Nacional**, em 28/04/2022, às 20:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **24350628** e o código CRC **A0CB79EE**.



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 12/05/2026 19:10:27 por Felipe Rodrigues Moreira.

Documento assinado digitalmente em 12/05/2026 19:10:27 por FELIPE RODRIGUES MOREIRA

Esta cópia / impressão foi realizada por GUILHERME NASCIMENTO DE OLIVEIRA em 14/05/2026.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP14.0526.09430.UF8B

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
25A66E31EB86D94F34739A4BBD732081098B644B004EB92D41E4B4F7449E3B59



Anexo III – Dimensionamento Físico

A tabela abaixo tem como objetivo estimar as áreas necessárias para o depósito, pátio e área administrativa do porto seco em Juiz de Fora, partindo da demanda anual estimada de cargas a serem objeto de despacho de importação e exportação, e considerando outros parâmetros e explicações apresentados ao final deste documento.

	IMPORTAÇÃO		EXPORTAÇÃO		TOTAL
(1) Demanda média anual em peso líquido (ton)	179.543		2.409		181.952
Tipo de acondicionamento	Palete	Contêiner	Palete	Contêiner	
(2) % por unitização/forma de acondicionamento da carga	33,33%	66,67%	33,33%	66,67%	
Demanda anual por tipo de unitização (ton)	59.842	119.701	803	1.606	
(3) (4) Peso médio de carga por unidade de carga (ton)	0,5	17	0,5	17	
Total de unidades de carga por ano	119.683	6.919	1.606	93	
Média de unidades de carga por mês	9.974	577	134	8	
Média de unidades de carga por dia	332	19	4	0,26	
(5) Média de dias de permanência no recinto	12	12	12	12	
Média de unidades de carga no período médio de permanência	3.989	231	54	3	
DEPÓSITO					
(6) Área de um palete (m ²)	3,18		3,18		
Área para armazenamento de paletes no período, sem empilhamento (m ²)	12.686		170		
(7) Paletes empilhamento	3		3		
Área do depósito (m ²)	4.229		57		4.286
(8) Acréscimo de área de depósito (%) - para circulação					20%
ÁREA TOTAL DEPÓSITO (m²)					5.143
PÁTIO DE CONTÊINERES E CAMINHÕES					
(4) Área para um contêiner (m ²)		88		88	
Área Contêineres s/ empilhamento		20.296		272	
(9) Contêineres empilhamento		2		2	
Área Contêineres Empilhados		10.148		136	10.284
(10) Peso médio de carga por caminhão (ton)	20	17	20	17	
Média de caminhões por ano	2.992,09	6.919,16	40,15	92,84	10.044
Média de caminhões por mês	249,34	576,60	3,35	7,74	837
Média de caminhões por dia	12,47	28,83	0,17	0,39	42
Média de dias de permanência dos caminhões no recinto	2	1	2	1	
Média de caminhões no período médio de permanência	25	29	0	0	54
(11) Área de estacionamento/movimentação de caminhões (m ²)	1.995	2.306	27	31	4.359
Área do pátio					14.643
(12) Acréscimo de área de pátio (%) para circulação					30%
ÁREA TOTAL PÁTIO (m²)					19.036
ÁREA ADMINISTRATIVA					
(13) Área administrativa (m ²)					1.400
DEPÓSITO + PÁTIO + ÁREA ADMINISTRATIVA					



**MINISTÉRIO DA
FAZENDA**



Área total do recinto sem expansão					25.579
(14) Expansão da Adm, Pátio e Depósito (25% + 25%)					14.388
ÁREA FINAL DO RECINTO (m²)					39.967

(1) Demandas médias anuais, em peso, de importação e de exportação, oriundas do Item 8 do documento principal do Estudo;

(2) Distribuição das cargas por tipo de acondicionamento (paleta ou contêiner): percentuais estimados considerando que a principal via de transporte internacional das operações despachadas em Juiz de Fora é a marítima, que normalmente envolve contêineres;

(3) Dimensões e capacidade média de um paleta padrão: comprimento de 1,20m, largura de 1,00m, e, em média, carregado 1,4m de altura e peso de 500Kg;

(4) Adotados os valores de 88m² de área por contêiner equivalente e 17.300kg de carga por contêiner equivalente (TEU), após cálculo ponderado considerando que a proporção de uso dos contêineres é de 60% de contêineres de 20 pés e de 40% de contêineres de 40 pés, e admitindo a utilização média de 80% da capacidade total dos contêineres. Esses valores foram calculados a partir dos seguintes dados:

- Dimensões médias de um contêiner de 40 pés: comprimento de 12,20 m, largura de 2,44 m, altura de 2,44, e em média quando carregado, peso de 27 t de carga útil;
- Volume médio útil de um contêiner de 40 pés: 61 a 67 m³;
- Área para movimentação e armazenagem de um contêiner de 40 pés: 121,46 m²;
- Dimensões médias de um contêiner de 20 pés: comprimento de 6,1 m, largura de 2,44 m, altura de 2,44, e em média quando carregado, peso de 18 t de carga útil;
- Volume médio útil de um contêiner de 20 pés: 30 a 33 m³;
- Área para movimentação e armazenagem de um contêiner de 20 pés: 62,66 m²;

(5) Período médio de permanência na importação e na exportação: informação prestada pelo atual permissionário do porto seco de Juiz de Fora;

(6) Área utilizada para movimentação e armazenagem de um pallet padrão no armazém coberto – 3,18 m²;

(7) Empilhamento de paletes – pilhas de 3 pallets levando em consideração a altura livre do pé-direito do armazém de 6m;

(8) Acréscimo de 20% sobre a área dimensionada para o depósito, no orçamento inicial, para atender as demandas relativas à sala do fiel depositário, estacionamento de empilhadeiras, guarda paletes, local segregado para conferência física de mercadorias, e guarda de amostras e de mercadorias apreendidas;

(9) Empilhamento de contêineres para fins de cálculo - pilhas de 2 contêineres;

(10) Valor médio da tonelage dos caminhões – 20 a 26t. Adotado o valor de 20.000kg, quando o caminhão estiver carregando paletes;

(11) Adotada área de pátio de 80m² por caminhão, considerando:



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



- Área ocupada por caminhão (16m x 2,5m) = 40m²;
- Área de manobra para caminhão: 40m²;

(12) Acréscimo de 30% sobre a área dimensionada para o pátio: para atender às vias de circulação interna em geral, o estacionamento de veículos leves, acessos, e atividades complementares à movimentação e armazenagem de mercadorias;

(13) Área administrativa: total de 1400m², sendo 60m² exclusivos para RFB (escritório, banheiro e copa); 40m² para órgãos anuentes; 80m² para despachantes, 80m² para motoristas; e 1140 m² para escritórios, vestiários, refeitório, portaria, arquivos e demais dependências do permissionário.

(14) Expansão de áreas: conforme estudo Cenários Econômicos para o PNE 2050¹, elaborado em dezembro de 2018 pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) com base em informações da *Price Waterhouse & Coopers* (PWC) e do *World Energy Council*, admite-se uma expansão anual do PIB à taxa de 1,6% a.a. ao longo do período da permissão. Considerando um aumento de demanda da mesma ordem, que totaliza aproximadamente 50% ao longo dos 25 anos, estimou-se a necessidade do aumento das áreas de pátio, depósito e administrativa em 25% no 8º ano e mais 25% no 16º ano.

¹ O estudo Cenários Econômicos para o PNE 2050 pode ser acessado através do seguinte endereço: <https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-227/topico-201/Cen%C3%A1rios%20Econ%C3%B4micos.pdf>



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 12/05/2026 19:10:52 por Felipe Rodrigues Moreira.

Documento assinado digitalmente em 12/05/2026 19:10:52 por FELIPE RODRIGUES MOREIRA

Esta cópia / impressão foi realizada por GUILHERME NASCIMENTO DE OLIVEIRA em 14/05/2026.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP14.0526.09433.4JFB

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
8EF16F935BDF8213A017C276AC5DFAA276B0834AE46225E8C6B0B6B245478326



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Anexo IV – Orçamento

O objetivo desta etapa do estudo é estimar o investimento necessário para implementação do porto seco, considerando terreno, obras/instalações, equipamentos, veículos, mobiliário, bens de informática e sistemas. Além disso, demonstra-se nesta etapa como se dará a depreciação de tais itens.

Importante ressaltar, devido ao caráter **sintético** deste EVTE, que este orçamento é uma estimativa genérica e aproximada, sem a precisão e o nível de detalhamento que somente um projeto executivo possibilitaria. Logo, é imprescindível que cada interessado em participar da licitação realize sua própria orçamentação, conforme suas especificidades e necessidades.

Na determinação dos itens constantes do orçamento e seus respectivos quantitativos foram considerados a estimativa de demanda futura (constante do tópico 8 do documento principal do Estudo) e o dimensionamento físico estimado (constante do Anexo III), bem como a realidade observada em outros portos secos em funcionamento em diferentes regiões fiscais da Receita Federal do Brasil. Em alguns itens foram adotados acréscimos percentuais para cobrir eventuais custos adicionais não previamente mapeados.

A maior parte dos valores unitários foi obtida através de pesquisas simples de preços realizadas na internet, cujas capturas de tela constam do final deste documento. Para alguns itens, notadamente sistemas, foram aproveitadas propostas orçamentárias realizadas em estudo similar para implantação de porto seco em Foz do Iguaçu, conduzido em 2022, e seus valores foram atualizados considerando a correção monetária por meio da aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado até abril de 2025.

O orçamento considera ainda o estudo de cenários econômicos para o PNE 2050, elaborado em dezembro de 2018 pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) com base em informações da Price Waterhouse & Coopers (PWC) e do World Energy Council. Tal estudo admite uma expansão anual do PIB à taxa de 1,6% a.a. ao longo do período de permissão. Este percentual, projetado para os 25 anos de contrato, resultou em aproximadamente 50% de crescimento, adotamos então, uma expansão operacional de 25% para o período do 8º ao 15º ano e 25% para o período do 16º ao 25º ano.

No que tange à depreciação correspondente aos acréscimos do item "obras/edificações", a taxa de depreciação foi ajustada para ser totalizada até o 25º ano do empreendimento, ano final do primeiro período do contrato.

Terreno

TERRENO				
Descrição	Qtde (m²)	Custo/m²	Valor Total (R\$)	Depreciação anual
(1) Terreno para implantação do recinto	39.966,66	211,50	8.452.947,69	não se aplica

- (1) O valor do metro quadrado de terreno em Juiz de Fora/MG foi obtido por meio de pesquisa realizada na internet de imóvel na região, conforme *print screen* constante do último tópico deste documento.



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Obras/edificações

VALORES/ÍNDICES UTILIZADOS NO ORÇAMENTO DE OBRAS		
Valor do m2 de pavimento de concreto simples 15 cm	143,48	Sinapi - Relatório mensal - Composição MG - Março/2025 https://www.caixa.gov.br/poder-publico/modernizacao-gestao/sinapi/Paginas/default.aspx
Valor do m2 de Depósito (Galpão Industrial - GI)	1.235,02	Valor do CUB em MG - Março/2025 Fonte: https://sinduscon-mg.org.br/wp-content/uploads/2025/04/tabela_cub_marco_2025.pdf
Valor do m2 de Área Administrativa (Comercial Andares Livres CAL-8 Padrão Alto) - valor do m2	2.919,65	Valor do CUB em MG - Março/2025 Fonte: https://sinduscon-mg.org.br/wp-content/uploads/2025/04/tabela_cub_marco_2025.pdf
Valor do metro linear de cercamento (alambrado em mourões de concreto com arame galvanizado - altura de 2m)	182,57	Sinapi - Relatório mensal - Composição MG - Março/2025 https://www.caixa.gov.br/poder-publico/modernizacao-gestao/sinapi/Paginas/default.aspx
Valor do metro linear do cercamento considerando altura de 3m (x1,5)	273,86	
Estimativa do perímetro (em metros)	1.000	Considerando um terreno de aproximadamente 100 x 400 metros
Correção do IPCA (janeiro de 2023 a abril de 2025)	1,1239	Este índice foi considerado na atualização de alguns valores, notadamente de sistemas, constantes de EVTE de porto seco em Foz do Iguaçu, realizado em 2022.

OBRAS – Orçamento Inicial					
Descrição	Quant.	Custo/Unid. referência	Unid. referência	Valor Total (R\$)	Depreciação anual (4%) (R\$)
(2) Armazém	5.143	1.852,53	m2	9.526.940,76	381.077,63
(3) Câmara climatizada - interior do armazém	150	3.087,55	m2	463.132,50	18.525,30
(4) Pátio	19.036	143,48	m2	2.731.284,55	109.251,38
(5) Área administrativa	1.400	2.919,65	m2	4.087.510,00	163.500,40
(6) Cercamento	1.000	273,86	metro linear	273.855,00	10.954,20
SUBTOTAL				17.082.722,82	683.308,91
Outras despesas com obras (diversos, estimados em 15% do subtotal)				2.562.408,42	102.496,34
Projeto conceitual básico, executivo e licenças (estimado em 6% do valor da obra)				1.178.707,87	47.148,31
TOTAL				20.823.839,11	832.953,56

(2) Armazém: composto por área para armazenamento de carga geral, câmara climatizada, verificação física, guarda de amostras, guarda de mercadorias apreendidas, sala do fiel, estacionamento de empilhadeiras e guarda de pallets vazios. Adotou-se um custo médio para o armazém equivalente a 1,5 vezes aquele previsto no CUB/MG para a mesma estrutura, considerando acréscimos em relação ao custo básico previsto no CUB, em função de características como pé direito elevado de 6 metros, piso com capacidade elevada de carga (necessário à verticalização do armazenamento), iluminação e fundação diferenciadas.

(3) Câmara climatizada no interior do armazém: no cálculo de seu custo considerou-se um custo médio equivalente a 2,5 vezes o CUB por se tratar de instalação mais específica e complexa.

(4) Pátio: contempla área para circulação e estacionamento de caminhões, e armazenamento de contêineres. Considera pavimento em concreto simples, com 15 cm de espessura.



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



(5) Área administrativa: contempla dependências da permissionária, da RFB, de outros órgãos anuentes, motoristas e despachantes.

(6) Cercamento: considera um perímetro estimado de 1.000 metros e o valor do custo do metro linear do Sinapi foi ajustado em 1,5 vezes para considerar a altura de 3 metros.

OBRAS – Orçamento – Acréscimo de 25% nas áreas, exceto administrativa – 8º ano					
Descrição	Quant. acrescida	Custo/Unid. referência	Unid. referência	Valor Total (R\$)	Depreciação anual (4%) (R\$)
Armazém	1.286	1.852,53	m2	2.381.735,19	95.269,41
Câmara climatizada - interior do armazém	38	3.087,55	m2	115.783,13	4.631,33
Pátio	4.759	143,48	m2	682.821,14	27.312,85
Área administrativa	0	2.919,65	m2	0,00	0,00
Cercamento	250	273,86	metro linear	68.463,75	2.738,55
Projeto conceitual básico, executivo e licenças (estimado em 6% do valor da obra)				194.928,19	7.797,13
TOTAL				3.443.731,40	137.749,26
Depreciação ajustada para 18 anos (ano 8º ao 25º):					191.318,41

OBRAS – Orçamento – Acréscimo de 25% nas áreas – 16º ano					
Descrição	Quant. acrescida	Custo/Unid. referência	Unid. referência	Valor Total (R\$)	Depreciação anual (4%) (R\$)
Armazém	1.607	1.852,53	m2	2.977.168,99	119.086,76
Câmara climatizada - interior do armazém	47	3.087,55	m2	144.728,91	5.789,16
Pátio	5.949	143,48	m2	853.526,42	34.141,06
Área administrativa	350	2.919,65	m2	1.021.877,50	40.875,10
Cercamento	313	273,86	metro linear	85.579,69	3.423,19
Projeto conceitual básico, executivo e licenças (estimado em 6% do valor da obra)				304.972,89	12.198,92
TOTAL				5.387.854,40	215.514,18
Depreciação ajustada para 10 anos (ano 16º ao 25º):					538.785,44

Equipamentos

EQUIPAMENTOS – Orçamento Inicial				
Descrição	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)	Depreciação anual 10% (R\$)
(7) Equip. p/ movimentação de contêineres - <i>reach stacker</i>	1	2.832.000,00	2.832.000,00	283.200,00
(7) Empilhadeira elétrica capacidade de 10 toneladas	1	1.032.500,00	1.032.500,00	103.250,00
Empilhadeira capacidade de 3,5 toneladas	2	199.900,00	399.800,00	39.980,00
Empilhadeira elétrica 2 toneladas	2	81.900,00	163.800,00	16.380,00
Paletes hidráulicas	4	1.352,99	5.411,96	541,20
Tomadas Trifásicas p/ contêiner	20	134,86	2.697,20	269,72
Balança rodoviária, capacidade mínima 80 toneladas	1	120.000,00	120.000,00	12.000,00
Balança para pesagem de volumes (2.500 KG)	1	3.547,00	3.547,00	354,70
Balança eletrônica precisão (50kg)	1	1.648,52	1.648,52	164,85
Grupo Moto-Gerador (125 KVA)	3	86.436,58	259.309,74	25.930,97
Transformador (225 KVA)	2	21.780,00	43.560,00	4.356,00
Cancela com acionamento eletrônico	2	3.377,16	6.754,32	675,43
Subtotal			4.871.028,74	487.102,87



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Receita Federal

Outros (diversos, estimado 10% do subtotal)			487.102,87	48.710,29
TOTAL			5.358.131,61	535.813,16

(7) O orçamento obtido estava com valor em dólar americano e foi convertido para reais utilizando-se a mesma taxa de câmbio (R\$ 5,90) utilizada no tópico 8 do documento principal deste EVTE.

EQUIPAMENTOS – Acréscimo 8º ano				
Descrição	Quant. acrescida	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)	Depreciação anual 10% (R\$)
Equip. p/ movimentação de contêineres - reach stacker	1	2.832.000,00	2.832.000,00	283.200,00
Empilhadeira elétrica capacidade de 10 toneladas	1	1.032.500,00	1.032.500,00	103.250,00
Empilhadeira capacidade de 3,5 toneladas	1	199.900,00	199.900,00	19.990,00
Empilhadeira elétrica 2 toneladas	1	81.900,00	81.900,00	8.190,00
Paletes hidráulicas	2	1.352,99	2.705,98	270,60
Tomadas Trifásicas p/ contêiner	10	134,86	1.348,60	134,86
Balança rodoviária, capacidade mínima 80 toneladas	0	120.000,00	0,00	0,00
Balança para pesagem de volumes (2.500 KG)	1	3.547,00	3.547,00	354,70
Balança eletrônica precisão (50kg)	1	1.648,52	1.648,52	164,85
Grupo Moto-Gerador (125 KVA)	1	86.436,58	86.436,58	8.643,66
Transformador (225 KVA)	1	21.780,00	21.780,00	2.178,00
Cancela com acionamento eletrônico	0	3.377,16	0,00	0,00
TOTAL			4.263.766,68	426.376,67

EQUIPAMENTOS – Acréscimo 16º ano				
Descrição	Quant. acrescida	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)	Depreciação anual 10% (R\$)
Equip. p/ movimentação de contêineres - reach stacker	0	2.832.000,00	0,00	0,00
Empilhadeira elétrica capacidade de 10 toneladas	0	1.032.500,00	0,00	0,00
Empilhadeira capacidade de 3,5 toneladas	1	199.900,00	199.900,00	19.990,00
Empilhadeira elétrica 2 toneladas	1	81.900,00	81.900,00	8.190,00
Paletes hidráulicas	2	1.352,99	2.705,98	270,60
Tomadas Trifásicas p/ contêiner	8	134,86	1.078,88	107,89
Balança rodoviária, capacidade mínima 80 toneladas	0	120.000,00	0,00	0,00
Balança para pesagem de volumes (2.500 KG)	1	3.547,00	3.547,00	354,70
Balança eletrônica precisão (50kg)	1	1.648,52	1.648,52	164,85
Grupo Moto-Gerador (125 KVA)	0	86.436,58	0,00	0,00
Transformador (225 KVA)	0	21.780,00	0,00	0,00
Cancela com acionamento eletrônico	1	3.377,16	3.377,16	337,72
TOTAL			294.157,54	29.415,75

Mobiliário

MOBILIÁRIO RFB E OUTROS ÓRGÃOS – Orçamento Inicial				
Descrição	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)	Depreciação anual 10% (R\$)
Estação de Trabalho (inclui mesa, cadeira, gaveteiro e telefone)	4	1.203,35	4.813,40	481,34
Mesa de reunião com 8 cadeiras	2	6.127,79	12.255,58	1.225,56
Armário alto	2	649,98	1.299,96	130,00
Equipamento de copa (inclui geladeira, forno microondas, cafeteira e bebedouro de água potável)	2	3.866,99	7.733,98	773,40
Condicionador de ar tipo split 18.000 BTUs	2	3.299,00	6.598,00	659,80
SUBTOTAL			32.700,92	3.270,09
Outros (diversos, estimados em 10% do subtotal)			3.270,09	327,01



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Receita Federal

Outros órgãos (20% sobre o subtotal RFB)			6.540,18	654,02
TOTAL			42.511,20	4.251,12

MOBILIÁRIO RFB E OUTROS ÓRGÃOS – Acréscimo 8º ano				
Descrição	Quant. acrescida	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)	Depreciação anual 10% (R\$)
Estação de Trabalho (inclui mesa, cadeira, gaveteiro e telefone)	2	1.203,35	2.406,70	240,67
Mesa de reunião com 8 cadeiras	0	6.127,79	0,00	0,00
Armário alto	1	649,98	649,98	65,00
Equipamento de copa (inclui geladeira, forno microondas, cafeteira e bebedouro de água potável)	0	3.866,99	0,00	0,00
Condicionador de ar tipo split 18.000 BTUs	0	3.299,00	0,00	0,00
TOTAL			3.056,68	305,67

MOBILIÁRIO RFB E OUTROS ÓRGÃOS – Acréscimo 16º ano				
Descrição	Quant. acrescida	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)	Depreciação anual 10% (R\$)
Estação de Trabalho (inclui mesa, cadeira, gaveteiro e telefone)	2	1.203,35	2.406,70	240,67
Mesa de reunião com 8 cadeiras	0	6.127,79	0,00	0,00
Armário alto	0	649,98	0,00	0,00
Equipamento de copa (inclui geladeira, forno microondas, cafeteira e bebedouro de água potável)	0	3.866,99	0,00	0,00
Condicionador de ar tipo split 18.000 BTUs	1	3.299,00	3.299,00	329,90
TOTAL			5.705,70	570,57

MOBILIÁRIO PERMISSONÁRIA – Orçamento Inicial				
Descrição	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)	Depreciação anual 10% (R\$)
Estação de Trabalho (inclui mesa, cadeira, gaveteiro e telefone)	20	1.203,35	24.067,00	2.406,70
Mesa de reunião com 10 cadeiras	1	6.835,99	6.835,99	683,60
Armário alto	20	649,98	12.999,60	1.299,96
Equipamento para copa (inclui geladeira, forno microondas, cafeteira e bebedouro de água potável)	1	3.866,99	3.866,99	386,70
Condicionador de ar tipo Split, 60.000 BTUs	4	14.899,00	59.596,00	5.959,60
SUBTOTAL			107.365,58	10.736,56
Outros (diversos, estimados em 10% do subtotal)			10.736,56	1.073,66
TOTAL			118.102,14	11.810,21

MOBILIÁRIO PERMISSONÁRIA – Acréscimo 8º ano				
Descrição	Quant. acrescida	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)	Depreciação anual 10% (R\$)
Estação de Trabalho (inclui mesa, cadeira, gaveteiro e telefone)	5	1.203,35	6.016,75	601,68
Mesa de reunião com 10 cadeiras	0	6.835,99	0,00	0,00
Armário alto	5	649,98	3.249,90	324,99
Equipamento de copa (inclui geladeira, forno microondas, cafeteira e bebedouro de água potável)	1	3.866,99	3.866,99	386,70
Condicionador de ar tipo Split, 60.000 BTUs	1	14.899,00	14.899,00	1.489,90
TOTAL			28.032,64	2.803,26

MOBILIÁRIO PERMISSONÁRIA – Acréscimo 16º ano				
Descrição	Quant. acrescida	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)	Depreciação anual 10% (R\$)
Estação de Trabalho (inclui mesa, cadeira, gaveteiro e telefone)	5	1.203,35	6.016,75	601,68
Mesa de reunião com 10 cadeiras	1	6.835,99	6.835,99	683,60



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Receita Federal

Armário alto	5	649,98	3.249,90	324,99
Equipamento de copa (inclui geladeira, forno microondas, cafeteira e bebedouro de água potável)	1	3.866,99	3.866,99	386,70
Condicionador de ar tipo Split, 60.000 BTUs	1	14.899,00	14.899,00	1.489,90
TOTAL			34.868,63	3.486,86

Informática - hardware

INFORMÁTICA - RFB E OUTROS ÓRGÃOS – Orçamento Inicial				
Descrição	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)	Depreciação anual 20% (R\$)
Microcomputador / notebook (exceto RFB)	2	3.324,05	6.648,10	1.329,62
Monitor 24 polegadas	4	521,00	2.084,00	416,80
Impressora Laser Multifuncional Wifi	2	2.477,08	4.954,16	990,83
Leitor óptico de barras sem fio	2	534,60	1.069,20	213,84
Equipamentos de rede (estabilizador de rede elétrica, roteador wifi interno, roteador wifi externo)	2	8.203,18	16.406,36	3.281,27
SUBTOTAL			31.161,82	6.232,36
Outros (diversos, estimado em 10% do subtotal)			3.116,18	623,24
Outros órgãos (20% sobre o subtotal RFB)			6.232,36	1.246,47
TOTAL			40.510,37	8.102,07

INFORMÁTICA - RFB E OUTROS ÓRGÃOS – Acréscimo 8º ano				
Descrição	Quant. acrescida	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)	Depreciação anual 20% (R\$)
Microcomputador / notebook (exceto RFB)	2	3.324,05	6.648,10	1.329,62
Monitor 24 polegadas	2	521,00	1.042,00	208,40
Impressora Laser Multifuncional Wifi	0	2.477,08	0,00	0,00
Leitor óptico de barras sem fio	1	534,60	534,60	106,92
Equipamentos de rede (estabilizador de rede elétrica, roteador wifi interno, roteador wifi externo)	0	16.406,36	0,00	0,00
TOTAL			8.224,70	1.644,94

INFORMÁTICA - RFB E OUTROS ÓRGÃOS – Acréscimo 16º ano				
Descrição	Quant. acrescida	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)	Depreciação anual 20% (R\$)
Microcomputador / notebook (exceto RFB)	2	3.324,05	6.648,10	1.329,62
Monitor 24 polegadas	2	521,00	1.042,00	208,40
Impressora Laser Multifuncional Wifi	0	2.477,08	0,00	0,00
Leitor óptico de barras sem fio	0	534,60	0,00	0,00
Equipamentos de rede (estabilizador de rede elétrica, roteador wifi interno, roteador wifi externo)	1	16.406,36	16.406,36	3.281,27
TOTAL			24.096,46	4.819,29

INFORMÁTICA – PERMISSONÁRIA – Orçamento Inicial				
Descrição	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)	Depreciação anual 20% (R\$)
Microcomputador / notebook	20	3.324,05	66.481,00	13.296,20
Impressora Laser Multifuncional	5	2.477,08	12.385,40	2.477,08
Circuito de dados (assinatura 12 meses)	1	3.316,00	3.316,00	0,00
Leitor óptico de barras	4	534,60	2.138,40	427,68
(8) Rede local de computadores	1	82.960,00	82.960,00	16.592,00
SUBTOTAL			167.280,80	33.456,16



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Receita Federal

Outros (diversos, estimado em 10% do subtotal)			16.728,08	3.345,62
TOTAL			184.008,88	36.801,78

(8) O valor foi obtido a partir da atualização monetária (considerando o IPCA acumulado de 2023 até abril de 2025) de estudo similar para porto seco em Foz do Iguaçu, realizado em 2022.

INFORMÁTICA – PERMISSIONÁRIA – Acréscimo 8º ano				
Descrição	Quant. acrescida	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)	Depreciação anual 20% (R\$)
Microcomputador / notebook	5	3.324,05	16.620,25	3.324,05
Impressora Laser Multifuncional	1	2.477,08	2.477,08	495,42
Circuito de dados (assinatura 12 meses)	0	3.316,00	0,00	0,00
Leitor óptico de barras	1	534,60	534,60	106,92
Rede local de computadores	0	82.960,00	0,00	0,00
TOTAL			19.631,93	3.926,39

INFORMÁTICA – PERMISSIONÁRIA – Acréscimo 8º ano				
Descrição	Quant. acrescida	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)	Depreciação anual 20% (R\$)
Microcomputador / notebook	5	3.324,05	16.620,25	3.324,05
Impressora Laser Multifuncional	0	2.477,08	0,00	0,00
Circuito de dados (assinatura 12 meses)	1	3.316,00	3.316,00	663,20
Leitor óptico de barras	1	534,60	534,60	106,92
Rede local de computadores	1	82.960,00	82.960,00	16.592,00
TOTAL			103.430,85	20.686,17

Sistemas

SISTEMAS INFORMATIZADOS – PERMISSIONÁRIA – Orçamento Inicial				
Descrição	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)	Depreciação anual 20% (R\$)
(8) Sistema informatizado monitoramento e de vigilância eletrônica (CFTV, alarme e fechamento perimetral)	1	352.742,96	352.742,96	70.548,59
(8) Sistema Informatizado de Controle Aduaneiro (SICA) - controle de acesso de pessoas com leitor biométrico e de veículos com sistema OCR (Optical Character Recognition), movimentação de cargas e estocagem de mercadorias.	1	752.448,20	752.448,20	150.489,64
Outros (diversos, estimado em 30% do total do Sistema de Controle)			225.734,46	45.146,89
TOTAL			1.330.925,62	266.185,12

(8) O valor foi obtido a partir da atualização monetária (considerando o IPCA acumulado até abril de 2025) de estudo similar para porto seco em Foz do Iguaçu, realizado em 2022.

SISTEMAS INFORMATIZADOS – PERMISSIONÁRIA – Evolução/aprimoramento 8º ano



**MINISTÉRIO DA
FAZENDA**



Receita Federal

Descrição	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)	Depreciação anual 20% (R\$)
Sistema informatizado monitoramento e de vigilância eletrônica (CFTV, alarme e fechamento perimetral)	1	352.742,96	352.742,96	70.548,59
Sistema Informatizado de Controle Aduaneiro (SICA) - controle de acesso de pessoas com leitor biométrico e de veículos com sistema OCR (Optical Character Recognition), movimentação de cargas e estocagem de mercadorias.	1	752.448,20	752.448,20	150.489,64
TOTAL			1.105.191,16	221.038,23

SISTEMAS INFORMATIZADOS – PERMISSIONÁRIA – Evolução/aprimoramento 16º ano

Descrição	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)	Depreciação anual 20% (R\$)
Sistema informatizado monitoramento e de vigilância eletrônica (CFTV, alarme e fechamento perimetral)	1	352.742,96	352.742,96	70.548,59
Sistema Informatizado de Controle Aduaneiro (SICA) - controle de acesso de pessoas com leitor biométrico e de veículos com sistema OCR (Optical Character Recognition), movimentação de cargas e estocagem de mercadorias.	1	752.448,20	752.448,20	150.489,64
TOTAL			1.105.191,16	221.038,23

OUTROS SISTEMAS – PERMISSIONÁRIA – Orçamento Inicial

Descrição	Qtde	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)	Depreciação anual 10% (R\$)
(8) Sistema de prevenção contra incêndio	1	105.958,56	105.958,56	10.595,86
(8) Sistema de Segurança e Medicina do Trabalho	1	42.464,82	42.464,82	4.246,48
TOTAL			148.423,38	14.842,34

(8) O valor foi obtido a partir da atualização monetária (considerando o IPCA acumulado até abril de 2025) de estudo similar para porto seco em Foz do Iguaçu, realizado em 2022.

OUTROS SISTEMAS – PERMISSIONÁRIA – Aprimoramento 8º ano

Descrição	Qtde	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)	Depreciação anual 10% (R\$)
Sistema de prevenção contra incêndio	1	105.958,56	105.958,56	10.595,86
Sistema de Segurança e Medicina do Trabalho	1	42.464,82	42.464,82	4.246,48
TOTAL			148.423,38	14.842,34

OUTROS SISTEMAS – PERMISSIONÁRIA – Aprimoramento 16º ano



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Receita Federal

Descrição	Qtde	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)	Depreciação anual 10% (R\$)
Sistema de prevenção contra incêndio	1	105.958,56	105.958,56	10.595,86
Sistema de Segurança e Medicina do Trabalho	1	42.464,82	42.464,82	4.246,48
TOTAL			148.423,38	14.842,34

Veículos

VEÍCULOS – PERMISSIONÁRIA – Orçamento Inicial

Descrição	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)	Depreciação anual 20% (R\$)
Veículo de serviço	1	90.990,00	90.990,00	18.198,00
TOTAL			90.990,00	18.198,00

VEÍCULOS – PERMISSIONÁRIA – Acréscimo 8º ano

Descrição	Quant. acrescida	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)	Depreciação anual 20% (R\$)
Veículo de serviço	1	90.990,00	90.990,00	18.198,00
TOTAL			90.990,00	18.198,00

VEÍCULOS – PERMISSIONÁRIA – Acréscimo 16º ano

Descrição	Quant. acrescida	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)	Depreciação anual 20% (R\$)
Veículo de serviço	1	90.990,00	90.990,00	18.198,00
TOTAL			90.990,00	18.198,00

Orçamento consolidado – investimento e depreciação

A seguir estão demonstrados os valores dos investimentos (inicial e dos acréscimos previstos para o 8º e 16º ano) e de depreciação, agregados por categorias:

ORÇAMENTO CONSOLIDADO - INVESTIMENTOS E DEPRECIAÇÃO						
Descrição	INICIAL		ACRÉSCIMO 8º ANO		ACRÉSCIMO 16º ANO	
	Valor total	Depreciação anual	Valor total	Depreciação anual	Valor total	Depreciação anual
TERRENO	8.452.947,69	N/A				
OBRAS	20.823.839,11	832.953,56	3.443.731,40	191.318,41	5.387.854,40	538.785,44
EQUIPAMENTOS	5.358.131,61	535.813,16	4.263.766,68	426.376,67	294.157,54	29.415,75
MOBILIÁRIO - RFB E OUTROS ÓRGÃOS	42.511,20	4.251,12	3.056,68	305,67	5.705,70	570,57
MOBILIÁRIO - PERMISSIONÁRIA	118.102,14	11.810,21	28.032,64	2.803,26	34.868,63	3.486,86



**MINISTÉRIO DA
FAZENDA**



Receita Federal

INFORMÁTICA - RFB E OUTROS ÓRGÃOS	40.510,37	8.102,07	8.224,70	1.644,94	24.096,46	4.819,29
INFORMÁTICA - PERMISSIONÁRIA	184.008,88	36.801,78	19.631,93	3.926,39	103.430,85	20.686,17
SISTEMAS INFORMATIZADOS - PERMISSIONÁRIA	1.330.925,62	266.185,12	1.105.191,16	221.038,23	1.105.191,16	221.038,23
VEÍCULOS - PERMISSIONÁRIA	90.990,00	18.198,00	90.990,00	18.198,00	90.990,00	18.198,00
OUTROS SISTEMAS - PERMISSIONÁRIA	148.423,38	14.842,34	148.423,38	14.842,34	148.423,38	14.842,34
TOTAL	36.590.390,00	1.728.957,37	9.111.048,57	880.453,91	7.194.718,12	851.842,66

Consolidação anual da depreciação do empreendimento

A seguir estão demonstrados, ano a ano, os valores consolidados de depreciação:

Ano	Valor Total da Depreciação (R\$)
Ano 1	1.728.957,37
Ano 2	1.728.957,37
Ano 3	1.728.957,37
Ano 4	1.728.957,37
Ano 5	1.728.957,37
Ano 6	1.399.670,40
Ano 7	1.399.670,40
Ano 8	2.280.124,30
Ano 9	2.280.124,30
Ano 10	2.280.124,30
Ano 11	1.713.407,47
Ano 12	1.713.407,47
Ano 13	1.468.599,91
Ano 14	1.468.599,91
Ano 15	1.468.599,91
Ano 16	2.320.442,57
Ano 17	2.320.442,57
Ano 18	1.876.114,63
Ano 19	1.876.114,63
Ano 20	1.876.114,63
Ano 21	1.611.372,94
Ano 22	1.611.372,94
Ano 23	1.611.372,94
Ano 24	1.611.372,94
Ano 25	1.611.372,94



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Receita Federal

Print screen das consultas de preço e orçamentos

Data da pesquisa: 28/04/2025

<p>A qualidade transforma o mundo SANY</p> <p>Jacarei SP, 08 de maio de 2025.</p> <p>A CNPJ: 00.394.460/0096-02</p> <p>A/C: Felipe Rodrigues Moreira E-mail: felipe.r.moreira@rbf.gov.br</p> <p>Proposta Comercial Nº 2025-WL0508B</p> <p>Data: 08-05-2025</p> <p>De: Willie Liu Cel: 12 99607 7130 liuw241@sanygroup.com</p> <p>Prezado Felipe,</p> <p>A Sany do Brasil tem a satisfação de apresentar a proposta comercial de fornecimento do equipamento abaixo, conforme condições técnicas e comerciais detalhadas a seguir:</p> <p>01 (uma) unidade do REACH STACKER, MARCA SANY, MODELO SRSC45V2, ANO 2025 Capacidade máxima de carga: 45 toneladas NCM: 8426.41.90</p> <p>Imagem meramente ilustrativa</p> <p>Sany do Brasil Ltda. Av. Doutor Romeu Carlos Petilli, No. 600 - Parque Meia Lua Jacarei - SP - CEP: 12.305-490 Fone: +55(12) 3908-6150 - SAC: 0800-660 3131</p> <p>atendimento@sanydobrasil.com www.sanydobrasil.com @sanydobrasil</p>	<p>A qualidade transforma o mundo SANY</p> <p>CONDIÇÕES COMERCIAIS</p> <p>PREÇO UNITÁRIO Valor Unitário: US\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil dólares americanos) para pagamento à vista.</p> <p>CÂMBIO A conversão da moeda será a taxa PTAX do dólar do dia anterior à emissão do contrato de venda do equipamento.</p> <p>CONDIÇÕES DE PAGAMENTO - Pagamento de sinal no valor de USD50.000,00 (cinquenta mil dólares americanos), até 10 (dez) dias do contrato de compra. - Pagamento final referente ao valor total do equipamento, convertido em REAIS (após a emissão do contrato de compra), <u>descontado do valor do sinal</u>, a ser pago antes da emissão da Nota Fiscal.</p> <p>INCOTERMS (2010) DDP Porto de Vitória (nacionalizado)</p> <p>BASE DE VALORES Taxas, impostos, obrigações fiscais relacionadas ao processo de nacionalização existentes no ato da aquisição ou no futuro no país de destino do equipamento serão de inteira responsabilidade da Vendedora.</p> <p>ALÍQUOTA DE ICMS Informamos que a alíquota de ICMS inclusa no valor de venda é de 12%, cliente CONTRIBUINTE DE ICMS no estado do Minas Gerais. Todos os custos relacionados ao pagamento da diferença de alíquota na entrada no Estado de destino serão de inteira responsabilidade da Compradora.</p> <p>LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO Sany Vila Velha - ES CNPJ de faturamento: 09.066.194/0002-83 (Filial I) Sany Importação e Exportação da América do Sul Ltda. Endereço: Rodovia Darly Santos, nº 2121, sala A, Bairro Jardim Asteca, Vila Velha/ES CEP 29.104-491</p> <p>PRAZO DE ENTREGA 150 (cento e cinquenta) dias, salvo venda prévia. Após o faturamento são necessários 05 (cinco) dias úteis para preparação do equipamento para retirada.</p> <p>CUSTOS LOGÍSTICOS Todos os custos relativos à emissão de licenças AET (Autorização Especial de Trânsito), empenhamento e licenciamento, bem como custos relacionados ao transporte rodoviário ao endereço de destino serão de inteira responsabilidade da Compradora.</p> <p>Sany do Brasil Ltda. Av. Doutor Romeu Carlos Petilli, No. 600 - Parque Meia Lua Jacarei - SP - CEP: 12.305-490 Fone: +55(12) 3908-6150 - SAC: 0800-660 3131</p> <p>atendimento@sanydobrasil.com www.sanydobrasil.com @sanydobrasil</p>
---	--

Cotação do Reach Stacker: 08/05/2025 – Obs: cotação em dólar americano



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Receita Federal

A qualidade transforma o mundo SANY		A qualidade transforma o mundo SANY	
<p>Jacarei SP, 06 de maio de 2025.</p> <p>À CNPJ: 00.394.460/0096-02</p> <p>A/C: Felipe Rodrigues Moreira E-mail: felipe.r.moreira@rfb.gov.br</p> <p>Proposta Comercial Nº: 2025-WL0508A Data: 08-05-2025 De: Willie Liu Cel: 12 99607 7130 liuw241@sanygroup.com</p> <p>Prezado Felipe,</p> <p>A Sany do Brasil tem a satisfação de apresentar a proposta comercial de fornecimento do equipamento abaixo, conforme condições técnicas e comerciais detalhadas a seguir:</p> <p>01 (uma) unidade da EMPILHADEIRA CONTRABALANÇADA, ELÉTRICA, NOVA, MARCA SANY, MODELO SCPE10R, ANO 2025 Capacidade máxima de carga: 10 toneladas</p>  <p>OVERALL WEIGHT: 13500kg RATED LOAD: 10t LIFTING HEIGHT: 3m</p> <p>Imagem meramente ilustrativa</p> <p>Sany do Brasil Ltda. Av. Doutor Romeu Carlos Petilli, No. 600 - Parque Meia Lua Jacarei - SP - CEP: 12.325-490 Fone: +55(12) 3008-6150 - SAC: 0800-660 3131</p> <p>standimento@sanydobrasil.com www.sanydobrasil.com @sanydobrasil</p>		<p>PINTURA Pintura padrão SANY em duas cores (Azul e Preto)</p> <p>GARANTIA Nossos equipamentos estão garantidos contra defeitos de fabricação ou montagem por 12 meses ou 2.000 horas, o que ocorrer primeiro, a contar da data da entrega técnica, observados os prazos de garantia diferenciados de determinados itens e peças, conforme especificado no Termo de Garantia anexo à presente proposta. Não são considerados como garantia itens de desgaste natural. A garantia tem validade somente com a utilização de peças originais e a realização de manutenções preventivas com o fabricante ou distribuidores autorizados, conforme manual de manutenção.</p> <p>As revisões de manutenção preventiva seguem a tabela da fabricante, com variação dos valores conforme localização do equipamento.</p> <p>O proprietário deverá realizar a manutenção preventiva com a equipe técnica da Sany, devendo assumir os custos das compras de peças, insumos e serviços a ela relacionados, sob pena de perder o direito à garantia contratual instituído sobre o equipamento.</p> <p>ASSISTÊNCIA TÉCNICA A ser prestada por técnicos treinados pela fábrica, gratuita na entrega técnica e nos atendimentos em garantia, acompanhado de técnicos da empresa compradora, com o apoio do distribuidor da região quando for necessário. Os atendimentos serão iniciados pelo SAC da Sany do Brasil pelo telefone 0800 6603131.</p> <p>ENTREGA TÉCNICA A ser prestada na sede do cliente. A Sany irá programar um técnico para efetuar a entrega técnica formal e orientação de funcionamento e operação. A partir da entrega técnica, inicia-se o período de "Garantia". O equipamento somente poderá ser utilizado após a entrega técnica.</p> <p>CONDIÇÕES COMERCIAIS</p> <p>PREÇO UNITÁRIO ESPECIAL Equipamento: US\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil dólares americanos) para pagamento à vista. Estação de Carregamento: US\$ 18.000,00 (dezoito mil dólares americanos) para pagamento à vista.</p> <p>ACESSÓRIOS INCLUIDOS NO PREÇO UNITÁRIO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Garfos padrão - Cinto de segurança de 2 pontos; - Cabine com ar-condicionado; - Alarme de marcha-a-ré; - Posicionador hidráulico de abertura / fechamento e deslocamento lateral dos garfos. - Fitas refletivas nas laterais e na traseira <p>CÂMBIO A conversão da moeda será a taxa PTAX do dólar do dia anterior à emissão do contrato de venda do equipamento.</p> <p>INCOTERMS (2010) DDP Porto de Vitória (nacionalizado).</p> <p>Sany do Brasil Ltda. Av. Doutor Romeu Carlos Petilli, No. 600 - Parque Meia Lua Jacarei - SP - CEP: 12.325-490 Fone: +55(12) 3008-6150 - SAC: 0800-660 3131</p> <p>standimento@sanydobrasil.com www.sanydobrasil.com @sanydobrasil</p>	

Cotação da empilhadeira elétrica: 08/05/2025 – Obs: cotação em dólar americano

empilhadeira 7 toneladas - Go x Empilhadeira Diesel Netmak D3560s Off Road 3,5 ton Torre Triplex 6,0 m Azul

NETMAK o que procura hoje?

Precisa de ajuda? Entrar ou Cadastrar Meus produtos

Home > EMPILHADEIRAS > DIESEL > Cargas Pesadas > Empilhadeira Diesel Netmak D3560s Off Road 3,5 ton Torre Triplex 6,0 m Azul

Empilhadeira Diesel Netmak D3560s Off Road 3,5 ton Torre Triplex 6,0 m Azul

★★★★★ (1) Clique e veja!

DESTAQUE EXCLUSIVO NETMAK

Capacidade de carga: 3,5 ton
Capacidade de elevação: 6,0 m
Tipo de Torre: Triplex
Rodado: Simples

R\$ 199.900,00
à vista no PIX ou TED

Exceto SC

COMPRAR VIA WHATSAPP

Data da pesquisa: 25/04/2025



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



NETMAK o que procura hoje?

Home > EMPILHADEIRAS > ELÉTRICAS > Empilhadeira Elétrica Ntk E2055 Lítio

Empilhadeira Elétrica Ntk E2055 Lítio

Capacidade de carga: 2.0 ton
Capacidade de elevação: 5,5 m

R\$ 90.910,00
Em até 12x de R\$ 7.575,00 no cartão de crédito

R\$ 81.900,00
à vista no Pix
já com 10% de desconto

COMPRAR VIA WHATSAPP

Data da pesquisa: 25/04/2025

FERRAMENTAS KENNEDY Central de Atendimento Faça sua busca aqui

Todas as Categorias Ferramentas Manuais Maquinas Elétricas Movimentação de Carga Construção Civil Jardim & Agricultura Frete Grátis para

Paleta Manual Hidráulica com Roda Simples 550mm 2T Worker

Ref.: 327107 Marca: **WORKER** ★★★★★ (11)

E SUDESTE

R\$ 1.352,99 preço com desconto à vista
R\$ 1.503,32 em 10x de R\$ 150,33 s/ juros

COMPRAR

Formas de pagamento

Calcule seu frete aqui
00000-000 **CALCULAR**

Não sei o meu CEP

Data da pesquisa: 25/04/2025



**MINISTÉRIO DA
FAZENDA**

**Receita Federal**

Prezado Cliente,

Em resposta à sua solicitação, estamos apresentando a proposta técnica e comercial para fornecimento dos equipamentos que estão especificados abaixo:

A balança rodoviária com plataforma de concreto linha **ROBUST** é projetada sob os mais rígidos padrões de qualidade. Com desenvolvimento próprio e tecnologia de alta qualidade e confiabilidade, garantimos um produto de alta resistência e durabilidade. Projetada com vigas em aço ASTM A572 W 460 trazendo mais robustez na hora da pesagem. Com dimensões de 09 até 42 metros garantindo a pesagem de caminhões truck até rodotrem. Este equipamento utiliza células de carga de 40 toneladas para proporcionar a melhor precisão na pesagem.

Fornecimento:

Modelo do Fabricante:	Robust
Finame	3686323
Quantidade:	1
Capacidade de Pesagem:	120.000 kg x 20 kg
Plataforma de Pesagem:	30m x 3,20m
Montagem:	Sobre Piso
Comp. do Cabo Plataforma/Indicador de Peso:	20 metros (padrão)
Cabo Padrão da Caixa de Junção:	AWG Blindado Flexível
Modelo do Indicador de Peso:	BT2000
Material do Indicador de Peso:	Aço Inox
Frequência de Pesagem:	300 pesagens/dia
Comunicação Indicador:	RS-232/485 – TCP/IP (Opcional)
Sistema de Pesagem:	Incluso na balança
Célula de Carga:	40t
Sistema de Proteção Contra Surto Elétrico:	Opcional
Diária Técnica Para Montagem e Liberação:	Incluso na balança
Supervisão Técnica na Liberação:	Incluso na balança

AFTS INDÚSTRIA DE BALANÇAS LTDA
Av. Antônio Thomaz Ferreira de Rezende, 1353 - Santa Rosa, Uberlândia - MG, 38402-005
PLANTÃO 24 HORAS (34) 99865-2345 COMERCIAL (34) 99762-0998



2.3 Montagem e Liberação do equipamento

2.3 Montagem e Liberação do equipamento

A montagem e liberação será realizada por técnicos devidamente autorizados pela AFTS. Os clientes deverão fornecer os recursos humanos habilitados a efetuar uma montagem de acordo com as melhores técnicas de engenharia e de acordo com nossas orientações. O cliente deverá solicitar a montagem e liberação do equipamento com antecedência mínima de 15 dias da data prevista para o seu início. A instalação somente ocorrerá após as obras civis estarem concluídas conforme o desenho arquitetônico fornecido pela AFTS BALANÇAS (em caso de instalação em tanques, a AFTS BALANÇAS também fornecerá as especificações técnicas, sendo reagendo o serviço). Solicitamos ao cliente que forneça mão de obra auxiliar e equipamentos necessários (ex.: guindaste) para a movimentação de peças.

2.4 Despesas extras aplicáveis

2.4 Despesas extras aplicáveis

Se a instalação não puder ser concluída dentro do tempo estimado devido a razões alheias ao controle da AFTS, o custo extra (tempo de viagem, horário de trabalho, quilometragem, acomodação e outras refeições) será cobrado do cliente com base no último orçamento. Se o local da instalação não atender às especificações técnicas da AFTS BALANÇAS, nossa equipe retornará a corretora responsável, sob o custo de km rodado e diárias técnicas, por conta do cliente. Quando necessário a montagem e liberação do equipamento, Se o cliente solicitar serviços fora do horário normal de trabalho da AFTS BALANÇAS, será cobrada uma taxa de serviço extraordinário.

2.5 Declaração de Conformidade Inmetro

2.5 Declaração de Conformidade Inmetro
Após a montagem e instalação, a equipe do AFTS BALANÇAS usará um dispositivo de calibração móvel com pesos padrão (um veículo projetado especificamente para essa finalidade). A empresa possui autorização conforme Portaria publicada, para emitir, como alternativa à verificação inicial, declaração de conformidade de instrumentos de pesagem, por ela fabricados.

3.0 Valores

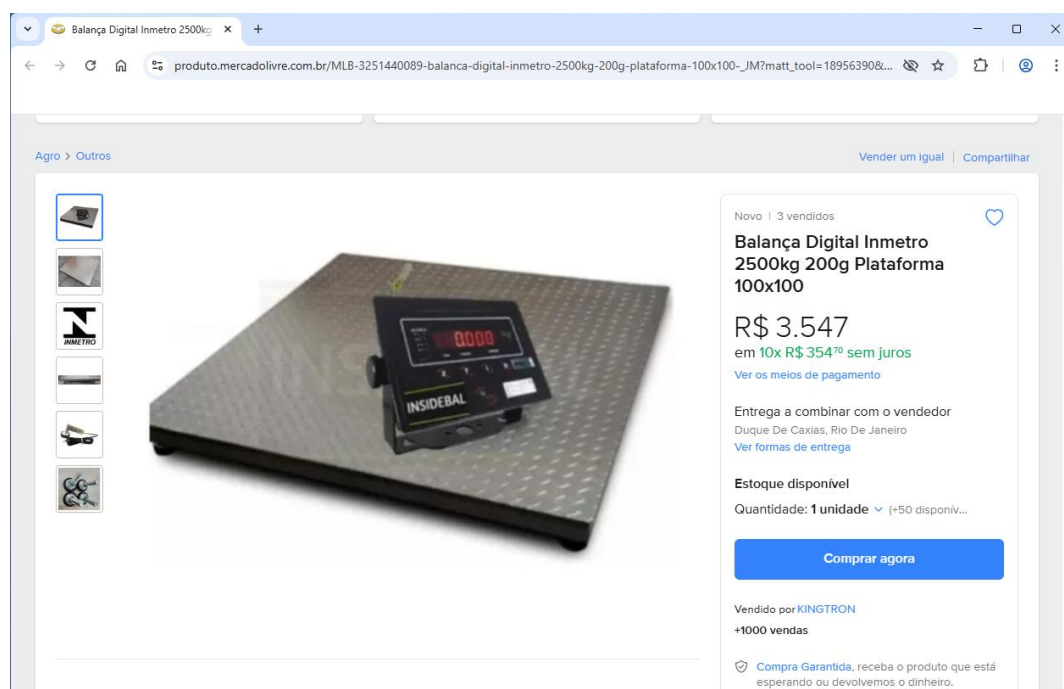
	Descrição	Qtd.	Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
BALANÇA RODOVIARIA ROBUST 30 METROS	1	120.000,00	120.000,00	
MONTAGEM E LIBERAÇÃO	1	15.000,00	CORTESIA	
TOTAL:			120.000,00	

Os valores do ICMS, PIS/COFINS, inclusos no preço de venda poderão ser creditados por V.Sas. Respeitando-se a legislação em vigor. Eventuais diferenças de recolhimento em postos fiscais de divisas estaduais correrão por conta do cliente. Caso o cliente não possua Inscrição Estadual o recolhimento de diferencial de ICMS será sua responsabilidade. Os valores do IPI e ISS, quando existirem, estarão inclusos no preço de venda.

AFTS INDÚSTRIA DE BALANÇAS LTDA

Av. Antônio Thomaz Ferreira de Rezende, 1353 - Santa Rosa, Uberlândia - MG, 38402-005
PLANTÃO 24 HORAS (34) 99865-2345 COMERCIAL (34) 99762-0998

Cotação de balança rodoviária: 01/05/2025



Data da pesquisa: 25/04/2025



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Balança Industrial 50Kg Precisão 10Gr Sem Coluna
Plataforma 50x50cm

SKU: 142.0050.50 | Marca: MARTE

Escolha o Tamanho da Plataforma

40x40cm 50x50cm

R\$ 1.648,52 no Pix
ou R\$ 1.699,50 em até em até 6x de R\$ 283,25 sem juros no cartão

Ver formas de pagamento

QTD: 1

COMPRAR

Data da pesquisa: 25/04/2025

Grupo Gerador RPW Diesel 125
Kva Trifásico, Silenciado com QTA

DESTAQUE

MARCA: RPW
MODELO: R25-W125
REF: R25-W125
GARANTIA: 1 ANO PARA DEFEITO DE FABRICAÇÃO
DISPONIBILIDADE: CONSULTE NOSSO TIME DE VENDAS

R\$ 86.436,58 já com (10%) de desconto

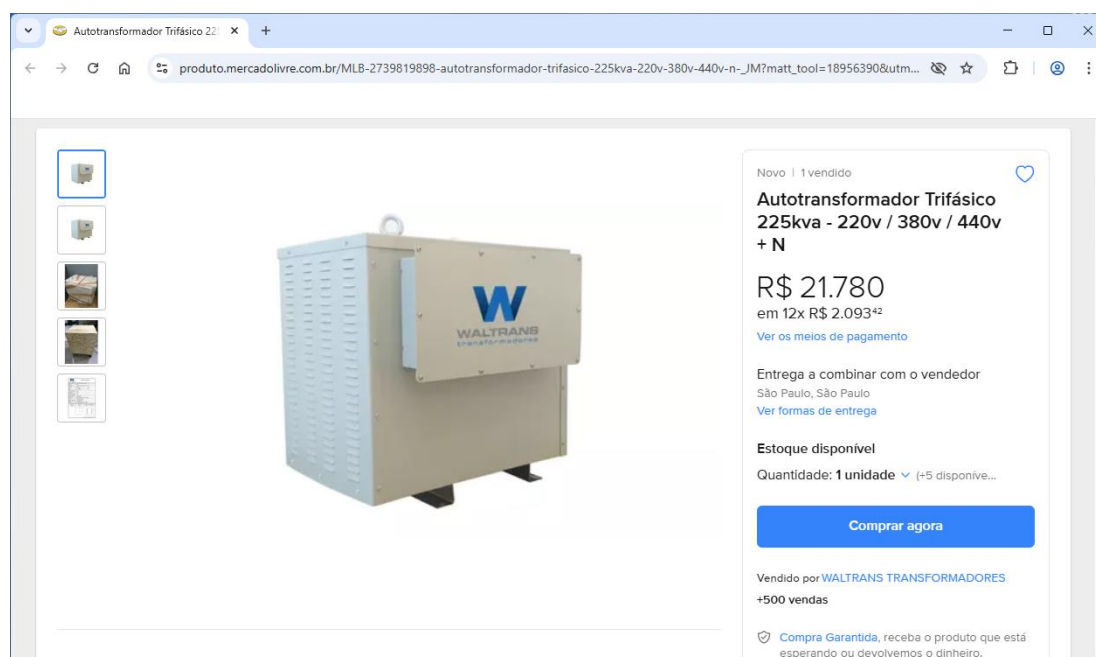
Quantidade: 1

COMPRAR

Data da pesquisa: 25/04/2025



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Data da pesquisa: 25/04/2025



Data da pesquisa: 25/04/2025



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Receita Federal

UPPER SEC
SUPERIORIDADE EM SEGURANÇA

O que você está procurando?

olá, faça seu login ou cadastre-se

Canal de Atendimento

Carrinho

TODOS DEPARTAMENTOS CFTV CÂMERAS MOTOR DE PORTÃO CONTROLE DE ACESSO E INTERFONIA REDES E INFRA CERCA ELÉTRICA

MOTOR DE PORTÃO > PPA > Cancela PPA

(Cód. F08084037)

Cancela Automática K1 PPA C/ Barreira 4 Metros Universal Retangular

Outros produtos: PPA Modelo: K1- 4m Garantia: 12 Meses

R\$ 3.377,16
à vista no PIX ou boleto (5% de desconto)
ou 3.554,90 à prazo
8x de R\$ 444,36 sem juros

Barreira (Braço)
☐ Barreira Comum ☐ Barreira Com LED

Disponibilidade: 10 dias úteis *

COMPRAR

*O prazo de entrega abaixo já está somado ao prazo de disponibilidade.
Consulte o prazo de entrega do seu pedido

Data da pesquisa: 25/04/2025

Regulador/Estabilizador de Voltagem AUT-15KVA-2 (2 Bobinas) FACILTEC

Marca: FACILTEC - Cod: 5519 | Imediata

R\$ 7.870,42 -22%

R\$ 6.108,42

à vista no boleto, transferência bancária ou PIX

R\$ 7.102,81 em 12x de R\$ 591,90 sem juros no cartão de crédito

Ver mais formas de pagamento

Quantidade 1

COMPRAR AGORA

Garantia de 90 dias após o recebimento do produto

Data da pesquisa: 29/04/2025



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Receita Federal

Roteador Wireless Corporativo

mercadolivre.com.br/roteador-wireless-corporativo-ap-3000-ax-wi-fi-6-intelbras/p/MLB25806155?offer_type=OFFICIAL_STORE

Buscar produtos, marcas e muito mais...

ASSINE **meli+** TOTAL POR APENAS R\$ 11,90 PRIMEIROS 2 MESES

Informe seu CEP

Categorias Ofertas Cupons Supermercado Moda Vender Contato

Crie a sua conta Entre Compras

Você também pode estar interessado: roteador wireless 200 client - repetidor wifi 5ghz - roteador intelbras rg1200 - roteador wifi - roteador wifi 6

Voltar | Informática > Conectividade e Redes > Roteadores > Roteador Wireless Vender um igual | Compartilhar

Acesse a Loja Oficial de Intelbras

Novo | +500 vendidos

MAIS VENDIDO 11º em Roteadores Intelbras

Roteador Wireless Corporativo Ap 3000 Ax Wi-fi 6 Intelbras

4.5 ★★★★★ (29)

R\$ 1.045,76
em 12x R\$ 101,17

Ver os meios de pagamento

O que você precisa saber sobre este produto

- Tem uma velocidade de 372MB/s.
- 2.4ghz e 5ghz de 2.4ghz e 5ghz.
- Possui 0 antenas externas e 2 internas.

Ver características

Opções de compra:
26 produtos novos a partir de R\$ 941,19

Loja oficial Intelbras

R\$ 1.045,76

Chegará grátis entre sábado e domingo

Mais formas de entrega

Retire grátis entre sábado e segunda-feira em uma agência Mercado Livre

Ver no mapa

Estoque disponível

Quantidade: 1 unidade (+10 disponív...

Comprar agora

Adicionar ao carrinho

Loja oficial Intelbras

+50mil vendas

Melhor preço

Data da pesquisa: 29/04/2025

Roteador/access Point Corporal

mercadolivre.com.br/roteadoraccess-point-corporativo-ap-1250-ac-outdoor-cor-branco-110v220v/p/MLB23092487#polycard...

Buscar produtos, marcas e muito mais...

ASSINE **meli+** TOTAL POR APENAS R\$ 11,90 PRIMEIROS 2 MESES

Informe seu CEP

Categorias Ofertas Cupons Supermercado Moda Vender Contato

Crie a sua conta Entre Compras

Você também pode estar interessado: unifi ap long range - antena wifi externa - roteador area externa - intelbras ap 1350 - eap225 outdoor

Voltar à lista | Celulares e Telefones > VoIP > Roteadores > Roteador Ac Vender um igual | Compartilhar

Conferir mais produtos da marca Intelbras

Novo | +500 vendidos

MAIS VENDIDO 8º em Roteadores Intelbras

Roteador/access Point Corporativo Ap 1250 Ac Outdoor Cor Branco 110V/220V

4.8 ★★★★★ (39)

R\$ 1.166,12

R\$ 1.049,50 10% OFF
em 12x R\$ 101,53

Ver os meios de pagamento

Cor: Branco

O que você precisa saber sobre este produto

- Tem uma velocidade de 145.875MB/s.

Parcelamento sem juros

R\$ 1.099,98
em 10x R\$ 110 sem juros

Vendido por Loja oficial MUNDOSEG SEGURANÇA ELETRÔNICA

À vista

R\$ 1.049,50

Chegará grátis entre sexta-feira e sábado

Mais formas de entrega

Retire grátis entre sábado e segunda-feira em uma agência Mercado Livre

Ver no mapa

Último disponível!

Comprar agora

Adicionar ao carrinho

Data da pesquisa: 29/04/2025



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Receita Federal

mercado livre Buscar produtos, marcas e muito mais...

Informar seu CEP

Categorias > Ofertas > Cupons > Supermercado > Moda > Mercado Play > Vender > Contato

Crie a sua conta > Entre > Compras

Séries e filmes GRÁTIS!

Você também pode estar interessado: windows 11 - macbook - notebook i5 - notebook barato - netbook - mini laptop - notebook ssd

Voltar à lista | Informática > Portáteis e Acessórios > Notebooks > Notebook Hp

Vender um igual | Compartilhar

Acesse a Loja Oficial de HP

Novo | +500 vendidos

MAIS VENDIDO 15º em Notebooks

Notebook Hp 256r G9 Intel Core I5-1335u 15.6 Hd Intel® Iris Xe Graphics 256gb Ssd 16gb Ram Windows 11 Home Pls Sl-Ay6z5la#ak4

4.8 ★★★★★ (96)

R\$ 4.563,99

R\$ 3.324,05 27% OFF

Ver os meios de pagamento

Cupom R\$ 100 OFF. Compra mínima R\$ 1.199.

Parcelamento sem juros

R\$ 3.499

em 10x R\$ 349,90 sem juros

Vendido por Loja oficial HP

A vista

R\$ 3.324,05

Chegará grátis domingo

Mais formas de entrega

Retire grátis entre segunda-feira e terça-feira em uma agência Mercado Livre

Ver no mapa

Estoque disponível

Data da pesquisa: 13/05/2025

amazon.com.br A entrega será feita em Belo Horizonte, 30000000 Atualizar CEP

Todos Monitor 24 polegadas full HD

Olá, faça seu Contas e

Todos Venda na Amazon Mais Vendidos Ofertas do Dia Prime Livros Música Novidades na Amazon Ideias de Presente Eletrônicos Computadores Games Casa Cuidados Pessoais Beleza Amazon Moda + 1 milhão

Computadores e Informática Mais Vendidos Ofertas Notebooks Desktops PC Gaming Monitores Acessórios Impressoras e Acessórios

Encontre um ponto de retirada perto de você

Substituir

Computadores e Informática > Monitores

Monitor AOC 24" 100Hz 1ms Gaming HDMI 24B35HM2

Visite a loja AOC

4.8 ★★★★★ 459 avaliações de clientes | Pesquisar nesta página

Escolha as Amazon

Mais de 1 mil compras no mês passado

R\$ 521,10

De: R\$ 666,66

à vista no Pix (3% off) ou R\$ 539,10 em até 10x de R\$ 53,91 sem juros

Ver parcelas disponíveis

Pagamentos e Segurança Enviado pela Amazon Política de devolução

Marca AOC

Tamanho da tela 24 Polegadas

Resolução FHD 1080p

Proporção de tela 16:9

Descrição da superfície da tela Fosco

R\$ 521,10

à vista no Pix

Ou em até 10x de R\$ 53,91/mês

ENTREGA GRÁTIS: Quinta-feira, 22 de Maio

Entregando em Belo Horizonte, 30000000. Atualizar local

Em estoque

Quantidade: 1

Adicionar ao carrinho

Comprar agora

Enviado por Amazon.com.br

Vendido por Amazon.com.br

Devolução Elegível para Devolução

Reembolsos em até ...

Pagamento Transação segura

Ver mais

Adicionar plano de seguro ou garantia:

☐ Garantia Estendida contra falhas e defeitos de 12

Data da pesquisa: 13/05/2025



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Receita Federal

amazon.com.br A entrega será feita em Belo Horizonte, 30000000 Atualizar CEP

Impressora Laser Multifuncional

Tudo em Papelaria e Escritório Mais Vendidos Ofertas Material Escolar Papelaria e Escritório Eletrônicos para Escritório Cadernos, Blocos e Diários Canetas, Lápis e Materiais de Escrita Arte e Artesanato

EPSON

Ecotank - Crie cada página da sua vida Multifuncional Epson EcoTank M2120 - Tanque de Tinta Monocromática, Wi-Fi Direct... R\$1.499,00 [Ver detalhes](#) [Comprar agora](#)

Computadores e Informática > Impressoras e Acessórios > Impressoras > Impressoras a Laser

Multifuncional Brother Laser DCPL2540DW Mono (A4)
Dup, Wrl
Marca: BROTHER
4,6 5.506 avaliações de clientes | [Pesquisar nesta página](#)
Mais de 30 compras no mês passado

R\$2.477,08
Em até 10x R\$ 247,78 sem juros Ver parcelas disponíveis

[Pagamentos e Segurança](#) [Política de devolução](#)

Cor: Preto

Não disponível R\$2.477,08

- ENERGIA Consumo de Energia: Printing/ Standby-by/Sleep: 510W/ 60W/ 5.3W Certificação Energy Star.
- Dimensões do Equipamento: 40,9 x 39,88 x 31,75 cm Dimensões do Equipamento com caixa: 36,85 x 51,82 x 43,43 cm Peso do Equipamento com caixa: 13,6 kg Peso do Equipamento sem caixa: 11,1 kg
- Tensão de alimentação de 127V

COMPATIBILIDAD DE LA IMPRESORA
WINDOWS, MAC OS

Ser más productivo
¡Para atraer el éxito!

Passe o mouse para ampliar a imagem

R\$2.477,08
Entrega GRÁTIS: Segunda-feira, 26 de Maio. [Ver detalhes](#)
Entregando em Belo Horizonte, 30000000. [Atualizar local](#)

Em estoque
Quantidade: 1
[Adicionar ao carrinho](#)
[Comprar agora](#)

Enviado por: Negociu SP
Vendido por: Negociu SP
Devolução: Engrat para Devolução ou Reembolso em até ...
Pagamento: Transação segura

[Adicionar à Lista](#)

Outros vendedores na Amazon

Data da pesquisa: 13/05/2025

Leitor de código de barras 1D/2D sem fio, Bluetooth, Preto, W350BK, C3Tech - CX 1 UN

kalunga.com.br/prod/leitor-de-codigo-de-barras-1d-2d-sem-fio-bluetooth-preto-w350bk-c3tech-cx-1-un/491884?...

Kalunga Digite aqui o que você procura [Nossas Lojas Atendimento](#) Olá, Usuário [LOGIN / CADASTRO](#) [PEDIDOS e Trocas](#)

[Categorias](#) [Informática](#) [Outlet](#) [Gamers](#) [Cartuchos](#) [Impressoras](#) [Notebooks](#) [Escritório](#) [Escolar](#) [Escrita](#) [Apresentação](#) [Papéis](#)

Automação Comercial > Automação Comercial > Leitores de Código de Barras 2D > Sensor CMOS

Destaques

- Bobinas Térmicas
- Etiqueta Impressora Térmica Direta
- Etiquetas para Preços / Etiketador
- Impressoras de Etiquetas Térmicas
- Impressoras Térmicas Não Fiscais
- Leitores de Código de Barras 1D

Seções

- Bobinas
- Bobinas Térmicas
- Etiqueta Couchê Impressora Térmica
- Etiqueta Impressora Térmica Direta

Código: 491884 | Mais produtos [C3Tech](#) | [Ver informações do produto](#) | (0 Avaliações)

R\$ 534,60
Ou 3x de R\$ 178,20 [Ver parcelas](#)

FRETE GRÁTIS São Paulo Capital e Grande São Paulo

Calcular frete e prazo de entrega
Digite seu CEP [Calcular](#)

[Consultar estoque em loja](#)

Data da pesquisa: 09/05/2025



MINISTÉRIO DA
FAZENDA

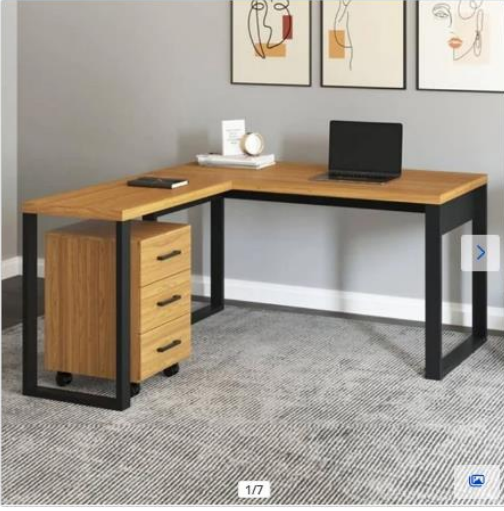


Receita Federal

Compre pelo WhatsApp 55 41 98770911 | Televendas 0800 080 0099 | Baixe o App | Lojas Físicas

madeiramadeira Busque tudo para sua casa

Entrar Favoritos Carrinho



Kit 2 Peças com Escrivaninha em L e Gaveteiro 100% MDF Freijó/Preto
Vendido e entregue por **MadeiraMadeira**
★★★★★ 4.7 | 57 avaliações ID: 819280

Compartilhar Adicionar aos favoritos
R\$1.322,16 ↓ 28%
R\$ 793,30
à vista no cartão ou Pix (16% OFF)
ou 10x de R\$ 94,44 sem juros

Em estoque

Mais opções de pagamento

1 Adicionar Comprar agora

Unidade (s)

Calcule frete e prazo de entrega
Confira disponibilidade de frete grátis

Insira o CEP Calcular

Não sei o meu CEP

Data da pesquisa: 13/05/2025


madeiramadeira Busque tudo para sua casa

Entrar Favoritos Carrinho

Departamentos Móveis Reforma Fabricação Própria Serviços Meus pedidos Atendimento

Até 30% de CASHBACK em compras pelo app. **Baixe agora!**

< Voltar a página anterior | Página inicial > Móveis > Móveis para Escritório > Cadeiras para Escritório > Cadeira Presidente > Cadeira Presidente Giratória Detroit - Preta ...



Vendido e entregue por:

Gabriela Store
R\$ 354,10
R\$ 354,10
Frete a calcular

Leon Imports
R\$ 361,88
R\$ 361,88
Frete a calcular

WAW DESIGN
R\$ 416,24
R\$ 416,24
Frete a calcular

Ver mais opções de compra

Cadeira Presidente Giratória Detroit - Preta Encosto Preto
Vendido e entregue por **Gabriela Store**
DESCONTAÇO
★★★★★ 4.4 | 65 avaliações ID: 1239011

Personalize sua compra

Cor: Preto

Preto

Compartilhar Adicionar aos favoritos
R\$593,14 ↓ 25%
R\$ 354,10
à vista no cartão ou Pix (20% OFF)
ou 8x de R\$ 55,33 sem juros

Data da pesquisa: 13/05/2025



MINISTÉRIO DA
FAZENDA




Receita Federal

madeiramadeira Busque tudo para sua casa

Departamentos Móveis Reforma Fabricação Própria Serviços Meus pedidos Atendimento

Até 30% de CASHBACK em compras pelo app. [Baixe agora!](#)

< Voltar a página anterior | Página inicial > Móveis > Móveis para Escritório > Mesas de Reunião > Mesa Sala de Reunião Empresa 8 Lugares Noce Preto



Mesa Sala de Reunião Empresa 8 Lugares Noce Preto
Vendido e entregue por [WEBCONTINENTAL MARKETPLACE](#)
ID: 701465474

Compartilhar Adicionar aos favoritos

R\$ 3.294,99
à vista no cartão ou Pix
ou 10x de R\$ 329,50 sem juros

Em estoque

Mais opções de pagamento

1 Adicionar Comprar agora

Unidade (s)

Data da pesquisa: 13/05/2025

Compre pelo WhatsApp 55 41 98770911 Televendas 0800 080 0099 Baixe o App Lojas Físicas

madeiramadeira Busque tudo para sua casa

Entrar Favoritos

< Voltar a página anterior | Página inicial > Móveis > Móveis para Escritório > Armários Para Escritório > Armário Multiuso Alto Para Escritório 2 Portas Preto



Armário Multiuso Alto Para Escritório 2 Portas Preto
Vendido e entregue por MadeiraMadeira
ID: 858905

Personalize sua compra

Cor: Preto

Branco Carvalho... Carvalho... Nogal/Pr... Preto

Altura (cm): 160.5

74 160.5

Compartilhar Adicionar aos favoritos

R\$1.011,00 ↓ 28%

R\$ 649,98
à vista no cartão ou Pix (10% OFF)
ou 10x de R\$ 72,22 sem juros

Data da pesquisa: 13/05/2025



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



magalu > Telefonia Fixa > Aparelho de Telefone > Telefone preto intelbras

Telefone preto intelbras

Código ca53095db1 | [Ver descrição completa](#) | INTELBRAS



★★★★★ 4.8 (40) [Avaliar produto](#)

Cor: Preto



Vendido por **BETech**

Entregue por **magalu**

O Magalu garante a sua compra, do pedido à entrega. [Saiba mais](#)

1x de R\$ 60,16 sem juros

ou **R\$ 55,95** no Pix

(7% de desconto no pix)

Cartão de crédito R\$ 60,16
sem juros 1x R\$ 60,16

COMPRAR AGORA

ADICIONAR À SACOLA

Data da pesquisa: 13/05/2025

amazon.com.br A entrega será feita em Belo Vista 01319900 Atualizar CEP Todos "geladeira frost free branca 110v, 260l" Olá, faça o login e veja o histórico

Todos Venda na Amazon Mais Vendidos Ofertas do Dia Prime Livros Música Novidades na Amazon Ideias de Presente Eletrônicos Computadores Games Casa Cuidados Pessoais Beleza Amazon Moda

Casinha Mais Vendidos Ofertas Eletrodomésticos Utensílios Panelas Louças e Talheres Café, Chá e Espresso Tudo em Casa

Encontre um ponto de retirada perto de você Salvar

Eletrodomésticos > Geladeiras e Freezers > Geladeiras > Geladeiras com Freezer

Geladeira Consul Cycle Defrost Duplex 334 litros Branca com Freezer Supercapacidade - CRD372B 110V

Marca: Consul
4.6 ★★★★★ 407 avaliações de clientes | [Pesquisar nesta página](#)

R\$ 2.589⁰⁰

Em até 12x de R\$ 241,64 com juros Ver parcelas disponíveis

Pagamento e Segurança Política de devolução

Estilo: 110 volts
110 volts R\$2.589,00 220 volts R\$2.589,00

Dimensões do produto 63,4P x 60,3L x 166,9A centímetros

Marca Consul

Capacidade 76 Litros

Avaliação por estrelas do BEE 3 Estrelas

Cor Branco

Sobre este item

- Capacidade Total de 334 Litros: Ideal para famílias de médio a grande porte, proporcionando amplo espaço para armazenar alimentos e bebidas de forma organizada.

R\$ 2.589⁰⁰

Entrega R\$ 110 - 9 - 17 de Junho. [Ver detalhes](#)

Entregando em Belo Vista, 01319900. Atualizar local

Estimativa de envio de 6 a 7 dias

Quantidade: 1

Adicionar ao carrinho

Comprar agora

Enviado por: Consul Oficial
Vendido por: Consul Oficial
Devolução: Digital para Devolução ou Reembolso em até ...
Pagamento: Transação segura

Adicionar plano de seguro ou garantia:

☐ Garantia Estendida contra falhas e defeitos de 12 meses por R\$ 105,04

☐ Garantia Estendida contra falhas e defeitos de 24 meses por R\$ 131,30

Adicionar à Lista

Próximo a mostrar marca anterior. A imagem

Data da pesquisa: 13/05/2025



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Receita Federal

CASASBAHIA [Informe seu CEP](#) [Entre ou para ver](#)

[Compre por departamentos](#) [Telefonia](#) [Eletrodomésticos](#) [TVs e Vídeo](#) [Móveis](#) [Eletroportáteis](#) [Informática](#)

[Cupom](#) [Ofertas Anunciadas na TV](#) [Geladeira e Refrigerador](#) [Geladeira 2 Portas](#) [Máquina de Lavar](#) [Fogões](#) [Máquina de Lavar Acima de](#)

[casasbahia.com.br](#) > [Eletrodomésticos](#) > [Micro-ondas](#)

Forno de Micro-ondas Electrolux MTO30 com Função Tira Odor e Descongela Branco - 20L - 110V
(Cód. Item 8155642) | Outros produtos [Electrolux](#)

Vendido e entregue por [Loja Electrolux](#)

★★★★★ 5.0 [8866 avaliações](#) [57 perguntas](#)

Voltagem: 110V

R\$ 529,00
ou em até 6x de R\$ 88,17 sem juros

[Ver mais opções de pagamento >](#)

Data da pesquisa: 13/05/2025

CASASBAHIA [Informe seu CEP](#) [Entre ou para ver](#)

[Compre por departamentos](#) [Telefonia](#) [Eletrodomésticos](#) [TVs e Vídeo](#) [Móveis](#) [Eletroportáteis](#)

[Cupom](#) [Ofertas Anunciadas na TV](#) [Fritadeiras](#) [Liquidificadores](#) [Liquidificadores e Acessórios](#) [Painéis Elétricos](#)

[casasbahia.com.br](#) > [Eletroportáteis](#) > [Cafeteiras](#) > [Cafeteiras Elétricas](#)

RETIRA RÁPIDO

Cafeteira Elétrica Oster OCAF300 19 Xícaras - Preta/Inox - 110V
(Cód. Item 55021464) | Outros produtos [Oster](#)

Vendido e entregue por [Casas Bahia](#)

★★★★★ 5.0 [1168 avaliações](#) [13 perguntas](#)

Voltagem: 110V

R\$ 149,00
ou em até 3x de R\$ 49,67 sem juros

[Ver mais opções de pagamento >](#)

[Carnê Digital](#)
Parcele em até 24x

Data da pesquisa: 13/05/2025



MINISTÉRIO DA
FAZENDA




amazon.com.br A entrega será feita em Bela Vista 01319000
Atualizar CEP

Todos bebedouro de agua gelada

Cozinha Mais Vendidos Ofertas Eletroportáteis Utilitários Painéis Louças e Talheres Café, Chá e Espresso Tudo em Casa

Encontre um ponto de retirada perto de você Salve mais

Cozinha > Eletroportáteis > Purificadores de Água



Purificador de Água Consul (CPB34AF) - Bivolt - Cinza - Água Natural e Gelada do seu Jeito

Marca: Consul
4.5 ★★★★★ 6.781 avaliações de clientes |
Pesquisar nesta página
Mais de 400 compras no mês passado

R\$599,99
Em até 10x R\$ 60,08 sem juros Ver parcelas disponíveis

Pagamentos e Segurância Política de devolução

Cor: Cinza

Modelos: R\$555,37 R\$599,99

Marca: Consul
Características especiais: Leve
Dimensões do produto: 29C x 26,1L x 37,6A centímetros
Material: Acrilônitrila butadieno estireno
Capacidade: 800 Mililitros

Data da pesquisa: 13/05/2025

CASASBAHIA Informe seu CEP


O que você tá procurando?

Compre por departamentos Telefonía Eletrodomésticos TVs e Vídeo Móveis Eletroportáteis Informa

Cupom Ofertas Anunciadas na TV Fritadeiras Liquidificadores Liquidificadores e Acessórios Painéis Elétricas

casasbahia.com.br > Eletroportáteis > Cafeteiras > Cafeteiras TRES

Ar-Condicionado Electrolux Inverter 18.000 BTUs Color Adapt Frio (JI18F/JE18F) - 220V
(Cód. Item 1562942372) | Outros produtos [Electrolux](#)



Vendido e entregue por Loja Electrolux

★★★★★ 5.0 24 avaliações Sem perguntas

Voltagem: 220V

220V

R\$ 3.299,00
ou em até 8x de R\$ 412,38 sem juros

Ver mais opções de pagamento >

Carnê Digital
Parcela em até 24x

Data da pesquisa: 13/05/2025



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Receita Federal

CASASBAHIA [Informe seu CEP](#) [Entre ou cadastre-se para ver seus produtos](#)

[Compre por departamentos](#) [Telefonia](#) [Eletrodomésticos](#) [TVs e Vídeo](#) [Móveis](#) [Eletroportáteis](#) [Informática](#) [Serviços](#)

[Cupom](#) [Ofertas Anunciadas na TV](#) [Piso-Teto](#) [Multi-Split](#) [Ar Condicionado](#) [Ar e Ventilação](#) [Ar Condicionado](#)

[casasbahia.com.br](#) > [Ar e Ventilação](#) > [Ar-Condicionado](#) > [Cassete](#)

Ar Condicionado Split Cassete 4 Vias - Inverter R-32 - Midea - 60.000 BTUs - Frio - 220V Monofásico
(Cód. Item 1571959754) | Outros produtos [Midea](#)

Vendido e entregue por [CentralAr.com](#)

★★★★★ [Sem avaliações](#) [Sem perguntas](#)

Voltagem: 220V

R\$ 14.899,00
ou em até 10x de R\$ 1.489,90 sem juros

[Ver mais opções de pagamento >](#)

[Carnê Digital](#)
Parcela em até 24x

Data da pesquisa: 13/05/2025

Monte seu Argo | FIAT [argofiat.com.br/monte.html?year=2026#versao](#)

MENU **FIAT** LÍDER ABSOLUTA NA 4 ANOS [JUIZ DE FORA - MG](#) [Entre ou Cadastre-se](#)

MONTE O SEU ARGO

- 1. Versão
- 2. Cor
- 3. Kit Opcionais
- 4. Acessórios
- 5. Resumo

1. Escolha uma **VERSÃO**

- ☒ **ARGO 1.0 FLEX 4P 2026**
R\$ 90.990,00 [Mais detalhes](#)
- ☐ **ARGO DRIVE 1.0 FLEX 4P 2026**
R\$ 92.990,00 [Mais detalhes](#)
- ☐ **ARGO DRIVE 1.3 AT FLEX 4P 2026**
R\$ 102.990,00

Seu carro **ARGO 1.0 FLEX 4P 2026**

Valor Total **R\$ 90.990,00**
a partir de **R\$ 1.397,35/ mês** [Simule as parcelas](#)

VER 360°

FIAT LÍDER 4

Data da pesquisa: 25/04/2025



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 12/05/2026 19:11:32 por Felipe Rodrigues Moreira.

Documento assinado digitalmente em 12/05/2026 19:11:32 por FELIPE RODRIGUES MOREIRA

Esta cópia / impressão foi realizada por GUILHERME NASCIMENTO DE OLIVEIRA em 14/05/2026.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

- 1) Acesse o endereço:
<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>
- 2) Entre no menu "Legislação e Processo".
- 3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:

EP14.0526.09435.FMTU

- 5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

**Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
B2439F86168C2666DC2795A10196076B1ADD8ACB351ADF4D3D340CBDBE44010A**

**MINISTÉRIO DA
FAZENDA****Receita Federal**

Anexo V – Receita, Resultado e Fluxo de Caixa

Os objetivos desta etapa do estudo são determinar a receita bruta anual estimada do porto seco, para, em seguida, demonstrar os resultados do exercício de todo o período da permissão (25 anos) e o fluxo de caixa líquido e, com base neste, calcular os valores do Valor Presente Líquido (VPL) e da Taxa Interna de Retorno (TIR).

Importante: este anexo passou por correções em maio de 2026 envolvendo a tabela da DRE (exclusão da linha “Parcela do financiamento” e correção da fórmula de cálculo do IRPJ) e a tabela de Fluxo de Caixa (inclusão da coluna Parcela do Financiamento). Tais ajustes implicaram alteração das tarifas máximas.

Receita Bruta Estimada

Para o cálculo da receita total que viabilize o empreendimento, deve-se levar em consideração que ela deve cobrir todos os custos e despesas dos serviços prestados, depreciação e amortização, PIS, COFINS, ISSQN, gerar um lucro líquido depois do Imposto de Renda PJ e CSLL e enquadrar-se na taxa de atratividade já mencionada neste estudo (11,73%).

A receita de que trata este estudo considera tão somente a remuneração recebida pelos serviços de armazenagem e movimentação de cargas, e é estimada com base na demanda prevista multiplicada pelas tarifas.

Tais tarifas são obtidas por meio de simulações de valores que, ao final, garantam VPL igual ou maior que zero e uma TIR igual ou maior que a Taxa de Atratividade.

A demanda estimada é a constante da tabela abaixo:

OPERAÇÃO	Peso (ton)	Valor (R\$)
Importação	179.543	2.077.082.042,59
Exportação	2.409	31.713.327,79

As tarifas consideradas no cálculo da receita, após simulações, são as seguintes:

(1) Armazenagem - % sobre valor CIF (imp) e FOB (exp)	0,33%
(2) Movimentação - R\$ por tonelada	R\$ 14,50

(1) O valor da tarifa de armazenagem é calculado multiplicando-se o percentual (0,33%) pelo valor da mercadoria e é cobrado integralmente a cada período de 10 dias ou fração de armazenamento.

(2) O valor da tarifa de movimentação é calculado multiplicando-se o valor (R\$ 14,50) por tonelada de carga, e é cobrado a cada operação de movimentação.



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Receita Federal

Por se tratar de um porto seco de zona secundária, a regra é que 100% das operações passem por armazenamento. Conforme informações do atual permissionário, o tempo médio de armazenamento é de 12 dias.

Além disso, considera-se neste estudo que 100% das operações passarão por pelo menos duas operações de movimentação: uma de descarga da mercadoria do veículo/contêiner e outra de carga.

Para utilização no cálculo da receita, foram consideradas neste estudo as seguintes médias (chamadas de giro):

Giro - Média de períodos de cobrança de armazenagem	1,5
Giro - Média de operações de movimentação	2,0

Com base então na demanda, nas tarifas simuladas e no giro de armazenagem e de operações de movimentação, estima-se as seguintes receitas para o primeiro ano de atividade:

	Receita com armazenagem (R\$)	Receita com movimentação (R\$)	Total (R\$)
Importação	10.281.556,11	5.206.750,43	15.488.306,54
Exportação	156.980,97	69.860,19	226.841,16
Total	10.438.537,08	5.276.610,62	15.715.147,70

Demonstrativos de Resultado de Exercício

Estimados então a receita bruta, os custos e despesas, a depreciação e o custo com o capital de terceiros temos o seguinte demonstrativo de resultado para os primeiros 5 anos:

	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5
(1) RECEITA BRUTA	15.715.147,70	15.966.590,07	16.222.055,51	16.481.608,40	16.745.314,13
(2) (PIS/COFINS)	-942.908,86	-957.995,40	-973.323,33	-988.896,50	-1.004.718,85
(3) (ISSQN)	-785.757,39	-798.329,50	-811.102,78	-824.080,42	-837.265,71
(4) (FUNDAF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(OUTROS DESCONTOS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13.986.481,46	14.210.265,16	14.437.629,40	14.668.631,47	14.903.329,58
(5) (CUSTOS E DESPESAS)	-6.517.200,00	-6.517.200,00	-6.517.200,00	-6.517.200,00	-6.517.200,00
(6) (DEPRECIÇÃO)	-1.728.957,37	-1.728.957,37	-1.728.957,37	-1.728.957,37	-1.728.957,37
(7) (DEPESAS FINANCEIRAS)	-700.691,33	-630.622,20	-560.553,07	-490.483,93	-420.414,80
RESULTADO ANTES DO IR E CSLL	5.039.632,75	5.333.485,59	5.630.918,97	5.931.990,17	6.236.757,41
(8) (IRPJ)	-1.235.908,19	-1.309.371,40	-1.383.729,74	-1.458.997,54	-1.535.189,35
(9) (CSLL)	-453.566,95	-480.013,70	-506.782,71	-533.879,12	-561.308,17
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.350.157,62	3.544.100,49	3.740.406,52	3.939.113,51	4.140.259,89



**MINISTÉRIO DA
FAZENDA**



Receita Federal

LUCRO LÍQ. EXERCÍCIO (% DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA)	23,95	24,94	25,91	26,85	27,78
LUCRO LÍQUIDO (% da RECEITA BRUTA)	21,32	22,20	23,06	23,90	24,72

(1) Receita bruta esperada – a metodologia utilizada na estimativa foi demonstrada no tópico anterior, e ajustada anualmente à taxa de 1,6%.

(2) PIS/COFINS - Com o advento das Leis Federais nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, as alíquotas do PIS e da COFINS, passaram a ser, respectivamente, de 1,65% e de 7,6% sobre o faturamento, sendo admitido, conforme art. 3º das leis mencionadas, que a pessoa jurídica desconte alguns créditos, podendo chegar a aproximadamente 3%. Foi adotada então uma alíquota líquida de 6% baseada em estudo de caso típico em que a dedução dos créditos atingiu aproximadamente 3%.

(3) ISSQN - Será considerada no estudo a alíquota de 5%, aplicável no município de Juiz de Fora para este tipo de prestação de serviço.

(4) Não há cobrança de Fundaf.

(5) Na estimativa de dispêndio anual médio relativo aos custos e despesas para funcionamento do porto seco foram consideradas as informações prestadas pelo atual permissionário, referentes aos anos de 2020 a 2024, calculando-se a média destes 5 anos. O resultado deste cálculo foi R\$ 6.517.200,00. Portanto, esse foi o valor utilizado como estimativa de custos/despesas nos primeiros anos do empreendimento. Mas considerando o aumento estimado de demanda, foram feitos incrementos de 12% nos custos e despesas em dois momentos: no 9º e no 17º ano.

(6) Depreciação – valores oriundos do tópico “Consolidação anual da depreciação do empreendimento” constante do Anexo IV.

(7) Despesas financeiras – valores referentes ao custo (juros) do capital de terceiros.

(8) IRPJ - considerado Lucro Real. Alíquota de 15% acrescida de 10% sobre o que exceder R\$ 20.000,00/mês.

(9) CSSL - alíquota de 9% sobre o LAIR.

A seguir estão os demonstrativos dos anos 6 a 10:

	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10
RECEITA BRUTA	17.013.239,16	17.285.450,98	17.562.018,20	17.843.010,49	18.128.498,66
(PIS/COFINS)	-1.020.794,35	-1.037.127,06	-1.053.721,09	-1.070.580,63	-1.087.709,92
(ISSQN)	-850.661,96	-864.272,55	-878.100,91	-892.150,52	-906.424,93
(FUNDAF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(OUTROS DESCONTOS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15.141.782,85	15.384.051,37	15.630.196,20	15.880.279,34	16.134.363,80
(CUSTOS E DESPESAS)	-6.517.200,00	-6.517.200,00	-6.517.200,00	-7.299.264,00	-7.299.264,00
(DEPRECIÇÃO)	-1.399.670,40	-1.399.670,40	-2.280.124,30	-2.280.124,30	-2.280.124,30
(DEPESAS FINANCEIRAS)	-350.345,67	-280.276,53	-210.207,40	-314.611,20	-227.094,78



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Receita Federal

RESULTADO ANTES DO IR E CSLL	6.874.566,79	7.186.904,44	6.622.664,49	5.986.279,83	6.327.880,73
(IRPJ)	-1.694.641,70	-1.772.726,11	-1.631.666,12	-1.472.569,96	-1.557.970,18
(CSLL)	-618.711,01	-646.821,40	-596.039,80	-538.765,18	-569.509,27
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.561.214,08	4.767.356,93	4.394.958,57	3.974.944,69	4.200.401,28
LUCRO LÍQ. EXERCÍCIO (% DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA)	30,12	30,99	28,12	25,03	26,03
LUCRO LÍQUIDO (% da RECEITA BRUTA)	26,81	27,58	25,03	22,28	23,17

A seguir estão os demonstrativos dos anos 11 a 15:

	ANO 11	ANO 12	ANO 13	ANO 14	ANO 15
RECEITA BRUTA	18.418.554,64	18.713.251,51	19.012.663,53	19.316.866,15	19.625.936,01
(PIS/COFINS)	-1.105.113,28	-1.122.795,09	-1.140.759,81	-1.159.011,97	-1.177.556,16
(ISSQN)	-920.927,73	-935.662,58	-950.633,18	-965.843,31	-981.296,80
(FUNDAF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(OUTROS DESCONTOS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16.392.513,63	16.654.793,84	16.921.270,55	17.192.010,87	17.467.083,05
(CUSTOS E DESPESAS)	-7.299.264,00	-7.299.264,00	-7.299.264,00	-7.299.264,00	-7.299.264,00
(DEPRECIÇÃO)	-1.713.407,47	-1.713.407,47	-1.468.599,91	-1.468.599,91	-1.468.599,91
(DEPESAS FINANCEIRAS)	-139.578,35	-122.131,05	-104.683,76	-87.236,47	-69.789,17
RESULTADO ANTES DO IR E CSLL	7.240.263,81	7.519.991,32	8.048.722,87	8.336.910,49	8.629.429,96
(IRPJ)	-1.786.065,95	-1.855.997,83	-1.988.180,72	-2.060.227,62	-2.133.357,49
(CSLL)	-651.623,74	-676.799,22	-724.385,06	-750.321,94	-776.648,70
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.802.574,11	4.987.194,27	5.336.157,09	5.526.360,93	5.719.423,77
LUCRO LÍQ. EXERCÍCIO (% DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA)	29,30	29,94	31,54	32,14	32,74
LUCRO LÍQUIDO (% da RECEITA BRUTA)	26,07	26,65	28,07	28,61	29,14

A seguir estão os demonstrativos dos anos 16 a 20:

	ANO 16	ANO 17	ANO 18	ANO 19	ANO 20
RECEITA BRUTA	19.939.950,99	20.258.990,20	20.583.134,04	20.912.464,19	21.247.063,62
(PIS/COFINS)	-1.196.397,06	-1.215.539,41	-1.234.988,04	-1.254.747,85	-1.274.823,82
(ISSQN)	-996.997,55	-1.012.949,51	-1.029.156,70	-1.045.623,21	-1.062.353,18
(FUNDAF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(OUTROS DESCONTOS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17.746.556,38	18.030.501,28	18.318.989,30	18.612.093,13	18.909.886,62
(CUSTOS E DESPESAS)	-7.299.264,00	-8.175.175,68	-8.175.175,68	-8.175.175,68	-8.175.175,68
(DEPRECIÇÃO)	-2.320.442,57	-2.320.442,57	-1.876.114,63	-1.876.114,63	-1.876.114,63



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Receita Federal

(DEPESAS FINANCEIRAS)	-190.117,85	-158.892,96	-127.668,07	-96.443,18	-82.665,58
RESULTADO ANTES DO IR E CSLL	7.936.731,95	7.375.990,06	8.140.030,91	8.464.359,63	8.775.930,72
(IRPJ)	-1.960.182,99	-1.819.997,52	-2.011.007,73	-2.092.089,91	-2.169.982,68
(CSLL)	-714.305,88	-663.839,11	-732.602,78	-761.792,37	-789.833,76
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	5.262.243,09	4.892.153,44	5.396.420,40	5.610.477,36	5.816.114,28
LUCRO LÍQ. EXERCÍCIO (% DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA)	29,65	27,13	29,46	30,14	30,76
LUCRO LÍQUIDO (% da RECEITA BRUTA)	26,39	24,15	26,22	26,83	27,37

Por último, seguem os demonstrativos dos anos 21 a 25:

	ANO 21	ANO 22	ANO 23	ANO 24	ANO 25
RECEITA BRUTA	21.587.016,63	21.932.408,90	22.283.327,44	22.639.860,68	23.002.098,45
(PIS/COFINS)	-1.295.221,00	-1.315.944,53	-1.336.999,65	-1.358.391,64	-1.380.125,91
(ISSQN)	-1.079.350,83	-1.096.620,44	-1.114.166,37	-1.131.993,03	-1.150.104,92
(FUNDAF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(OUTROS DESCONTOS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19.212.444,80	19.519.843,92	19.832.161,42	20.149.476,01	20.471.867,62
(CUSTOS E DESPESAS)	-8.175.175,68	-8.175.175,68	-8.175.175,68	-8.175.175,68	-8.175.175,68
(DEPRECIÇÃO)	-1.611.372,94	-1.611.372,94	-1.611.372,94	-1.611.372,94	-1.611.372,94
(DEPESAS FINANCEIRAS)	-68.887,99	-55.110,39	-41.332,79	-27.555,19	-13.777,60
RESULTADO ANTES DO IR E CSLL	9.357.008,20	9.678.184,91	10.004.280,01	10.335.372,19	10.671.541,41
(IRPJ)	-2.315.252,05	-2.395.546,23	-2.477.070,00	-2.559.843,05	-2.643.885,35
(CSLL)	-842.130,74	-871.036,64	-900.385,20	-930.183,50	-960.438,73
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	6.199.625,41	6.411.602,04	6.626.824,81	6.845.345,65	7.067.217,33
LUCRO LÍQ. EXERCÍCIO (% DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA)	32,27	32,85	33,41	33,97	34,52
LUCRO LÍQUIDO (% da RECEITA BRUTA)	28,72	29,23	29,74	30,24	30,72

Projeção de Fluxo de Caixa Líquido para cálculo da TIR

Estimados então os investimentos necessários, os resultados de exercício e a depreciação de cada ano, projeta-se o fluxo líquido de caixa estimado. Neste trabalho foi adotado o estudo de viabilidade pelo fluxo de caixa operacional. Para sua determinação adiciona-se o valor do encargo da depreciação ao resultado líquido de cada exercício e subtrai-se a parcela de pagamento do principal do capital de terceiros, considerando prazo de 10 anos.

	Investimento	Resultado do exercício	Depreciação	Parcela do Financiamento	Fluxo Líquido de Caixa
Ano 0	-36.590.390,00				-36.590.390,00



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Ano 1		3.350.157,62	1.728.957,37	-1.108.688,82	3.970.426,17
Ano 2		3.544.100,49	1.728.957,37	-1.108.688,82	4.164.369,04
Ano 3		3.740.406,52	1.728.957,37	-1.108.688,82	4.360.675,07
Ano 4		3.939.113,51	1.728.957,37	-1.108.688,82	4.559.382,07
Ano 5		4.140.259,89	1.728.957,37	-1.108.688,82	4.760.528,44
Ano 6		4.561.214,08	1.399.670,40	-1.108.688,82	4.852.195,66
Ano 7		4.767.356,93	1.399.670,40	-1.108.688,82	5.058.338,51
Ano 8	-9.111.048,57	4.394.958,57	2.280.124,30	-1.108.688,82	-3.544.654,51
Ano 9		3.974.944,69	2.280.124,30	-1.384.753,59	4.870.315,40
Ano 10		4.200.401,28	2.280.124,30	-1.384.753,59	5.095.771,99
Ano 11		4.802.574,11	1.713.407,47	-276.064,77	6.239.916,81
Ano 12		4.987.194,27	1.713.407,47	-276.064,77	6.424.536,97
Ano 13		5.336.157,09	1.468.599,91	-276.064,77	6.528.692,24
Ano 14		5.526.360,93	1.468.599,91	-276.064,77	6.718.896,07
Ano 15		5.719.423,77	1.468.599,91	-276.064,77	6.911.958,92
Ano 16	-7.194.718,12	5.262.243,09	2.320.442,57	-494.064,73	-106.097,19
Ano 17		4.892.153,44	2.320.442,57	-494.064,73	6.718.531,28
Ano 18		5.396.420,40	1.876.114,63	-494.064,73	6.778.470,31
Ano 19		5.610.477,36	1.876.114,63	-217.999,96	7.268.592,03
Ano 20		5.816.114,28	1.876.114,63	-217.999,96	7.474.228,95
Ano 21		6.199.625,41	1.611.372,94	-217.999,96	7.592.998,39
Ano 22		6.411.602,04	1.611.372,94	-217.999,96	7.804.975,02
Ano 23		6.626.824,81	1.611.372,94	-217.999,96	8.020.197,79
Ano 24		6.845.345,65	1.611.372,94	-217.999,96	8.238.718,63
Ano 25		7.067.217,33	1.611.372,94	-217.999,96	8.460.590,31

VPL, TIR e Análise das Tarifas Simuladas

Com base no fluxo líquido de caixa e na Taxa de Atratividade definida, aplicando-se as fórmulas de cálculo do VPL e da TIR, chega-se aos seguintes resultados:

Valor Presente Líquido (VPL)	505.153,72
Taxa Interna de Retorno (TIR)	11,90%
Taxa Interna de Retorno Modificada (MTIR)	11,79%



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Analisando-se os valores obtidos para a TIR e o VPL na tabela anterior, verifica-se que o VPL foi positivo e que a TIR está bastante próxima da Taxa de Atratividade definida pela STN (11,73%), o que indica **ser viável economicamente a existência de um porto seco no município de Juiz de Fora.**



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 12/05/2026 19:11:57 por Felipe Rodrigues Moreira.

Documento assinado digitalmente em 12/05/2026 19:11:57 por FELIPE RODRIGUES MOREIRA

Esta cópia / impressão foi realizada por GUILHERME NASCIMENTO DE OLIVEIRA em 14/05/2026.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP14.0526.09435.PK17

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:

A439D0EF640AABE6E090DC7118A8D9FC5960664CF34598ACDB837652599F77E4



Ministério da
Fazenda



Despacho nº 4/2026/SRRF06/RFB

Interessado: Ministério da Fazenda

Assunto: Estudo Sintético de Viabilidade Técnica e Econômica – Porto Seco em Juiz de Fora

Processo nº 13031.279185/2025-24

1. Aprovo e adoto o Estudo Sintético de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE) de que trata o art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 2.111, de 20 de outubro de 2022, constante às folhas 155 a 223 do processo em epígrafe, com os ajustes promovidos no Demonstrativo de Resultados de Exercício e no Fluxo de Caixa (para cálculo da TIR - Taxa Interna de Retorno), que resultaram na atualização das tarifas teto. Decido pela continuidade do certame licitatório.
2. Encaminhe-se à Comissão Especial de Licitação para providências de sua alçada.

Assinatura digital

WAGNER BITTENCOURT DE SOUZA

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

Superintendente-Substituto da Receita Federal na 6ª Região Fiscal



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 13/05/2026 09:49:00 por Wagner Bittencourt de Souza.

Documento assinado digitalmente em 13/05/2026 09:49:00 por WAGNER BITTENCOURT DE SOUZA

Esta cópia / impressão foi realizada por GUILHERME NASCIMENTO DE OLIVEIRA em 14/05/2026.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

- 1) Acesse o endereço:
<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>
- 2) Entre no menu "Legislação e Processo".
- 3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".
- 4) Digite o código abaixo:

EP14.0526.09431.2OL9

- 5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
42BDA10AD88E2E2C395F8D33849CE795BAE0DCDE4BC2BF6988CF8146BE347AE7

DETALHAMENTO DE ÁREA, INSTALAÇÕES E APARELHAMENTO MÍNIMO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

1. DETALHAMENTO DE ÁREA E INSTALAÇÕES

1.1. A Permissionária deverá:

I - ajustar os quantitativos oferecidos durante o período da permissão, de forma a manter a adequada prestação dos serviços, conforme alteração da demanda; e

II - sem prejuízo do cumprimento dos requisitos para alfandegamento do recinto, conforme disposto na Portaria RFB nº 143, de 11 de fevereiro de 2022, e atos complementares, disponibilizar, a partir da data de início de funcionamento do porto seco, no mínimo, instalações de acordo com os seguintes requisitos:

a) área fechada e coberta de armazenagem, com, no mínimo, 5.143m² (cinco mil cento e quarenta e três metros quadrados), como armazém de paredes rígidas, piso pavimentado e nivelado, esquadrias e cobertura que proporcionem condições de segurança, pé direito livre de, no mínimo, seis metros, com plataformas cobertas para carga e descarga nivelada com a altura dos veículos transportadores, que permita manter separação física entre as mercadorias importadas, a exportar, as nacionais ou nacionalizadas e aquelas que tiverem sido apreendidas ou retidas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil no curso do despacho aduaneiro no mesmo recinto, e câmara climatizada com no mínimo 150m² (cento e cinquenta metros quadrados);

b) área coberta para verificação física de mercadorias pela fiscalização aduaneira, dotada de piso plano, com plataformas niveladas com a altura dos veículos transportadores, que permitam o deslocamento de empilhadeiras ou equipamentos de movimentação de carga, e de iluminação artificial, com, no mínimo, 150m² (cento e cinquenta metros quadrados);

c) área descoberta, pavimentada para tráfego pesado, com, no mínimo 19.036m² (dezenove mil e trinta e seis metros quadrados), que abranja os pátios de armazenagem, de manobra rodoviária, de estacionamento de caminhões, de veículos, reboques, semirreboques, equipamentos e acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre a área dimensionada para o pátio para atender às vias de circulação interna em geral, o estacionamento de veículos leves, acessos, e atividades complementares à movimentação e armazenagem de mercadorias;

d) instalações completas, mobiliadas e equipadas conforme item 2 deste Apêndice, climatizadas e exclusivas para a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, com isolamento interno em relação aos escritórios da administração do recinto e de outros órgãos e agências da administração pública, por meio de paredes ou divisórias, e portas, com área mínima de 60m² (sessenta metros quadrados), considerando áreas próprias para:

1. expediente;

2. servidores (estações de trabalho) e equipamentos da rede exclusiva da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil;

3. arquivo de documentos;
4. almoxarifado;
5. sala para central de monitoramento eletrônico;
6. copa e cozinha; e
7. sanitários masculino e feminino de uso exclusivo da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

e) 2 (duas) vagas privativas para os veículos dos servidores da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil que atuarem no porto seco;

f) local segregado para guarda e conservação temporária de amostras;

g) área segregada para a instalação de aparelhos para a inspeção não-invasiva de mercadorias, bens de viajante e contêineres, de acordo com o volume e a natureza da carga movimentada no recinto;

h) malha de acesso rodoviário, externa ao porto seco, pavimentada para tráfego pesado, desde a via pública pavimentada até a entrada do porto seco; e

i) fechamento de toda a área do porto seco, de acordo com o estabelecido pela Portaria RFB nº 143, de 11 de fevereiro de 2022, ou outra que vier a alterá-la ou sucedê-la.

2. DETALHAMENTO DE ESTRUTURA DA SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

2.1. As instalações devem ser mobiliadas e conter material permanente, entre outros:

I - mesas, cadeiras, poltronas, estantes e gaveteiros;

II - aparelhos para telefonia, fax e copiadora de documentos;

III - computadores, impressoras, leitores ópticos de códigos de barra e outros equipamentos de informática, conforme especificação da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil; e

IV - fogão, forno de micro-ondas, purificador de água, cafeteira e geladeira.

3. DETALHAMENTO DE EQUIPAMENTOS

3.1. A Permissionária deverá:

I - ajustar os quantitativos oferecidos durante o período da permissão, de forma a manter a adequada prestação dos serviços, conforme alteração da demanda; e

II - sem prejuízo do cumprimento dos requisitos para alfandegamento do recinto, conforme disposto na Portaria RFB nº 143, de 11 de fevereiro de 2022 e atos complementares, disponibilizar e manter em operação, a partir da data de início de funcionamento do porto seco, no mínimo, os seguintes equipamentos e facilidades:

a) 2 (dois) ramais telefônicos, com acesso à linha (tronco) de uso exclusivo da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, e transbordamento da chamada de saída para tronco auxiliar da central telefônica, quando necessário (um para cada estação);

b) infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação, consubstanciada em 2 (dois) computadores, além de 4 (quatro) monitores de 24 polegadas, em conformidade com o disposto na Portaria Conjunta Coana/Cotec nº 74, de 11 de maio de 2022, e no Ato

- Declaratório Executivo Cotec nº 1, de 20 de maio de 2022, ou em normatização superveniente;
- c) 2 (dois) leitores ópticos de código de barras;
- d) 2 (duas) equipamentos multifuncionais, a laser, com impressão colorida e com scanner com alimentador automático de originais dupla face, impressão frente e verso automática, de acordo com o padrão vigente na Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, para seu uso privativo, interligados em rede local;
- e) 1 (uma) balança(s) rodoviária(s), com capacidade igual ou superior a 80t (oitenta toneladas), com respectivas especificações, as quais deverão incorporar tecnologia digital e estar integradas aos sistemas informatizados de controle, de forma que os registros sejam automáticos, prescindindo da digitação dos dados decorrentes de tais pesagens ou medições, com possibilidade de transmissão ou consulta à distância por parte da autoridade aduaneira jurisdicionante do porto seco;
- f) 1 (um) equipamento para movimentação de contêineres do tipo *reach stacker*, com capacidade mínima de 45t (quarenta e cinco toneladas), que atendam às necessidades de descarga, carga e movimentação de contêineres;
- g) 5 (cinco) empilhadeiras, sendo 2 (duas) elétricas com capacidade mínima de 2 t (duas toneladas), 1 (uma) com capacidade mínima de 3,5 t (três inteiros e cinco décimos de toneladas) e 1 (uma) elétrica com capacidade mínima de 10t (dez toneladas), com torre rebaixada para estufamento de contêineres;
- h) 4 (quatro) paleteiras hidráulicas, com capacidade mínima de 2.000kg (dois mil quilogramas);
- i) *Não se aplica.*
- j) 1 (uma) balança para pesagem de volumes, com capacidade mínima de 2.500 kg (dois mil e quinhentos quilogramas) e escala em 200 gr (duzentos gramas) ou menor, quando no recinto houver movimentações de carga solta ou em contêiner;
- k) 1 (uma) balança(s) eletrônica(s) de precisão para pesagem de pequenas quantidades, inclusive para fins de quantificação de amostras, com capacidade mínima para 50 kg (cinquenta quilogramas) quilogramas, cada uma;
- l) 20 (vinte) tomadas trifásicas distribuídas nas tensões de 380 V e 440 V para alimentação de caminhões e de contêineres frigorificados;
- m) 1 (uma) câmara(s) frigorífica(s) com capacidade mínima para armazenagem de 150 m³ (cento e cinquenta metros cúbicos) de carga;
- n) grupo moto-geradores, para acionamento automático em caso de queda de energia elétrica, com capacidade para sustentar o fornecimento ininterrupto de energia elétrica ao porto seco, inclusive para a infraestrutura de informática, além de transformadores de energia elétrica, ambos em quantidade e potência conformes projeto elaborador pelo responsável técnico da Permissionária;
- o) 2 (duas) cancelas com acionamento eletrônico;
- p) mobiliário e material permanente para as instalações exclusivas da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, contendo, dentre outros:

Armário de Aço	2 (dois)
Mesa (Estação de Trabalho)	4 (quatro)

Mesa de Reunião	2 (duas)
Cadeiras	4 (quatro)
Poltronas	<i>Não se aplica</i>
Estantes	<i>Não se aplica</i>
Gaveteiros	4 (quatro)
Fogão	<i>Não se aplica</i>
Forno de Micro-ondas	2 (dois)
Cafeteira	2 (duas)
Geladeira	2 (duas)
Bebedouro de água (um para cada dez funcionários)	2 (dois)
Sistema de climatização de ambiente (quente e frio)	2 (dois)
Aparelho Telefônico	4 (quatro)

q) mobiliário e material permanente, similares aos exigidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, para as instalações de outros órgãos e demais intervenientes devem ser fornecidos conforme solicitado por cada órgão interveniente presente no Porto Seco, de acordo com o quantitativo de pessoal em atuação no local.

4. *Não se aplica.*

- 4.1. *Não se aplica*
- 4.2. *Não se aplica.*
- 4.3. *Não se aplica.*
- 4.4. *Não se aplica.*
- 4.5. *Não se aplica.*



ANEXO II
(Portaria RFB nº 607, de 6 de novembro de 2025)

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 6ª REGIÃO FISCAL

MÉTODO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

1. A avaliação de desempenho da permissionária, que abrange a avaliação da qualidade dos serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias prestados em porto seco e a avaliação da execução do contrato, será realizada nos meses de junho e dezembro de cada ano pelo fiscal do contrato mediante expedição de *relatório circunstanciado*, nos termos do item 6.13 do Termo de Referência, constante do Anexo I do Edital.
2. O atendimento ao disposto no Item 1 terá por fundamento o *Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços*, preenchido pelos usuários dos serviços prestados em porto seco, bem como pelos representantes dos demais órgãos anuentes atuantes no recinto, e o *Formulário de Avaliação da Execução do Contrato*, preenchido pelo próprio fiscal do contrato, conforme modelos anexos.
 - 2.1. O fiscal do contrato deve distribuir os *Formulários de Avaliação da Qualidade dos Serviços* e fazer a respectiva coleta, junto aos diversos usuários, respectivamente, nas primeiras e terceiras semanas dos meses de maio e novembro.
 - 2.2. A avaliação deve abranger todas as categorias de usuários dos serviços (importadores, exportadores, transportadores, despachantes, órgãos anuentes, inclusive a própria administração aduaneira).
 - 2.3. Deve ser convidado a preencher o formulário de avaliação o máximo possível de usuários de cada uma das categorias, de modo que, pelo menos, os 20% (vinte por cento) mais atuantes de cada grupo participem efetivamente da avaliação. A não obtenção do quórum mínimo de 20% (vinte por cento) de participação deverá ser justificada pelo fiscal do contrato.
 - 2.4. Todos os órgãos anuentes que atuam no recinto serão convidados a manifestar sua opinião por meio do preenchimento do formulário.
 - 2.5. A *Avaliação da Execução do Contrato* deve ser efetuada pelo fiscal do contrato e a respectiva nota será obtida por meio do preenchimento do *Formulário de Avaliação da Execução do Contrato*, constante deste Anexo.
3. O relatório de que trata o Item 1, acompanhado dos formulários de avaliação, deve ser:
 - I - submetido à autoridade contratante nas primeiras semanas dos meses de junho e de dezembro, com proposta, inclusive, de declaração de caducidade da permissão, quando a *Nota*

de Desempenho (N_D) estabelecida for menor que sete, de acordo com a fórmula estabelecida no Item 6; e

II - encaminhado à comissão de que trata o item 6.17 do Termo de Referência, constante do Anexo I do Edital de licitação, nos mesmos prazos previstos no inciso I, devendo constar do relatório que será submetido à autoridade contratante, conforme estabelece o art. 24, § 2º, da Instrução Normativa RFB nº 2.111, de 20 de outubro de 2022.

3.1. A autoridade contratante adotará as medidas cabíveis à vista dos relatórios apresentados pelo fiscal do contrato e pela comissão.

4. A avaliação da qualidade dos serviços prestados considerará os seguintes indicadores:

4.1. Segurança proporcionada aos usuários e à carga, com até 10 (dez) pontos e constituída por:

a) Segurança proporcionada aos usuários, com até 5 (cinco) pontos; e

b) Segurança proporcionada às cargas, com até 5 (cinco) pontos;

4.2. Infraestrutura do porto seco, com até 10 (dez) pontos e constituída por:

a) Condições das instalações físicas do porto seco (construções, limpeza do recinto etc.), com até 3 (três) pontos;

b) Condições de funcionamento dos equipamentos, com até 3 (três) pontos;

c) Quantidade de funcionários para atendimento, com até 2 (dois) pontos; e

d) Horário de atendimento, com até 2 (dois) pontos;

4.3. Condições da prestação dos serviços, com até 10 (dez) pontos e constituídas por:

a) Recepção e manuseio de cargas, com até 2 (dois) pontos;

b) Movimentação e armazenagem de cargas, com até 2 (dois) pontos;

c) Localização de cargas (ruas, quadras etc.), com até 2 (dois) pontos;

d) Liberação de cargas (tramitação de documentos, tempo de liberação etc.), com até 2 (dois) pontos; e

e) Serviços conexos, com até 2 (dois) pontos.

5. A cada um dos indicadores referidos no Item 4 será atribuída nota composta pela soma dos pontos atribuídos às subdivisões dos indicadores, observada a pontuação máxima especificada para cada subdivisão, podendo ser atribuídos pontos até frações de 0,5 (meio) ponto.

6. A *nota da avaliação da qualidade dos serviços prestados* (N_{qn}), atribuída por um determinado usuário (n), será a média aritmética das notas atribuídas por ele a cada indicador, conforme a seguinte fórmula:

$$N_{qn} = \frac{(N_1 + N_2 + N_3)}{3}, \text{ em que:}$$

N_1 , N_2 , N_3 representam as notas atribuídas por cada usuário aos indicadores de segurança proporcionada aos usuários e à carga, de infraestrutura do porto seco e das condições da prestação dos serviços, respectivamente.

7. A *Nota da Avaliação da Qualidade dos Serviços Prestados* (N_q) será a média aritmética das notas atribuídas por cada usuário, conforme a seguinte fórmula:

$$N_q = \frac{(N_{q1} + N_{q2} + N_{q3} + \dots + N_{qn})}{n}, \text{ em que:}$$

- N_{q1} , N_{q2} , N_{q3} , ... , N_{qn} representam as notas finais atribuídas por cada usuário, calculada conforme a fórmula constante do Item 6; e

- n representa o número de usuários que avaliaram.

8. A avaliação da execução do contrato deve ser efetuada por meio do preenchimento pelo fiscal do contrato do *Formulário de Avaliação do Contrato*.

8.1 Ao fiscal do contrato cabe indicar a ocorrência de infrações às obrigações contratuais e instruir os processos de aplicação de sanções administrativa previstas.

8.2 A avaliação da execução do contrato será realizada acordo com a ocorrência de infrações e a consequente aplicação de sanção. Parte-se de nota inicial equivalente a 10,0 (dez), a qual sofrerá reduções em função do número e da gravidade das sanções definitivamente aplicadas.

8.3 A nota inicial equivalente a 10,0 (dez) será diminuída dos seguintes valores:

a) 2,5 (dois e meio) pontos para cada sanção de advertência prevista no subitem 8.2.1 do Termo de Referência, constante do Anexo I do Edital, aplicada no período de avaliação;

b) 3 (três) pontos para cada sanção de multa prevista no subitem 8.2.4, incisos II, III, V e VI, do Termo de Referência, constante do Anexo I do Edital, aplicada no período de avaliação;

c) 4,5 (quatro e meio) pontos para cada sanção de multa prevista no subitem 8.2.4, incisos IV, VII e VIII, do Termo de Referência, constante do Anexo I do Edital, aplicada no período de avaliação; e

d) 7,5 (sete e meio) pontos em caso de sanção de impedimento de licitar e contratar, prevista no subitem 8.2.2 do Termo de Referência, constante do Anexo I do Edital, aplicada no período de avaliação; e

e) 10 (dez) pontos em caso de declaração de inidoneidade, prevista no subitem 8.2.3 do Termo de Referência, constante do Anexo I do Edital, aplicada no período de avaliação.

9. A avaliação do desempenho da permissionária resultará na *Nota de Desempenho* (N_D), que será calculada por meio da seguinte fórmula:

$$N_D = \frac{2 \times N_q + N_e}{3}, \text{ em que:}$$

- N_D é a nota de desempenho;

- N_q é a nota da avaliação da qualidade dos serviços prestados; e

- N_e é a nota da avaliação da execução do contrato.

10. O desempenho da permissionária será aferido com base nas seguintes faixas de notas de desempenho:

Nota de desempenho	Classificação
Igual a 0	Péssimo
De 0,1 a 4	Fraco
De 4,01 a 6,99	Ruim
De 7 a 9	Satisfatório
De 9,01 a 9,99	Ótimo
Igual a 10	Excelente

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS

Período da Avaliação: ____/____/____ à ____/____/____

Nome da Permissionária	
CNPJ	
Unidade da RFB jurisdicionante	
Identificação do Usuário	
CNPJ / CPF do Usuário	

CATEGORIA DO USUÁRIO

Importador / Exportador	Transportador	Despachante Aduaneiro
Servidor da RFB	Outra. Especificar:	

INDICADORES DE AVALIAÇÃO [em frações de 0,5 (meio) ponto]

1) SEGURANÇA PROPORCIONADA AOS USUÁRIOS E À CARGA	PONTOS
a) Segurança proporcionada aos usuários [máximo 5 (cinco) pontos]	
b) Segurança proporcionada às cargas [máximo 5 (cinco) pontos]	
NOTA - INDICADOR 1 [soma a+b]	
2) INFRAESTRUTURA DO PORTO SECO	PONTOS
a) Condições das instalações físicas do PORTO SECO [máximo 3 (três) pontos]	
b) Condições de funcionamento dos equipamentos [máximo 3 (três) pontos]	
c) Quantidade de funcionários para atendimento [máximo 2 (dois) pontos]	
d) Horário de atendimento [máximo 2 (dois) pontos]	
NOTA - INDICADOR 2 [soma a+b+c+d]	
3) CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	PONTOS
a) Recepção/Manuseio de Cargas [máximo 2 (dois) pontos]	
b) Movimentação/Armazenagem de Cargas [máximo 2 (dois) pontos]	
c) Localização de Cargas [máximo 2 (dois) pontos]	
d) Liberação de Cargas [máximo 2 (dois) pontos]	
e) Serviços conexos [máximo 2 (dois) pontos]	
NOTA - INDICADOR 3 (soma a+b+c+d+e)	
Nome legível e Assinatura do Usuário	COMENTÁRIOS QUE JULGAR NECESSÁRIOS

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Período da Avaliação: ____/____/____ à ____/____/____

Nome da Permissionária	
CNPJ	
Unidade da RFB jurisdicionante	
Fiscal do Contrato	
Matrícula Siapecad	

NOTA INICIAL	10,0 (dez)
--------------	------------

SANÇÕES DEFINITIVAMENTE APLICADAS NO PERÍODO DE AVALIAÇÃO

Sanção	Qtde	Peso	
Advertência (subitem 8.2.1 do Termo de Referência)		(-2,5)	
Multa (subitem 8.2.4, incisos "II", "III", "V" e "VI", do Termo de Referência)		(-3,0)	
Multa (subitem 8.2.4, incisos "IV", "VII" e "VIII", do Termo de Referência)		(-4,5)	
Impedimento de licitar e contratar (subitem 8.2.2 do Termo de Referência)		(-7,5)	
Declaração de Inidoneidade (subitem 8.2.3 do Termo de Referência)		(10,0)	
NOTA (N _e)			



Ministério da
Fazenda



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 6ª REGIÃO FISCAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 13031-011.200/2026-10

ANEXO II DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA RFB/SRRF06 Nº 90001/2026

MINUTA DO CONTRATO DE PERMISSÃO

CONTRATO DE PERMISSÃO PARA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS PÚBLICOS DE MOVIMENTAÇÃO E ARMA-
ZENAGEM DE MERCADORIAS EM PORTO SECO NO
MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA/MG QUE ENTRE SI
CELEBRAM A UNIÃO E A EMPRESA _____

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de dois mil e vinte e seis, na
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 6ª Região Fiscal – SRRF06, com sede na Avenida
Olegário Maciel, 2.360, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, CEP 30180-112, de um lado, a UNIÃO, por
intermédio da Superintendência Regional supracitada, neste ato representada pelo(a) Srª Kênia Marina
Guimarães Silva, Chefe da Divisão de Programação e Logística, no uso da competência outorgada pelo art.
358, § 8º, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria
ME nº 284, de 22 de julho de 2020, que lhe confere poderes para a celebração do contrato de permissão
para a prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias em porto seco,
doravante denominada simplesmente Permitente, e, de outro lado, a empresa _____

_____, CNPJ nº _____,
estabelecida na cidade de _____, na(o) _____
(logradouro)

_____, nº _____, que
apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada pelo(a) seu(sua) _____
(cargo)

_____, Sr.(a) _____, em conformidade com
_____, doravante denominada

(indicar instrumentos que dão à pessoa poderes para representar a sociedade)

simplesmente Permissionária, têm, entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente
instrumento, elaborado de acordo com minuta examinada pela Procuradoria Regional da Fazenda
Nacional, consoante o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos
Administrativos, e no art. 13, *caput*, inciso III, alínea "e", do Decreto-Lei nº 147, de 3 de Fevereiro de 1967,
e ainda no art. 5º, *caput*, inciso IV, do Decreto nº 93.237, de 8 de setembro de 1986, em conformidade
com o processo administrativo nº 13031-011.200/2026-10, CONTRATO DE PERMISSÃO PARA PRESTAÇÃO

DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE MOVIMENTAÇÃO E ARMAZENAGEM DE MERCADORIAS no PORTO SECO DE JUIZ DE FORA/MG, regido pela Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, pela Lei nº 9.074, de 7 de Julho de 1995, e, subsidiariamente, pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, pela Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, pelo Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, pelo Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, que regulamenta a administração das atividades aduaneiras e a fiscalização, o controle e a tributação das operações do comércio exterior, pelo Decreto nº 1.910, de 21 de maio de 1996, pelo Decreto nº 2.763, de 31 de agosto de 1998, e pela Instrução Normativa RFB nº 2.111, de 20 de outubro de 2022, e, conforme o caso, pela legislação que vier modificar ou substituir a aqui referida, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto deferir a permissão para prestação dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias no Porto Seco/Juiz de Fora-MG, para carga predominantemente do tipo geral, além de cargas de outros tipos, localizada no _____, no Município de Juiz de Fora/MG.

(logradouro)

1.2. A execução dos serviços obedecerá ao estabelecido neste Contrato, bem como às disposições constantes dos documentos a seguir enumerados, que integram o processo administrativo nº 13031-011.200/2026-10 e que, independentemente de transcrição, integram e complementam este Contrato:

I - Edital de Concorrência RFB/SRRF06 Nº 90001/2026 e seus anexos;

II - documentos de classificação (proposta) e de habilitação apresentados pela Permissionária na Concorrência RFB/SRRF06 Nº 90001/2026, em 26 de junho de 2026; e

III - outros documentos assinados pela Permissionária.

1.3. Os serviços ora outorgados foram objeto de licitação, sob a modalidade de Concorrência, conforme Edital de Concorrência RFB/SRRF06 Nº 90001/2026, constante das fls. ____ a ____ do processo administrativo nº 13031-011.200/2026-10, cujo aviso foi publicado com a antecedência mínima de 25 dias na página ____ do Diário Oficial da União, de ____ de _____ de 2026, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e nas páginas ____ dos jornais _____, do Município de Juiz de Fora/MG, de ____ de _____ de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O presente Contrato terá vigência a partir da sua assinatura e terá duração de vinte e cinco anos, podendo ser prorrogado por mais dez anos, nos termos do art. 1º, § 2º, da Lei nº 9.074, de 1º de abril de 1995.

2.2 Os prazos de início das etapas de execução, de conclusão e de entrega previstos no Contrato admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do Contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra, no que couber, algum dos motivos elencados na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, devidamente autuados em processo.

2.3 A manifestação de interesse na prorrogação do Contrato deve ser realizada pela Permissionária, por escrito, com antecedência mínima de vinte e quatro meses em relação à data do término do prazo contratual, sob pena de preclusão.

2.4 A prorrogação fica condicionada à avaliação do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato e à elaboração de Estudos de Viabilidade Econômica do Empreendimento – EVTE, em conformidade com o disposto no art. 49 da Instrução Normativa RFB nº 2.111, de 20 de outubro de 2022, com vistas a subsidiar o juízo de conveniência e oportunidade da Administração Pública Federal.

2.5 A elaboração do estudo citado no Item 2.4 deve ser concluída pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil em até seis meses após a manifestação do permissionário em prorrogar o Contrato.

2.6 Para fins de prorrogação, a Permissionária deve ter desempenho considerado satisfatório, com base na média das avaliações realizadas nos últimos dois anos, mediante a aplicação do *Método de Avaliação de Desempenho* estabelecido pela Portaria RFB nº 607, de 6 de novembro de 2025.

2.7 Ainda que atendidos os requisitos previstos nesta Cláusula, a prorrogação do contrato, prevista no art. 1º, § 2º, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, não constitui direito da Permissionária, que fica sujeita à decisão discricionária da Permitente, que poderá rejeitar a prorrogação motivadamente.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 O regime de execução contratual e os modelos de execução e de gestão estão previstos no Termo de Referência constante do Anexo I do Edital.

3.2. *Não se aplica.*

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, constante do Anexo I do Edital.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 Os serviços relativos à movimentação e à armazenagem de mercadorias prestados pela Permissionária no porto seco serão pagos pelo usuário, conforme as seguintes tarifas constantes da proposta apresentada na licitação:

I - tarifa para armazenagem (T_A) de mercadorias que estejam sob controle aduaneiro, incidentes a cada período de 10 (dez) dias ou fração, no percentual de ____% (_____ por cento) sobre:

a) o valor CIF na *importação* ou no *trânsito aduaneiro de passagem*;

b) o valor FOB na *exportação*, na *reexportação*, na *devolução* ou na *redesignação*, inclusive quando admitidas no *regime de Depósito Alfandegado Certificado – DAC*.

II - tarifa para movimentação (T_M) de mercadorias que estejam sob controle aduaneiro, no valor de R\$ _____ (_____ reais e _____ centavos) por m^3 (metro cúbico) ou fração, nas seguintes hipóteses:

a) na *importação* ou no *trânsito aduaneiro de passagem*;

b) na *exportação*, na *reexportação*, na *devolução* ou na *redesignação*, inclusive quando admitidas no *regime de Depósito Alfandegado Certificado - DAC*.

5.1.1 A Tarifa de Movimentação (T_M) das mercadorias que estejam sob controle aduaneiro poderá ser cobrada em reais (R\$) por metro cúbico (m^3) ou fração, mediante a divisão do seu valor pelo fator de conversão 2,91 (dois inteiros e noventa e um centésimos), como previsto no Termo de Referência.

5.2 As regras acerca da remuneração pela prestação dos serviços de movimentação e armazenagem, bem como pela prestação de serviços conexos, são aquelas definidas no Termo de Referência, constante do Anexo I do Edital.

CLÁUSULA SEXTA – REVISÃO

6.1 As regras acerca da revisão das tarifas são aquelas definidas no Termo de Referência, constante do Anexo I do Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1 As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, constante do Anexo I do Edital.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA PERMITENTE

8.1 Incumbe à Permitente:

I - acompanhar, controlar e fiscalizar permanentemente a execução do Contrato, por meio de servidor formalmente designado, na qualidade de fiscal do Contrato, e expedir normas operacionais complementares necessárias ao cumprimento do Contrato, por intermédio da unidade da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o porto seco; (art. 29, *caput*, inciso I, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e art. 22 da Instrução Normativa RFB nº 2.111, de 20 de outubro de 2022);

II - vistoriar o recinto a ser alfandegado por intermédio de comissão de vistoria, designada pelo titular da unidade da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o porto seco;

III - alfandegar o porto seco, por meio de ato declaratório executivo e, dessa forma, autorizar o início de funcionamento do recinto, após a lavratura do termo de vistoria e desde que cumpridas as condições contratuais e de alfandegamento, conforme dispõe a Portaria RFB nº 143, de 11 de fevereiro de 2022;

IV - aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;

V - intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

VI - extinguir a permissão, nos casos previstos na Cláusula Décima Quarta deste Contrato;

VII - homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas na forma prevista na Lei nº 8.987, de 1º de abril de 1995, nas normas pertinentes e no Contrato;

VIII - cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da permissão;

IX - zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até trinta dias, das providências tomadas;

X - estimular a melhoria da qualidade, o aumento da produtividade e a preservação do meio ambiente;

XI - incentivar a competitividade;

XII - estimular a formação de associações de usuários para defesa de interesses relativos ao serviço;
e

XIII - avaliar o desempenho da permissionária conforme *Método de Avaliação de Desempenho* estabelecido pela Portaria RFB nº 607, de 6 de novembro de 2025;

XIV - publicar o extrato do contrato de permissão no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA PERMISSIONÁRIA

9.1 Incumbe à Permissionária:

I - manter, como seus prepostos, gerente e fiel depositário no porto seco, com nível de responsabilidade e experiência profissional de, no mínimo, um ano, no cargo de gerente ou na condição de fiel depositário, conforme o caso, em atividades ligadas à armazenagem, à guarda ou ao transporte de mercadorias, que assumirão perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil a responsabilidade técnica e administrativa pelos serviços executados no porto seco e com poderes para responder pela Permissionária;

II - responsabilizar-se pelas despesas inerentes aos trabalhos contratados e por danos a terceiros;

III - responsabilizar-se, inclusive perante terceiros, por ações ou omissões de seus empregados, prepostos e contratados, das quais resultem danos ou prejuízos a pessoas ou bens, não implicando corresponsabilidade da Permitente;

IV - comunicar e submeter à aprovação prévia do titular da unidade da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o porto seco, por intermédio do fiscal do Contrato, eventual substituição do gerente ou do fiel depositário, observado o disposto no item 6.9 do Termo de Referência, constante do Anexo I do Edital;

V - fornecer os equipamentos, ferramentas, materiais, maquinários, mobiliários, suprimentos de informática, equipamentos de informática, incluídos os equipamentos multifuncionais para digitalização, quando exigido, e de infraestrutura elétrica, equipamento de reprografia, material de expediente, equipamentos de segurança do trabalho, linhas de comunicação de voz e dados (interna e externa), bem como realizar serviços de adequação e de infraestrutura necessários à perfeita execução dos serviços prestados pelo porto seco, quando exigível;

VI - fornecer o material relacionado no inciso V à equipe da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil em exercício no porto seco, bem como realizar serviços de adequação e de infraestrutura necessários à perfeita execução dos serviços por ela prestados, desde que haja solicitação da Permitente, com as devidas justificativas, após prévia manifestação do fiscal do Contrato;

VII - disponibilizar dispositivos adequados e meios de movimentação relativos à carga e à descarga de mercadorias sujeitas à fiscalização, bem como locais adequados aos trabalhos de fiscalização das equipes da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil em exercício no porto seco;

VIII - disponibilizar diariamente transporte devidamente caracterizado e de uso coletivo, em condições de segurança e conforto para os servidores da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil que prestem serviço no porto seco qualificado neste Contrato, o qual poderá ser compartilhado com servidores de outros órgãos da administração pública, para os traslados entre a unidade da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil jurisdicionante e o recinto do porto seco, exclusivamente no caso de o recinto ser localizado em área não assistida por linha regular de transporte público;

IX- responder como depositário da mercadoria sob sua custódia, submetendo-se às demais exigências da fiscalização da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil;

X - apresentar à fiscalização da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, quando solicitado e em tempo hábil, os dados de administração, recursos técnicos, econômicos e financeiros referentes aos serviços prestados pelo porto seco, bem como garantir o livre acesso a todas as suas dependências, para que se proceda aos inventários e vistorias que julgar necessários;

XI - comunicar à Permitente para fins de vistoria, por escrito, por intermédio da unidade da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil jurisdicionante, que o porto seco se encontra em condições de iniciar suas atividades, em conformidade com o Edital de Concorrência RFB/SRRF06 Nº 90001/2026 e documentos de habilitação e classificação, constantes da proposta apresentada pela licitante, e com as condições para alfandegamento previstas na Portaria RFB nº 143, de 11 de fevereiro de 2022, ou em norma que a alterar ou substituir;

XII - instalar e manter no porto seco, sem ônus para a Permitente, os serviços de água, esgoto, eletricidade, telefonia, internet e outros necessários a seu perfeito funcionamento;

XIII - assumir os encargos relativos a gastos com o consumo de energia elétrica, água, esgoto, telefone, internet, impostos, taxas, alvarás, assentimentos sanitários, licenciamento ambiental, linhas de comunicação de voz e dados, dentre outros necessários ao perfeito funcionamento das instalações do porto seco e à realização dos serviços prestados, inclusive os decorrentes do cumprimento da legislação federal, estadual, distrital e municipal no que concerne às atividades do porto seco;

XIV - assumir os encargos relativos a custos de laudo pericial emitido por órgão, entidade, ou empresa credenciada, para realização de auditoria de sistemas informatizados de controle aduaneiro, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2.064, de 17 de fevereiro de 2022, ou de norma que a alterar ou substituir;

XV - apresentar ao fiscal do Contrato, até o décimo quinto dia de cada mês, prestação de contas relativas às receitas auferidas no mês anterior com movimentação e armazenagem de mercadorias, bem como as relativas às receitas acessórias decorrentes da prestação de serviços conexos com aqueles objetos da permissão;

XVI - comunicar à unidade da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o porto seco o decurso do prazo de permanência das mercadorias no recinto, nos veículos transportadores ou nas unidades de carga, admitidas nos diversos regimes aduaneiros, na forma estabelecida no art. 29, parágrafo único, da Instrução Normativa RFB nº 2.111, de 20 de outubro de 2022, ou em legislação que a alterar ou substituir;

XVII - manter veículos transportadores, unidades de carga e mercadoria retida, apreendida ou abandonada sob sua guarda e responsabilidade, sem ônus para a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, inclusive no que se refere à remuneração por sua guarda e armazenagem;

XVIII - comunicar à unidade da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o porto seco, em até cinco dias, o decurso do prazo estabelecido no art. 29, *caput*, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 2.111, de 20 de outubro de 2022, mencionando todos os elementos necessários à identificação dos volumes e do veículo transportador;

XIX - *Não se aplica.*

XX - *Não se aplica.*

XXI - disponibilizar, no porto seco, equipamentos de informática que atendam aos requisitos de segurança e especificações técnicas estabelecidas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, em conformidade com o disposto na Portaria RFB nº 143, de 11 de fevereiro de 2022, na Portaria Conjunta COANA/COTEC nº 74, de 11 de maio de 2022, e em normas complementares que tratam da matéria;

XXII - manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive quanto à regularidade fiscal e trabalhista verificada por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, sob pena da caducidade da permissão;

XXIII - prestar serviço adequado, na forma prevista no art. 6º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, em normas técnicas aplicáveis e no Contrato, em especial os relativos à vigilância na área abrangida pelo porto seco, à manutenção preventiva e corretiva, à modernização e conservação das instalações, equipamentos e maquinários instalados no porto seco, sem ônus para a Permitente, em atendimento à eficiência e qualidade dos serviços prestados pela Permissionária;

XXIV - prestar contas da gestão do serviço à Permitente e aos usuários;

XXV - cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais da permissão;

XXVI - permitir ao servidor da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis, bem como disponibilizar acesso aos sistemas informatizados exigidos para fins de alfandegamento, nos termos da Portaria RFB nº 143, de 11 de fevereiro de 2022;

XXVII - zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço, inclusive mediante a contratação de seguro, em especial Seguro de Riscos Operacionais (Risco Nomeado ou *All Risks*) e Seguro de Responsabilidade Civil e Danos às Mercadorias;

XXVIII - captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço;

XXIX - executar, sem ônus para a Permitente ou para os usuários, os serviços necessários ao atendimento do disposto no inciso XXXIV;

XXX - manter, no porto seco, ferramentas e equipamentos adequados e pessoal especializado para execução dos serviços de que trata o inciso XXIX;

XXXI - publicar anualmente as demonstrações financeiras relativas à permissão;

XXXII - disponibilizar para a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, a qualquer momento durante a execução do Contrato e ao final da permissão, as informações, históricos e registros de todas as operações efetuadas pelos sistemas informatizados de controle aduaneiro, nos termos da Portaria RFB nº 143, de 11 de fevereiro de 2022, na vigência do alfandegamento;

XXXIII - submeter à Permitente, por intermédio da unidade da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre porto seco, eventual pretensão de transferência da permissão ou de seu controle acionário, nos termos do art. 27 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, do Decreto nº 2.763, de 31 de agosto de 1998, e da Instrução Normativa RFB nº 2.111, de 20 de outubro de 2022, ou de legislação que a alterar ou substituir, para fins de autorização e anuência prévias da Permitente, sem as quais ocorrerá a caducidade da permissão, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Contrato;

XXXIV - caberá à Permissionária adotar e seguir o *layout* de armazenagem de mercadorias proposto em sua documentação de habilitação, assim entendido como a planta baixa dos armazéns do porto seco onde esteja evidenciada as áreas destinadas a cada tipo de mercadoria, devendo qualquer alteração ser devidamente justificada, observadas as seguintes regras:

a) poderá haver quantas alterações forem necessárias no *layout* de armazenagem, desde que não prejudiquem os serviços de fiscalização da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e que sejam sempre previamente aprovadas pelo fiscal do Contrato; e

b) caso ocorra qualquer alteração no *layout* de armazenagem, caberá exclusivamente ao fiscal do Contrato anexar cópia do novo *layout* ao dossiê de acompanhamento do Contrato do porto seco.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de dados – LGPD, em relação a dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do presente Contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios constantes do art. 6º da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – LGPD.

10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros de dados obtidos fora das hipóteses permitidas em lei.

10.4 A Administração Pública Federal deverá ser informada no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Permissionária.

10.5 Quando finalizado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses constantes do art. 16 da LGPD, em especial aqueles necessários à comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 É dever da Permissionária orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – LGPD.

10.7 A Permissionária deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres desta Cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 A Permitente poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta Cláusula, devendo a Permissionária atender prontamente A eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9 A Permissionária deverá prestar, no prazo fixado pela Permitente, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca de dados pessoais, inclusive quanto a eventual descarte realizado, para fins de cumprimento da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – LGPD.

10.10 Os bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, nos termos do art. 37 da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – LGPD, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, que evidencie cada acesso, data, horário e finalidade, para fins de responsabilização em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização dos dados pela Administração Pública Federal nas hipóteses previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – LGPD.

10.11 Este Contrato está sujeito a alterações relativas a procedimentos aplicáveis ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Agência Nacional de Proteção de Dados – ANPD, por meio de opiniões técnicas ou recomendações emitidas na forma prevista na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – LGPD.

10.11.1. As disposições desta Cláusula Décima abrangem todas as operações de tratamento de dados previstas na execução dos serviços aduaneiros, especialmente quanto ao compartilhamento de dados com terceiros e quanto ao descarte seguro de informações após o término da vigência do contrato de permissão.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

11.1 Sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, são direitos e obrigações dos usuários:

I - receber serviço adequado;

II - receber da Permitente e da Permissionária informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;

III - obter e utilizar o serviço, com liberdade de escolha, observadas as normas editadas pela Permitente;

IV - levar ao conhecimento do poder público e da Permissionária as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;

V - comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela Permissionária na prestação do serviço; e

VI - contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos por meio dos quais lhes são prestados os serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA

12.1 Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, constante do Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

13.1 As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução deste Contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, constante do Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO DA PERMISSÃO

14.1 Extingue-se a permissão por:

I - advento do termo contratual;

II - encampação;

III - caducidade;

IV - rescisão;

V - anulação;

VI - falência ou extinção da empresa Permissionária; e

VII - revogação unilateral, nos termos do art. 40 da Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

14.2 No caso de encampação, prevista no Item 14.1, inciso II, a Permitente, antecipando-se à extinção da permissão, procederá aos levantamentos e às avaliações necessários à determinação do montante da indenização devida à Permissionária, na forma do Item 14.2.1 desta Cláusula.

14.2.1. Considera-se encampação a retomada do serviço pela Permitente durante o prazo da permissão por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após o prévio pagamento da indenização relativa a parcelas dos investimentos realizados que não tenham sido

amortizados ou depreciados, com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços permitidos.

14.3 A inexecução total ou parcial do Contrato acarretará, a critério da Permitente, a declaração de caducidade da permissão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitado o disposto nos itens 14.4 a 14.8 desta Cláusula, no art. 27 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e nas demais cláusulas contratuais, no que couber.

14.4 A caducidade da permissão poderá ser declarada pela Permitente quando:

I - o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base o desempenho considerado insatisfatório, com base na média das avaliações realizadas nos últimos dois anos, mediante a aplicação do *Método de Avaliação de Desempenho* estabelecido pela Portaria RFB nº 607, de 6 de novembro de 2025, a permissionária;

II - descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à permissão;

III - paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;

IV - perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço permitido;

V - não cumprir as penalidades impostas por infrações nos devidos prazos;

VI - não atender à intimação da Permitente para regularizar a prestação do serviço; e

VII - não atender à intimação da Permitente para, em cento e oitenta dias, apresentar a documentação relativa à regularidade fiscal no curso da permissão.

14.5. A declaração de caducidade da permissão deverá ser precedida da verificação da inadimplência da permissionária em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.6. Não será instaurado processo administrativo de verificação de inadimplência antes do envio de comunicação à Permissionária, da qual conste a descrição, de forma detalhada, de hipótese prevista Item 14.5 desta Cláusula que enseje a referida verificação e a concessão de prazo para que a Permissionária corrija as falhas e transgressões apontadas, para fins de cumprimento deste Contrato.

14.6.1. O processo administrativo será instaurado diretamente no caso de infração não passível de suprimento.

14.7. Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por decreto emitido pela Permitente, independentemente de indenização.

14.7.1. O procedimento de declaração de inadimplência observará, no que couber, o rito previsto no item 8.9 do Termo de Referência, constante do Anexo I do Edital.

14.8. A declaração de caducidade não implicará, para a Permitente, qualquer espécie de responsabilidade em relação a encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da Permissionária.

14.9. A transferência da permissão ou do controle societário da Permissionária sem prévia anuência do poder Permitente implicará a caducidade da permissão.

14.10. Caso as pendências de que trata o item 5.49, inciso II, do Termo de Referência constante do Anexo I do Edital, apontadas pela equipe de alfandegamento na fase de alfandegamento do porto seco, não sejam sanadas no prazo concedido, operar-se-á a caducidade da permissão.

14.11 O contrato de permissão poderá ser rescindido por iniciativa da Permissionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pela Permitente, mediante ação judicial especialmente interposta para esse fim.

14.12 Na hipótese prevista no Item 14.11, os serviços prestados pela Permissionária não poderão ser interrompidos ou paralisados até a decisão judicial transitada em julgado.

14.13 Nas hipóteses de extinção da permissão, assegurado o contraditório e a ampla defesa, o rito processual observará o disposto na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e, subsidiariamente, na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no que couber.

15.1.1 Devem ser observadas, em todos os casos, as disposições constantes do Termo de Referência e demais documentos que compõem o Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS BENS REVERSÍVEIS

16.1 Finalizada a permissão, não haverá reversão de bens.

16.2. *Não se aplica.*

16.3. *Não se aplica.*

16.4. *Não se aplica.*

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá à Permitente divulgar o presente instrumento no – PNCP, na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como no respectivo *site* oficial na internet, nos termos do art. 91 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e do art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

18.1 Os casos omissos serão decididos pela Permitente, conforme o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e nas demais normas federais aplicáveis à matéria e, subsidiariamente, na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, com observância das normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Belo Horizonte, Seção Judiciária do Estado Minas Gerais, nos termos do art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dirimir os litígios decorrentes da execução deste Contrato em relação aos quais não tenha sido possível solução mediante conciliação prévia.

Belo Horizonte, ____ de ____ de 2026

PERMITENTE: _____

NOME: CHEFE DA DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E LOGÍSTICA

PERMISSIONÁRIA: _____

NOME: CARGO DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

Testemunhas:

Nome: _____

CPF nº _____

CI nº _____

Testemunhas:

Nome: _____

CPF nº _____

CI nº _____



Ministério da
Fazenda



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 6ª REGIÃO FISCAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 13031-011.200/2026-10

ANEXO III DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA RFB/SRRF06 Nº 90001/2026
DEMONSTRATIVO INDIVIDUAL DE TARIFAS

A empresa _____, CNPJ nº _____, com sede na
[inserir a razão social da empresa]

_____, por intermédio de seu
[inserir o endereço completo]

representante legal o Sr.(a) _____, infra-assinado, e para fins
[inserir o nome completo]

da Concorrência RFB/SRRF06 nº 90001/2026, cujo objeto é a permissão para prestação dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias em porto seco pelo prazo de vinte e cinco anos, para carga predominantemente do tipo geral, além de cargas de outros tipos, a ser instalado no Município de Juiz de Fora/MG, vem apresentar o seguinte Demonstrativo Individual de Tarifas:

TIPO DE SERVIÇO	ARMAZENAGEM
TIPO DE OPERAÇÃO	IMPORTAÇÃO

SIGLA	FORMA DE COBRANÇA
T_A	_____ % (_____ por cento) do valor, por período de dez dias ou fração*;

ANO	VALOR PROPOSTO T_A (%) (a)	QUANTIDADE DE PERÍODOS** (b)	BASE DE CÁLCULO*** (c)	RECEITA BRUTA ANUAL 1 (R\$) (d) = (a)x(b)x(c)
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				

24				
25				

* não é possível escolher um percentual diferente de desconto para a armazenagem e para a movimentação, e nem diferenciar conforme se trate de operação de importação ou exportação. O desconto ofertado pelo licitante deve ser o mesmo para a taxa máxima de armazenagem e de tonelada movimentada, tanto na importação quanto na exportação.

** informar a quantidade estimada de períodos, de dez dias ou fração, de permanência da carga em armazém (giro).

*** valor estimado da mercadoria armazenada por ano.

TIPO DE SERVIÇO	ARMAZENAGEM
TIPO DE OPERAÇÃO	EXPORTAÇÃO

SIGLA	FORMA DE COBRANÇA
T_A	_____ % (_____ por cento) do valor FOB, por período de dez dias ou fração.*

ANO	VALOR PROPOSTO T_A (%) (a)	QUANTIDADE DE PERÍODOS** (b)	BASE DE CÁLCULO*** (c)	RECEITA BRUTA ANUAL 1 (R\$) (d) = (a)x(b)x(c)
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				

24				
25				

* não é possível escolher um percentual diferente de desconto para a armazenagem e para a movimentação, e nem diferenciar conforme se trate de operação de importação ou exportação. O desconto ofertado pelo licitante deve ser o mesmo para a taxa máxima de armazenagem e de tonelada movimentada, tanto na importação quanto na exportação.

** informar a quantidade estimada de períodos, de dez dias ou fração, de permanência da carga em armazém (giro).

*** valor estimado da mercadoria armazenada por ano.

TIPO DE SERVIÇO	MOVIMENTAÇÃO
TIPO DE OPERAÇÃO	IMPORTAÇÃO

T_M	R\$ _____/ton (_____ reais e _____ centavos por tonelada) ou fração.*
----------------------	---

ANO	VALOR PROPOSTO T _M (R\$) (a)	BASE DE CÁLCULO** (b)	RECEITA BRUTA ANUAL (R\$) (d) = (a)x(b)
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			

* não é possível escolher um percentual diferente de desconto para a armazenagem e para a movimentação, e nem diferenciar conforme se trate de operação de importação ou exportação. O

desconto ofertado pelo licitante deve ser o mesmo para a taxa máxima de armazenagem e de tonelada movimentada, tanto na importação quanto na exportação.

** quantidade estimada de toneladas de mercadoria movimentada por ano.

TIPO DE SERVIÇO	MOVIMENTAÇÃO
TIPO DE OPERAÇÃO	EXPORTAÇÃO

T_M	R\$ _____/ton (_____ reais e _____ centavos por tonelada) ou fração.*
----------------------	---

ANO	VALOR PROPOSTO T _M (R\$) (a)	BASE DE CÁLCULO** (b)	RECEITA BRUTA ANUAL (R\$) (d) = (a)x(b)
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			

* não é possível escolher um percentual diferente de desconto para a armazenagem e para a movimentação, e nem diferenciar conforme se trate de operação de importação ou exportação. O

desconto ofertado pelo licitante deve ser o mesmo para a taxa máxima de armazenagem e de tonelada movimentada, tanto na importação quanto na exportação.

** quantidade estimada de toneladas de mercadoria movimentada por ano.

() _____ / _____
Nº de telefone Endereço de correio eletrônico para contato

_____, ____ de ____ de 2026
(local) (data)

(assinatura)

OBSERVAÇÃO: Este demonstrativo deverá ser entregue juntamente com a proposta, nos termos do item 5.18 do Edital.



Ministério da
Fazenda



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 6ª REGIÃO FISCAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 13031-011.200/2026-10

ANEXO IV DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA RFB/SRRF06 Nº 900001/2026

DEMONSTRATIVO DA VIABILIDADE ECONÔMICA DO EMPREENDIMENTO

A empresa _____, CNPJ nº _____, com sede na
[inserir a razão social da empresa]

_____, por intermédio de seu
[inserir o endereço completo]

representante legal o Sr.(a) _____, infra-assinado, e para fins
[inserir o nome completo]

da Concorrência RFB/SRRF06 nº 900001/2026, cujo objeto é a permissão para prestação dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias em porto seco pelo prazo de vinte e cinco anos, para carga predominantemente do tipo geral, além de cargas de outros tipos, a ser instalado no Município de Juiz de Fora/MG, vem apresentar o seguinte Demonstrativo da Viabilidade Econômica do Empreendimento:

DATA BASE DO ESTUDO: ____/____/____

1. DEMANDA ESTIMADA

OPERAÇÃO	PESO (KG)	VALOR (US\$)	
		US\$	R\$ ⁽¹⁾
Importação			
Exportação			
TOTAL			

Fonte:

⁽¹⁾ Taxa de conversão: cotação do dia ____ / ____ / ____ - US\$ 1,00 (um dólar dos Estados Unidos da América) = R\$ ____, __ (____ reais e ____ centavos)

1.1 JUSTIFICATIVAS PARA DETERMINAÇÃO DA DEMANDA ESTIMADA

2. INVESTIMENTO - Equipamentos

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	CAPACIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	DEPRECIÇÃO ANUAL (%)
Balanças rodoviárias					
Empilhadeiras					
Equipamentos para movimentação de contêineres					
Tomadas trifásicas					
Balanças para pesagem de volumes					
Outros (especificar)					
TOTAL					

3. INVESTIMENTO - Obras

DISCRIMINAÇÃO	DIMENSÃO	UNIDADES	VALOR TOTAL	DEPRECIAÇÃO ANUAL (%)
Depósito				
Pátio				
Área exclusiva para a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil				
Área para outros órgãos				
Área da permissionária				
Portaria				
Cercamento				
Outros (especificar)				
TOTAL				

4. INVESTIMENTO - Mobiliário/Instalações

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	DEPRECIAÇÃO ANUAL (%)
Armários				
Mesas (estações de trabalho)				
Cadeiras				
Poltronas				
Estantes				
Gaveteiros				
Mesas de reunião				
Estantes				
Fogões				
Fornos micro-ondas				
Cafeteiras				
Geladeiras				

Aparelhos de ar-condicionado				
Telefones				
Fotocopiadoras				
Outros (especificar)				
TOTAL				

5. INVESTIMENTO - Informática

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	DEPRECIAÇÃO ANUAL (%)
Microcomputadores				
Impressoras jato de tinta				
Impressoras laser				
Leitores ópticos de barras				
Redes locais de computadores				
Sistemas informatizados de vigilância eletrônica				
Sistemas informatizados de controle operacional				
Outros (especificar)				
TOTAL				

6. INVESTIMENTO - Outros

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	DEPRECIAÇÃO ANUAL (%)
Veículos				
Sistemas de prevenção contra Incêndio				
Sistemas de segurança do trabalho				
Outros (especificar)				
TOTAL				

7. INVESTIMENTO - Consolidação

DISCRIMINAÇÃO	VALOR TOTAL	DEPRECIAÇÃO ANUAL (%)
Equipamentos		
Obras		
Mobiliário/instalações		
Informática		
Outros (especificar)		
TOTAL		

8. FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO

Premissas:

- a) Sistema de amortização utilizado: _____
- b) Valor financiado estimado: R\$ _____ (_____ reais)
- c) Prazo: _____ anos
- d) Prazo de carência: _____ anos
- e) Taxa de juros anual: ____% (_____ por cento)

PERÍODO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO
0				
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				

12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				
TOTAL				

9. CUSTOS E DESPESAS ANUAIS COM PESSOAL (PRÓPRIO E DE TERCEIROS)

FUNÇÕES	QUANTIDADE	TOTAL SALÁRIOS	TOTAL ENCARGOS SOCIAIS	TOTAL
Gerentes				
Fiel depositário				
Operadores de empilhadeira				
Outros (especificar)				
(...)				
Subtotal (pessoal próprio)				
Vigilantes				
Outros (especificar)				
(...)				
Subtotal (pessoal de terceiros)				
TOTAL				

10. OUTROS CUSTOS ANUAIS (DISCRIMINAR)

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL
Encargos com depreciação	
Manutenção de equipamentos	
Conservação e manutenção predial	
Utilidades (energia, água etc.)	
Comerciais	
Seguros	
Financeiros	
Outros (especificar)	
(...)	
Depreciação	
TOTAL	

10.1 JUSTIFICATIVAS DOS VALORES ADOTADOS

11. RECEITA BRUTA ESPERADA (ARMAZENAGEM E MOVIMENTAÇÃO) TOTAL NA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

11.1 IMPORTAÇÃO

SERVIÇO	VALOR OU QUANTIDADE (a)	PERÍODOS DE PERMANÊNCIA (b)	BASE DE CÁLCULO (c) = (a) x (b)	TARIFA PROPOSTA* (%)/R\$ (d)	RECEITA BRUTA ESPERADA (e) = (c) x (d)
ARMAZENAGEM					
% sobre o valor CIF, por dez dias ou fração					
MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIA					
R\$ por tonelada ou fração					
TOTAL					

* nos limites determinados no Anexo VI do Edital

** No caso da tarifa de movimentação, não há que se falar em períodos, logo a célula não deve ser preenchida, devendo o cálculo ser efetuado com aplicação da seguinte fórmula: (e) = (a) x (d)

***A tarifa proposta não pode ser resultado de percentuais diferentes de desconto para a armazenagem e para a movimentação, e nem diferenciar conforme se trate de operação de importação ou exportação. O desconto ofertado pelo licitante deve ser o mesmo para a taxa máxima de armazenagem e de tonelada movimentada, tanto na importação quanto na exportação.

11.2 EXPORTAÇÃO

SERVIÇO	VALOR OU QUANTIDADE (a)	PERÍODOS DE PERMANÊNCIA (b)	BASE DE CÁLCULO (c) = (a) x (b)	TARIFA PROPOSTA* (%)/R\$ (d)	RECEITA BRUTA ESPERADA (e) = (c) x (d)
ARMAZENAGEM					
% sobre o valor FOB, por dez dias ou fração					
MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIA					
R\$ por tonelada ou fração					
TOTAL					

* nos limites determinados no Anexo VI do Edital

****** no caso da tarifa de movimentação não há que se falar em períodos, logo a célula não deve ser preenchida, devendo o cálculo ser efetuado com aplicação da seguinte fórmula: $(e) = (a) \times (d)$

******* A tarifa proposta não pode ser resultado de percentuais diferentes de desconto para a armazenagem e para a movimentação, e nem diferenciar conforme se trate de operação de importação ou exportação. O desconto ofertado pelo licitante deve ser o mesmo para a taxa máxima de armazenagem e de tonelada movimentada, tanto na importação quanto na exportação.

11.3 CONSOLIDAÇÃO

RECEITA BRUTA IMPORTAÇÃO (a)	RECEITA BRUTA EXPORTAÇÃO (b)	RECEITA BRUTA ESPERADA (c) = (a) + (b)

12. RECEITA BRUTA ESPERADA (INCLUÍDAS AS RECEITAS ACESSÓRIAS) *

[Preencher este item caso tenha sido feita a opção pela prestação de serviços conexos, na forma estabelecida no item 5.8 do Termo de Referência]

12.1 IMPORTAÇÃO (INCLUÍDAS AS RECEITAS ACESSÓRIAS)

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
Receita bruta esperada (armazenagem e movimentação) ¹	
Receitas acessórias ²	
RECEITA BRUTA IMPORTAÇÃO	

Obs. ¹: Valor constante do item 11 deste Anexo;

Obs. ²: Valor constante do Anexo V do Edital, somados os vinte e cinco anos da permissão.

12.2 EXPORTAÇÃO (INCLUÍDAS AS RECEITAS ACESSÓRIAS)

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
Receita bruta esperada (armazenagem e movimentação) ¹	
Receitas acessórias ²	
RECEITA BRUTA EXPORTAÇÃO	

Obs. ¹: Valor constante do item 11 deste Anexo;

Obs. ²: Valor constante do Anexo V do Edital, somados os vinte e cinco anos da permissão.

12.3 CONSOLIDAÇÃO (INCLUÍDAS AS RECEITAS ACESSÓRIAS)

RECEITA BRUTA IMPORTAÇÃO (a)	RECEITA BRUTA EXPORTAÇÃO (b)	RECEITA BRUTA ESPERADA (c) = (a) + (b)

13. DEMONSTRATIVO DO RESULTADO ANUAL (VALORES EM R\$)

DISCRIMINAÇÃO	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10	Ano 11	Ano 12	Ano 13	Ano 14	Ano 15	Ano 16	Ano 17	Ano 18	Ano 19	Ano 20	Ano 21	Ano 22	Ano 23	Ano 24	Ano 25	TOTAL
Receita bruta anual																										
(Deduções)																										
Contribuição para o PIS/Pasep																										
Cofins																										
ISS																										
Outras (especificar)																										
Receita Líquida																										
(Custos e despesas operacionais)																										
Salário mais encargos (pessoal próprio)																										
Mão de obra terceirizada																										
Depreciação																										
Manutenção e Conservação																										
Utilidades (energia, água etc.)																										
Comerciais																										
Seguros																										
Financeiras																										
Outras (especificar)																										
Resultado antes do IRPJ e CSLL																										
(IRPJ)																										
(CSLL)																										
Resultado líquido do exercício																										

14. FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DO EMPREENDIMENTO (VALORES EM R\$)

ANO	INVESTIMENTO (a)	RESULTADO DO EXERCÍCIO (b)	DEPRECIAÇÃO (c)	FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO (d) = (b) + (c) – (a)
0				
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				

15. AVALIAÇÃO DO INVESTIMENTO

Considerando o fluxo de caixa líquido do empreendimento demonstrado no item 14 deste Anexo, e a taxa de atratividade de _____ % a.a, e utilizando-se os métodos do Valor Presente Líquido – VPL e da Taxa Interna de Retorno – TIR, para avaliação da viabilidade econômica do investimento, obtiveram-se os seguintes resultados:

VPL = R\$ _____

TIR = _____ % a.a.

(____) _____ / _____
Nº de telefone Endereço de correio eletrônico para contato

_____, ____ de _____ de ____.

(assinatura)

OBSERVAÇÃO: Este demonstrativo deverá entregue juntamente com a proposta, nos termos do item 5.18 do Edital.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 6ª REGIÃO FISCAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 13031-011.200/2026-10

ANEXO V DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA RFB/SRRF06 Nº 90001/2026

TABELA DE PREÇOS DE SERVIÇOS CONEXOS E COMPLEMENTARES E ESTIMATIVA ANUAL DAS RECEITAS ACESSÓRIAS

A empresa _____, CNPJ nº _____, com sede na
[inserir a razão social da empresa]
_____, por intermédio de seu
[inserir o endereço completo]
representante legal o Sr. (a) _____, infra-assinado, e para fins
[inserir o nome completo]

da Concorrência RFB/SRRF06 nº 90001/2026, cujo objeto é a permissão para prestação dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias em porto seco pelo prazo de vinte e cinco anos, para carga predominantemente do tipo geral, além de cargas de outros tipos, a ser instalado no Município de Juiz de Fora/MG, vem apresentar a seguinte Tabela de Preços de Serviços Conexos e Complementares e Estimativa Anual das Receitas Acessórias:

IMPORTAÇÃO

SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO (R\$) (a)	BASE DE CÁLCULO (b)	QUANTIDADE/ ANO (c)	RECEITA ANUAL (R\$) (d) = (a) x (b) x (c)
Estadia de veículo ou unidade de carga				
Pesagem				
Limpeza e desinfecção				
Fornecimento de energia				
Retirada de amostras				
Lonamento e deslonamento				
Emissão de títulos				

Colocação de lacres				
Expurgo e reexpurgo				
Embalagem e reembalagem				
Unitização e desunitização				
Outros (especificar)				
TOTAL				

EXPORTAÇÃO

SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO (R\$) (a)	BASE DE CÁLCULO (b)	QUANTIDADE/ ANO (c)	RECEITA ANUAL (R\$) (d) = (a) x (b) x (c)
Estadia de veículo ou unidade de carga				
Pesagem				
Limpeza e desinfecção				
Fornecimento de energia				
Retirada de amostras				
Lonamento e deslonamento				
Emissão de títulos				
Colocação de lacres				
Expurgo e reexpurgo				
Embalagem e reembalagem				
Unitização e desunitização				
Outros (especificar)				
TOTAL				

RECEITAS ACESSÓRIAS IMPORTAÇÃO (a)	RECEITAS ACESSÓRIAS EXPORTAÇÃO (b)	RECEITA ANUAL ESTIMADA (c) = (a) + (b)

() _____ / _____
Nº de telefone Endereço de correio eletrônico para contato

_____, ____ de ____ de ____

(assinatura)

OBSERVAÇÃO: Este demonstrativo deverá entregue juntamente com a proposta, nos termos do item 5.18 do Edital.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 6ª REGIÃO FISCAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 13031-011.200/2026-10

ANEXO VI DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA RFB/SRRF06 Nº 90001/2026

TABELA DE TARIFAS MÁXIMAS

Valores máximos das tarifas, sobre os quais deverá ser aplicado o desconto proposto		
TARIFAS DE ARMAZENAGEM		
a) tarifa para armazenagem de mercadorias na importação ou no trânsito aduaneiro de passagem		Tarifa
1- Tarifa expressa em percentual sobre o valor CIF, por um período de 10 (dez) dias ou fração (T_{AI})	T_A	0,33% (trinta e três centésimos por cento)
b) tarifa para armazenagem de mercadorias na exportação, na reexportação, na devolução ou na redestinação, inclusive quando admitidas no regime de Depósito Alfandegado Certificado – DAC		Tarifa
1- Tarifa expressa em percentual sobre o valor FOB, por um período de 10 (dez) dias ou fração (T_{AE})	T_A	0,33% (trinta e três centésimos por cento)
TARIFAS DE MOVIMENTAÇÃO		
a) tarifa para movimentação de mercadorias na importação ou no trânsito aduaneiro de passagem		Valor da tarifa (R\$)
1- Tarifa expressa em R\$/t (reais por tonelada) ou fração (T_M)	T_{MI}	R\$ 14,50 (quatorze reais e cinquenta centavos)
b) tarifa para movimentação de mercadorias na exportação, na reexportação, na devolução ou na redestinação, inclusive quando admitidas no regime de Depósito Alfandegado Certificado – DAC		Valor da tarifa (R\$)
1- Tarifa expressa em R\$/t (reais por tonelada) ou fração (T_M)	T_{ME}	R\$ 14,50 (quatorze reais e cinquenta centavos)



Ministério da
Fazenda



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 6ª REGIÃO FISCAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 13031-011.200/2026-10

ANEXO VII DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA RFB/SRRF06 Nº 90001/2026

MODELO DE PROPOSTA DE TARIFAS E DE PRAZO DE INÍCIO DE FUNCIONAMENTO DO PORTO SECO

A empresa _____, CNPJ nº _____, com sede na
[inserir a razão social da empresa]

_____, por intermédio de seu
[inserir o endereço completo]

representante legal o Sr.(a) _____, infra-assinado, e para fins
[inserir o nome completo]

da Concorrência RFB/SRRF06 nº 90001/2026, cujo objeto é a permissão para prestação dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias em porto seco pelo prazo de vinte e cinco anos, para carga predominantemente do tipo geral, além de cargas de outros tipos, a ser instalado no Município de Juiz de Fora/MG, vem apresentar a seguinte proposta de tarifas e de prazo de início do funcionamento do porto seco:

1. PRAZO PARA O INÍCIO DE FUNCIONAMENTO DO PORTO SECO (máximo dezoito meses):

_____ (_____) meses, contado da data da assinatura do contrato.

2. DESCONTO APLICADO SOBRE AS TARIFAS MÁXIMAS: _____ % (_____
_____ por cento)¹.

¹ O desconto ofertado pelo licitante deve ser o mesmo para a taxa máxima de armazenagem e de tonelada movimentada, tanto na importação quanto na exportação. Não é possível escolher um percentual diferente de desconto para a armazenagem e para a movimentação, e nem diferenciar conforme se trate de operação de importação ou exportação.

3. APURAÇÃO DAS TARIFAS PROPOSTAS:

a) Tarifa para armazenagem de mercadorias na importação ou no trânsito aduaneiro de passagem (Item 5.12, inciso I, alínea “a”, do Termo de Referência)

TARIFA	TARIFAS MÁXIMAS* (a)	DESCONTO (b)	TARIFAS PROPOSTAS (a) x [100% - (b)]
1- Tarifa expressa em percentual sobre o valor CIF, por um período de 10 (dez) dias ou fração (T _{AI})	0,33 %	_____ %	_____ %

b) Tarifa para armazenagem de mercadorias na exportação, na reexportação, na devolução ou na redestinação, inclusive quando admitidas no regime de Depósito Alfandegado Certificado – DAC (Item 5.12, inciso I, alínea “b”, do Termo de Referência)

TARIFA	TARIFAS MÁXIMAS* (a)	DESCONTO (b)	TARIFAS PROPOSTAS (a) x [100% - (b)]
1- Tarifa expressa em percentual sobre o valor FOB por um período de 10 (dez) dias ou fração (T _{AE})	0,33 %	_____ %	_____ %

a) Tarifa para movimentação de mercadorias na importação ou no trânsito aduaneiro de passagem (Item 5.12, inciso II, alínea “a”, do Termo de Referência)

TARIFA	TARIFAS MÁXIMAS* (a)	DESCONTO (b)	TARIFAS PROPOSTAS (a) x [100% - (b)]
1- Tarifa expressa em R\$/t (reais por tonelada) ou fração (T _{MI})	R\$ 14,50	_____ %	R\$ _____

b) Tarifa para movimentação de mercadorias na exportação, na reexportação, na devolução ou na redestinação, inclusive quando admitidas no regime de Depósito Alfandegado Certificado – DAC (Item 5.12, inciso II, alínea “b”, do Termo de Referência)

TARIFA	TARIFAS MÁXIMAS* (a)	DESCONTO (b)	TARIFAS PROPOSTAS (a) x [100% - (b)]
1.2- Tarifa expressa em R\$/t (reais por tonelada) ou fração (T _{ME})	R\$ 14,50	_____ %	R\$ _____

() _____ / _____
Nº de telefone Endereço de correio eletrônico para contato

_____, ____ de ____ de ____
(local e data)

(assinatura)

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá entregue juntamente com a proposta, nos termos do item 5.18 do Edital.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 6ª REGIÃO FISCAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 13031-011.200/2026-10

ANEXO VIII DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA RFB/SRRF06 Nº 90001/2026

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE NEPOTISMO

A empresa _____, CNPJ nº _____, com sede na
[inserir a razão social da empresa]

_____, por intermédio de seu
[inserir o endereço completo]

representante legal o Sr.(a) _____, infra-assinado, e para fins
[inserir o nome completo]

da Concorrência RFB/SRRF06 nº 90001/2026, cujo objeto é a permissão para prestação dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias em porto seco pelo prazo de vinte e cinco anos, para carga predominantemente do tipo geral, além de cargas de outros tipos, a ser instalado no Município de Juiz de Fora/MG, em cumprimento ao disposto no art. 7º do Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010, e no art. 5º, *caput*, inciso IV, da Portaria ME nº 1.144, de 3 de fevereiro de 2021, **DECLARA** expressamente, sob as penas da Lei, que não possui relação familiar ou de parentesco, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, com agente público da contratante que importe a prática de nepotismo.

Entende-se por agente público a autoridade contratante que exerça função de confiança na Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 6ª Região Fiscal.

PARENTES EM LINHA RETA

GRAU	CONSANGUINIDADE	AFINIDADE (vínculos atuais)
1 º	Pai/mãe, filho/filha do agente público	Sogro/sogra, genro/nora; madrasta/padrasto, enteado/enteada do agente público
2 º	Avô/avó, neto/neta do agente público	Avô/avó, neto/neta do cônjuge ou companheiro do agente público
3 º	Bisavô/bisavó, bisneto/bisneta do agente público	Bisavô/bisavó, bisneto/bisneta do cônjuge ou companheiro do agente público

PARENTES EM LINHA COLATERAL

GRAU	CONSANGUINIDADE	AFINIDADE (vínculos atuais)
1 º	---	---
2 º	Irmão/irmã do agente público	Cunhado/cunhada do agente público
3 º	Tio/tia, sobrinho/sobrinha do agente público	Tio/tia, sobrinho/sobrinha do cônjuge ou companheiro do agente público

Na hipótese de possuir relação familiar ou de parentesco, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, com agente público da contratante, informe o nome do agente público:

NOME COMPLETO DO AGENTE PÚBLICO: _____

() _____ / _____
Nº de telefone Endereço de correio eletrônico para contato

_____, ____ de ____ de ____

(assinatura)

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá entregue juntamente com a proposta, nos termos do item 5.18 do Edital.



Ministério da
Fazenda



Receita Federal

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 6ª REGIÃO FISCAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 13031-011.200/2026-10

ANEXO IX DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA RFB/SRRF06 Nº 90001/2026

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE APRESENTAÇÃO DE LAUDOS E LICENÇAS

A empresa _____, CNPJ nº _____, com sede na
[inserir a razão social da empresa]

_____, por intermédio de seu
[inserir o endereço completo]

representante legal o Sr.(a) _____, infra-assinado, e para fins
[inserir o nome completo]

da Concorrência RFB/SRRF06 nº 90001/2026, cujo objeto é a permissão para prestação dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias em porto seco pelo prazo de vinte e cinco anos, para carga predominantemente do tipo geral, além de cargas de outros tipos, a ser instalado no Município de Juiz de Fora/MG, em cumprimento ao disposto no art. 7º do Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010, e no art. 5º, *caput*, inciso IV, da Portaria ME nº 1.144, de 3 de fevereiro de 2021, **DECLARA**, sob as penas cabíveis, que apresentará laudos e licenças de qualquer natureza que se fizerem necessárias para a operação do porto seco antes do prazo para início de funcionamento do porto seco de que trata o item 5.1 do Termo de Referência, constante do Anexo I do Edital, com exceção da licença prévia outorgada pelo órgão de fiscalização ambiental, que deve ser apresentada concomitantemente ao projeto do porto seco.

Estou ciente de que a não apresentação dos documentos mencionados ensejará aplicação de sanção administrativa por parte da Concedente.

() _____ / _____
Nº de telefone Endereço de correio eletrônico para contato

_____, _____ de _____ de _____
local data

(assinatura)

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá entregue por ocasião da habilitação, nos termos do item 7.1 do Edital e do item 9.4, inciso IV, alínea “a”, do Termo de Referência.



Ministério da
Fazenda



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 6ª REGIÃO FISCAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 13031-011.200/2026-10

ANEXO X DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA RFB/SRRF06 Nº 90001/2026

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE IMÓVEL

A empresa _____, CNPJ nº _____, com sede na
[inserir a razão social da empresa]

_____, por intermédio de seu
[inserir o endereço completo]

representante legal o Sr.(a) _____, infra-assinado, e para fins
[inserir o nome completo]

da Concorrência RFB/SRRF06 nº 90001/2026, cujo objeto é a permissão para prestação dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias em porto seco pelo prazo de vinte e cinco anos, para carga predominantemente do tipo geral, além de cargas de outros tipos, a ser instalado no Município de Juiz de Fora/MG, em cumprimento ao disposto no art. 7º do Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010, e no art. 5º, *caput*, inciso IV, da Portaria ME nº 1.144, de 3 de fevereiro de 2021, **DECLARA**, sob as penas cabíveis, que disponibilizará o imóvel de matrícula nº _____ do _____ Registro de Imóveis do Município de Juiz de Fora-MG, localizado na _____
[inserir o endereço completo]

_____, conforme certidão em anexo, para o uso de que trata este Edital, a partir da data da assinatura do contrato de permissão até o seu término.

() _____ / _____
Nº de telefone Endereço de correio eletrônico para contato

_____, _____ de _____ de _____
Local Data

(assinatura do representante legal da empresa)

ASSINATURA DO DETENTOR DO DIREITO DE USO DO IMÓVEL

(CASO A EMPRESA NÃO OFERTE IMÓVEL PRÓPRIO PARA EXECUÇÃO DO OBJETO)

OBSERVAÇÃO 1: Esta declaração deverá entregue por ocasião da habilitação, nos termos do item 7.1 do Edital e do item 9.4, inciso IV, alínea “b”, do Termo de Referência, constante do Anexo I do Edital.

OBSERVAÇÃO 2: A certidão de matrícula do imóvel oferecido para execução do objeto da licitação deverá ser expedida há, no máximo, trinta dias contados da data da apresentação dos documentos para habilitação.



Ministério da
Fazenda



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 6ª REGIÃO FISCAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 13031-011.200/2026-10

ANEXO XI DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA RFB/SRRF06 Nº 90001/2026

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE USO EXCLUSIVO DO IMÓVEL

A empresa _____, CNPJ nº _____, com sede na
[inserir a razão social da empresa]

_____, por intermédio de seu
[inserir o endereço completo]

representante legal o Sr.(a) _____, infra-assinado, e para fins
[inserir o nome completo]

da Concorrência RFB/SRRF06 nº 90001/2026, cujo objeto é a permissão para prestação dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias em porto seco pelo prazo de vinte e cinco anos, para carga predominantemente do tipo geral, além de cargas de outros tipos, a ser instalado no Município de Juiz de Fora/MG, em cumprimento ao disposto no art. 7º do Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010, e no art. 5º, *caput*, inciso IV, da Portaria ME nº 1.144, de 3 de fevereiro de 2021, **DECLARA**, sob as penas cabíveis, que o imóvel ofertado será utilizado exclusivamente para as atividades do porto seco, salvo se instalado em um complexo de armazenagem, conforme definido no art. 2º, *caput*, inciso V, da Instrução Normativa RFB 2.111, de 20 de outubro de 2022, observando-se, nesse caso, o disposto no art. 9º da referida Instrução Normativa, bem como os requisitos estabelecidos na Portaria RFB nº 143, de 11 de fevereiro de 2022.

() _____ / _____
Nº de telefone Endereço de correio eletrônico para contato

_____, _____ de _____ de _____
local data

(assinatura)

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá entregue por ocasião da habilitação, nos termos do item 7.1 do Edital e do item 9.4, inciso IV, alínea “d”, do Termo de Referência, constante do Anexo I do Edital.



Ministério da
Fazenda



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 6ª REGIÃO FISCAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 13031-011.200/2026-10

ANEXO XII DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA RFB/SRRF06 Nº 90001/2026

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE APRESENTAÇÃO DE PROJETO

A empresa _____, CNPJ nº _____, com sede na
[inserir a razão social da empresa]

_____, por intermédio de seu
[inserir o endereço completo]

representante legal o Sr.(a) _____, infra-assinado, e para fins
[inserir o nome completo]

da Concorrência RFB/SRRF06 nº 90001/2026, cujo objeto é a permissão para prestação dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias em porto seco pelo prazo de vinte e cinco anos, para carga predominantemente do tipo geral, além de cargas de outros tipos, a ser instalado no Município de Juiz de Fora/MG, em cumprimento ao disposto no art. 7º do Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010, e no art. 5º, *caput*, inciso IV, da Portaria ME nº 1.144, de 3 de fevereiro de 2021, **DECLARA**, sob as penas cabíveis, que apresentará os documentos a seguir relacionados no prazo de até quarenta e cinco dias, contado da data da assinatura do contrato, o projeto do porto seco, conforme especificações constantes do item 9.4, inciso IV, alínea “e”, do Termo de Referência, constante do Anexo I do Edital.

Estou ciente de que a não apresentação do documento mencionado ensejará aplicação de sanção administrativa pela Permitente.

() _____ / _____
Nº de telefone Endereço de correio eletrônico para contato

_____, ____ de ____ de ____
local data

(assinatura)

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá entregue por ocasião da habilitação, nos termos do item 7.1 do Edital e do item 9.4, inciso IV, alínea “e”, do Termo de Referência, constante do Anexo I do Edital.



Ministério da
Fazenda



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 6ª REGIÃO FISCAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 13031-011.200/2026-10

ANEXO XIII DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA RFB/SRRF06 Nº 90001/2026
DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE DISPONIBILIZAR FACILIDADES E EQUIPAMENTOS

A empresa _____, CNPJ nº _____, com sede na
[inserir a razão social da empresa]

_____, por intermédio de seu
[inserir o endereço completo]

representante legal o Sr.(a) _____, infra-assinado, e para fins
[inserir o nome completo]

da Concorrência RFB/SRRF06 nº 90001/2026, cujo objeto é a permissão para prestação dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias em porto seco pelo prazo de vinte e cinco anos, para carga predominantemente do tipo geral, além de cargas de outros tipos, a ser instalado no Município de Juiz de Fora/MG, em cumprimento ao disposto no art. 7º do Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010, e no art. 5º, *caput*, inciso IV, da Portaria ME nº 1.144, de 3 de fevereiro de 2021, **DECLARA**, sob as penas cabíveis, que se compromete a disponibilizar, na data do início de funcionamento do porto seco, no mínimo, as facilidades e equipamentos indicadas nos itens 2 e 3 do Apêndice II do Termo de Referência, constante do Anexo I do Edital.

() _____ / _____
Nº de telefone Endereço de correio eletrônico para contato

_____, ____ de ____ de ____
local data

(assinatura)

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá entregue por ocasião da habilitação, nos termos do item 7.1 do Edital e do item 9.4, inciso IV, alínea “f”, do Termo de Referência, constante do Anexo I do Edital.



Ministério da
Fazenda



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 6ª REGIÃO FISCAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 13031-011.200/2026-10

ANEXO XIV DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA RFB/SRRF06 Nº 90001/2026

RELAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO

A empresa _____, CNPJ nº _____, com sede na
[inserir a razão social da empresa]

_____, por intermédio de seu
[inserir o endereço completo]

representante legal o Sr.(a) _____, infra-assinado, e para fins
[inserir o nome completo]

da Concorrência RFB/SRRF06 nº 90001/2026, cujo objeto é a permissão para prestação dos serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias em porto seco pelo prazo de vinte e cinco anos, para carga predominantemente do tipo geral, além de cargas de outros tipos, a ser instalado no Município de Juiz de Fora/MG, em cumprimento ao disposto no art. 7º do Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010, e no art. 5º, *caput*, inciso IV, da Portaria ME nº 1.144, de 3 de fevereiro de 2021, **INDICO**, para atuação nos cargos de gerente e fiel depositário dos Porto Secos, os seguintes funcionários:

Gerente: _____
(nome completo)

Fiel Depositário: _____
(nome completo)

_____, _____ de _____ de _____
local data

(assinatura)

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá entregue por ocasião da habilitação, nos termos do item 7.1 do Edital e do item 9.4, inciso IV, alínea “g”, do Termo de Referência, acompanhada dos respectivos currículos, sendo obrigatória a anexação dos comprovantes que atestem experiência mínima de um ano no cargo de gerente ou na condição de fiel depositário, conforme o caso, em atividades ligadas à armazenagem, à guarda ou ao transporte de mercadorias.

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A Secretaria da Receita Federal do Brasil garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001

Histórico de atividades sobre o documento:

Documento assinado digitalmente por:

KENIA MARINA GUIMARAES SILVA em 15/05/2026.

Confira o documento original pelo Smartphone conectado à Internet:



Confira o documento original pela Internet:

a) Acesse o endereço:

<http://sadd.receita.fazenda.gov.br/sadd-internet/pages/validadocumento.xhtml>

b) Digite o código abaixo:

APXB.NBK0.EN0P5.FNZY

Código Hash obtido através do algoritmo SHA-256:

+HhVFhSmqhWAZkb9iN123+tQ2DX16RO/fcxkb4JOZxo=